



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

Facebook: uma possível ferramenta de gestão para o PET?

Autor: Francisco Roberto Vasconcelos de Lima

BRASÍLIA, NOVEMBRO DE 2013



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

Facebook: uma possível ferramenta de gestão para o PET?

Autor: Francisco Roberto Vasconcelos de Lima

Dissertação de Mestrado Profissional apresentada à banca examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação na área de Gestão de Políticas e Sistemas Educacionais, sob a orientação da Professora Doutora Raquel de Almeida Moraes.

BRASÍLIA, NOVEMBRO DE 2013

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Acervo 1013631.

L732f Lima, Francisco Roberto Vasconcelos de.
Facebook : uma possível ferramenta de gestão para o PET? / Francisco Roberto Vasconcelos de Lima. - 2013.
144 f.: il.; 30 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado Profissional em Educação, 2013 .
Orientação: Raquel de Almeida Moraes.
Inclui bibliografia .

1. Educação e estado. 2. Redes sociais on-line. 3. Planejamento educacional. I. Moraes, Raquel de Almeida. II. Título.

CDU 37.014

Comissão Examinadora

Prof^a. Dr^a. Raquel de Almeida Moraes
Universidade de Brasília/Presidente-Orientadora

Prof. Dr. Rogério Córdova
Universidade de Brasília/Membro Titular

Prof. Dr. Murilo da Silva Camargo
Ciência da Computação, UnB/Membro Externo

Prof^a. Dra. Maria Abádia da Silva
Universidade de Brasília/Membro Suplente

Dedicatória

Esta obra, assim como o título de **Mestre em Educação**, o qual ela me confere, dedico a meus amados pais, **Francisco Medeiros de Lima** (*in memoriam*) e **Teodolinda Vasconcelos Lima**, em reconhecimento aos seus esforços em proporcionar, a mim e a meus irmãos **José Sérgio** e **Flávia Maria**, a melhor Educação possível no nosso mundo de então.

Agradecimentos

- Agradeço, inicialmente, ao Ministério da Educação pela possibilidade de desenvolvimento deste Mestrado Profissional *stricto sensu* no âmbito da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, UNB.
- Agradeço a seguir aos docentes da pós-graduação da Faculdade de Educação da área de Gestão de Políticas Públicas e Sistemas Educacionais pelos ensinamentos ministrados, assim como pela seriedade com a qual os saberes pertinentes à Administração Pública que já dispúnhamos foram recebidos. Juntos, expandimos nossa compreensão a respeito do funcionamento das políticas públicas sociais relativas à Educação. Sou grato por ouvirem nossas *vozes*.
- Minha gratidão se dirige agora à Prof^a. Raquel de Almeida Moraes, minha orientadora na elaboração desta dissertação de mestrado. Suas indicações foram como o fio de Ariadne. Diversas foram as vezes em que me perdi na caminhada (labirinto?) e, em todas elas, recebi sua orientação para como retornar ao Caminho.
- Sou grato aos colegas servidores do MEC e autarquias, bem como os colegas, técnicos da UNB, que participaram comigo dessa jornada. A interação entre nós em sala de aula, compartilhando saberes e ajudando-nos uns aos outros, foi algo marcante para mim. Sou especialmente grato àqueles que me auxiliaram em minhas locomoções, buscas de textos, atualizações etc., quando me recuperava da cirurgia no peito.
- Agradeço ao cirurgião, Dr. Ênio Buffolo e sua equipe do HCor em São Paulo, pela bem sucedida cirurgia coronária a que fui submetido, que me manteve vivo e com energia suficiente (e o coração mais limpo) para retomar ao programa do mestrado, literalmente de *peito aberto*.
- Agradeço a Maria Quariguasy, que, lá do Ceará, me ligava todas as noites para algumas palavras de incentivo. Exemplo de resiliência ao encarar estoicamente sua devastadora tragédia familiar, com partida de sua querida Nicole, fez com que entendesse um pouco mais certos mistérios da vida.
- Agradeço, finalmente, a José Gabriel da Costa (*in memoriam*), Mestre Gabriel, meu guia espiritual, pela Força e Luz por ele a mim dirigidas durante todo o programa de mestrado, especialmente em seus momentos mais difíceis. Este, um Mestre verdadeiro.

Prefácio

**“Antes mundo era pequeno
Porque Terra era grande
Hoje mundo é muito grande
Porque Terra é pequena
Do tamanho da antena parabolicamará”**

GIL, Gilberto. *Parabolicamará* (1993)

Resumo

O presente estudo intenciona investigar como a Administração Pública, em especial o Ministério da Educação (MEC), através suas políticas públicas e seus programas educacionais, se posiciona frente ao fenômeno das redes sociais virtuais, em especial os *websites* de relacionamentos com seus dados armazenados na Internet (*Web 2.0*), mais especificamente, o Facebook. Além disso, buscamos saber se os gestores nacionais e locais do Programa de Educação Tutorial (PET) da SESu/MEC fazem uso do Facebook na gestão de seus grupos. Desse modo, esta pesquisa exploratória analisa o potencial da virtualidade da *Web 2.0* e de suas redes sociais na gestão de programas educacionais.

A metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa aqui relatada buscou seguir os postulados de uma pesquisa exploratória. Seu *corpus* foi examinado por meio da técnica de análise de conteúdo como nos é ensinado por Laurence Bardin. Como modelo teórico de gestão da administração pública, usou-se o proposto por Ana Paula Paes de Paula, ao qual chama *vertente societal de gestão da Administração Pública*, a qual propõe a maior participação dos cidadãos comuns na condução das políticas públicas, entre outros aspectos sociais importantes. Tal modelo é apresentado nesse trabalho como alternativa à *vertente gerencial* implantada no período neoliberal dos anos 1990, sobretudo no governo de FHC.

Os resultados apontam para o fato de que a gestão dos grupos PET, no âmbito da IES, faz uso de TICs virtuais em sua comunicação. Há unanimidade quando ao uso dos *grupos de discussão*. Quanto ao uso do Facebook, a pesquisa revela que, apesar dele não ser usados de forma regular por todos os gestores locais, já que nem todos têm uma página oficial do grupo neste espaço virtual, há fortes indícios de que os alunos-bolsistas participantes do PET se interconectam, interagindo no Facebook por meio de suas redes sociais pessoais. Isso proporciona maior rapidez na intercomunicação dos petianos, favorecendo a gestão do grupo. No que tange a interação virtual dos petianos com o público-alvo de seus projetos de extensão, o estudo revelou que ela ainda é escassa devido, sobretudo, às péssimas conexões à internet. A ausência da conexão banda larga inviabiliza o uso das redes sociais nos locais onde desenvolvem seus projetos, em sua maioria escolas que atendem às classes populares do campo e das periferias das grandes cidades. Surpreendentemente, observou-se que o MEC não encoraja o uso do Facebook na gestão de suas políticas educacionais, pois seus técnicos não são autorizados a acessá-lo no ambiente de trabalho sem a devida permissão especial.

Palavras-chave: políticas públicas educacionais; gestão publica societal; PET; TICs; Facebook.

Abstract

This study intends to investigate how the federal public administration, especially the Ministry of Education (MEC), through its social policies and educational programs, positions itself on the phenomenon of social networks of the *Web 2.0*, especially those promoted by the Facebook. In addition to this, we seek to know whether national and local managers of the a certain higher education program offered by SESu/MEC the Tutorial Education Program (PET) make use of Facebook and its social networks in the management of PET groups. The methodology used in the research reported here sought to follow the tenets of an exploratory research. Its corpus was examined by means of content analysis techniques, as taught by Laurence Bardin. As theoretical model of public administration management, we used the model proposed by Ana Paula Paes de Paula, which she calls *societal*. This approach proposes greater participation of ordinary citizens in the conduct of public policy, among other important social issues. This model, as presented in this work, is an alternative to the present managerial model implemented in the so-called neoliberal period of the 1990s, especially in the FCH administration.

The results point to the fact that the management of PET groups within the IES makes use of virtual ICTs in their communication. There is unanimity about the use of discussion groups. Regarding the use of Facebook, the survey reveals that, although it is not used regularly by all local managers (professors-tutors), since not every group has an official page on that *website* virtual. There is strong evidence that participants of the Program interconnect and interact on Facebook through their personal profiles and networks. Regarding the interaction of *petianos* with the social group of their extension projects, the study revealed that it is still scarce, mainly due to bad connections to the internet. The lack of internet broadband connection hinders the use of social networks in places where they develop their projects, mostly schools that cater to the working classes of the countryside of the country and suburbs of its large cities.

Keywords: education public policies, *societal* public management; PET; ICTs ; Facebook.

Tabelas

Tabela 1 – Síntese do uso de TICs pelos grupos PET Educação/Pedagogia.....	90
Tabela 2 – Síntese do uso do <i>Facebook</i> pelos grupos PET Educação/Pedagogia.....	91
Tabela 3a – Síntese da aproximação do Gestor MEC 1 à Gestão Pública Societal.....	94
Tabela 3b – Síntese da aproximação do Gestor MEC 2 à Gestão Pública Societal.....	96
Tabela 3c – Síntese da aproximação do Gestor MEC três à Gestão Pública Societal	97
Tabela 4a – Síntese da aproximação do Gestor MEC 1 à Gestão Pública Gerencial	98
Tabela 4b – Síntese da aproximação do Gestor MEC 2 à Gestão Pública Gerencial.....	98
Tabela 4c – Síntese da aproximação do Gestor MEC 3 à Gestão Pública Gerencial.....	99

Sumário

Introdução.....	13
Capítulo I – A Sociedade em Rede.....	29
1.1 A Problemática: a virtualidade da aldeia global	30
1.2 A Internet da <i>Web 2.0</i> e suas Redes Sociais	41
1.3 O Facebook	44
Capítulo II - As Políticas Públicas para a Educação Superior e sua Gestão.....	51
2.1 Gestão e Políticas Públicas: conceitos norteadores	51
2.2 A Reforma do Estado Brasileiro.....	62
2.3 A Modernização do Estado e a Educação Superior.....	64
2.4 A Lei de Diretrizes de Bases da Educação e a Educação Superior.....	66
2.5 A Gestão da Educação Superior: programas e órgãos de fiscalização e supervisão.....	69
2.6 O Programa de Educação Tutorial – Histórico.....	72
2.6.1 A Educação Tutorial.....	74
2.6.2 A Legislação do PET.....	76
2.6.3 O PET Hoje.....	76
2.6.4 A Incorporação do Programa Conexões de Saberes ao PET.....	78
Capítulo III – Metodologia	81
3.1 Entrevistas.....	83
3.1.1 Com os Docentes-Tutores de grupos PET Educação/Pedagogia (e afins)	84
3.1.2 Com os Gestores MEC 1, 2 e 3 (Coordenadores-Gerais da CGRE/SESu/MEC).....	85
Capítulo IV - Análise dos Dados e Discussão dos Resultados.....	87
4.1 As Entrevistas.....	87
4.1.1 Docentes-Tutores de grupos PET Educação/Pedagogia.....	87
a) Quanto ao uso de TICs pelos docentes-tutores e seus grupos PET.....	90
b) Quanto ao uso do <i>Facebook</i> pelos docentes-tutores e seus grupos PET.....	90
4.1.2 Os Gestores MEC (Coordenadores-Gerais da CGRE/SESu/MEC)	93
a) Quanto à aproximação ao modelo de gestão pública societal.....	93
b) Quanto à aproximação ao modelo de gestão pública gerencial.....	99
Capítulo V - Considerações Finais.....	103
Referências Bibliográficas.....	105
Anexos.....	108
1. Síntese relativa ao uso de TICs pelos grupos.....	108
2. Síntese relativa ao uso do <i>FB</i> pelos grupos.....	115
3. Texto integral das entrevistas com gestores MEC.....	122
4. Inferências obtidas nas entrevistas com gestores MEC	138

Introdução

Nesta segunda década do século XXI, participamos de importantes mudanças na forma como nos comunicamos e interagimos uns com os outros, graças especialmente às tecnologias cibernéticas¹, que vêm sendo desenvolvidas em décadas recentes. As TIC²s já haviam sido apresentadas ao meio pedagógico e deslumbrava a grande parte dos educadores. Eram os primórdios da Educação à Distância por meio das TICs. Mas foi a partir de meados dos anos 1990 que começamos a navegar o ciberespaço. *O mundo tornara-se grande porque Terra ficou pequena*, como diz a letra da canção que nos serve de prefácio.

*Faça-se a virtualidade*³, quem sabe, disseram os desenvolvedores de tais inovações tecnológicas comunicacionais. Os mesmos que aperfeiçoaram, de maneira sensacional, os meios de comunicação das pessoas do planeta: de todos com todos, suas organizações, grupos sociais, projetos e empreendimentos. Por incrível que possa parecer, estamos todos interconectados em uma fabulosa *teia*, que é tecida ininterruptamente por bilhões de pessoas. *Web* em inglês, ou mais especificamente, *the worldwide web* (*www*), *a teia de alcance mundial*, em tradução livre para o português falado no Brasil veio de forma tão intensa, que trouxe consigo a necessidade de um novo paradigma comunicacional que desse conta de explicar o fenômeno da virtualidade. Goste-se ou não, cada instante, nós internautas, somos receptores de imensa quantidade de informação, em diferentes mídias, nos mais diversos gêneros textuais, ao *navegamos* o infomar virtual que a *web* oferece: palavras escritas e faladas, imagens estáticas e em movimento, música, amigos, aulas... um mundo novo enfim, ainda que virtual.

O infomar, entretanto, não é nenhum *mar de rosas*⁴. Ele pode também ser um mar de procela, pois, ao navegá-lo, somos incessantemente atingidos por ondas e mais ondas eletromagnéticas, que carregam zilhões de *bytes*⁵, a maior parte das quais, meros apelos consumistas em sedutores

¹ A **cibernética** é a ciência da comunicação e do controle, seja nos seres vivos, ou seja nas máquinas. A comunicação é o que torna os sistemas integrados e coerentes e o controle é que regula o seu comportamento. A cibernética compreende os processos físicos, fisiológico, psicológico etc. de transformação da informação.

² **Tecnologia de Informação e Interação**, seu acrônimo vem sendo usado na Pedagogia, tanto em sala de aula como na Educação à Distância (EaD).

³ A utilização da palavra **virtual** é associada à simulação em computador; apesar de fisicamente não existente, **virtualidade** é o espaço (virtual) promovido por pela rede mundial de computadores.

⁴ **Mar de rosas** é uma expressão idiomática do português cujo sentido é aproximadamente o de *mar calmo e favorável*.

⁵ Um **byte** (**binary term**) é um dos tipos de dados integrais em computação. É usado com frequência para especificar o tamanho ou quantidade da memória ou da capacidade de armazenamento de determinado dispositivo, independentemente do tipo de dados.

*hipertextos*⁶. O chamado *marketing virtual* ou publicidade digital desempenha importante papel nesse mundo novo na medida em que favorece enormemente o consumismo suicida ao qual nos direcionamos. Esse talvez seja o preço a pagar por tais maravilhas. O fato é que a rede mundial de computadores, suas redes (*networks*) e as redes de suas redes, todas interconectadas por meio de fibras óticas ou pelas ondas eletromagnéticas dos telefones celulares seguem tecendo a teia que interconecta todos nós, internautas. Falamos de bilhões de pessoas. Já existe até uma nova geração destas inovações comunicacionais, os *smartphones*, que possibilitam a portabilidade do ciberespaço. Ou seja, podemos agora acessar o mundo virtual de onde quer que estejamos bastando para isso que nosso *celular inteligente* possa receber e transmitir, via ondas eletromagnéticas, grandes quantidades de informações das mais diversas nas redes sociais virtuais que provedores deste serviço oferecem ao mercado. Tais dispositivos (celulares 3G, 4G) são tão fascinantes que se tornaram o objeto de desejo de todos, ou quase. Devem ter sido campeões de vendas no último natal.

A virtualidade (ou *a internet*, que os falantes brasileiros parecem preferir) *mudou tudo*, como se ouve com frequência as pessoas falarem por aí. Concordamos, parcialmente, com o senso comum. Porém, há que se examinar criticamente o contexto da virtualidade proporcionado por tais inovações tecnológicas, as quais não sabemos exatamente a quem e o quê favorecem. Esta será nossa abordagem ao longo deste estudo, sem descuidar, no entanto, de explorar as possibilidades pedagógicas do ciberespaço, que, em uma observação superficial, parecem promissoras. Contudo, são tantos os serviços virtuais que nos são oferecidos no espaço virtual que precisamos nos posicionar firmemente com relação às suas implicações tanto na dimensão do ser humano (indivíduo, pessoa), como na dimensão planetária (Terra, mundo, globo). Tendo em vista a relevância que virtualidade passou a exercer em nossas vidas cotidianas, ela não pode ser ignorada pela Academia. Além do mais, as possibilidades que a virtualidade oferece têm gerado tamanho impacto nos fenômenos sociais contemporâneos que tal inovação comunicacional não pode passar despercebidas pela Administração Pública. De fato, o advento da internet (a rede de redes) e dos protocolos⁷ da *worldwide web* mudaram radicalmente nosso modelo de comunicação, ao romper barreiras temporais, geográficas, idiomáticas e até mesmo a vigilância e o controle de alguns regimes tiranos e antidemocráticos exercidos sobre seus cidadãos.

⁶ **Hipertextos** são documentos que se escreve no computador de forma que o leitor pode *sair* desse documento inicial e *entrar* em outros ao clicar em certas palavras ali contidas (convencionalmente azuis e sublinhadas) que chamamos links. Assim, outros conjuntos de informação, na forma de textos escritos, imagens e sons são incorporados ao texto original em fantástico dialogismo.

⁷ Um **padrão de comunicação** usado nas redes de computadores. Na Internet, o mais básico é o **TCP/IP**.

Como se não bastasse, em mundo onde tudo parece ser descartável, as possibilidades (benefícios?) digitais evoluem rapidamente. De forma incessante, novos produtos são lançados no *mercado* a cada dia. No entanto nada se compara à novidade de uma segunda geração de serviços virtuais, serviços esses quase onipresentes em nosso dia-a-dia. Convivemos com ela há dez anos aproximadamente. Referimo-nos a *Web 2.0*⁸. Basicamente, esse novo tipo de uso que se faz da virtualidade, em que os bancos de dados de todos os usuários são armazenados na própria internet, a designada *computação em nuvem*⁹, criou novas possibilidades comunicacionais como, por exemplo, as *redes sociais virtuais*. Muito em voga entre em nós, os *websites* de relacionamentos da *Web 2.0*, um dos quais, o Facebook, interesse central desta pesquisa exploratória, cujo relato ora iniciamos. Nossa posição, enquanto educadores, com relação às inovações proporcionadas pela virtualidade ao mundo contemporâneo são a de nos *apropriarmos* deste conhecimento, tornando-o um aliado na propagação da Educação emancipadora do povo brasileiro, grande parte do qual ainda padece nas trevas do analfabetismo. Não podemos deixar que as novas tecnologias comunicacionais favoreçam tão somente o modelo econômico predominante. Havemos de melhor explorá-las, para que melhor as compreendamos. O que temos em mente são as possibilidades pedagógicas e de gestão oferecidas pelas TICs¹⁰ virtuais. O conhecimento das inovações tecnológicas digitais, acreditamos, proporcionará relevantes benefícios sociais, sobretudo se participar na promoção de políticas públicas educacionais. Tal urgência se reflete no escopo desta pesquisa qualitativa, uma vez que seu objeto se encontra no âmbito das políticas públicas federais e na gestão de seus programas educacionais, em especial os da educação superior. É essencial que conheçamos mais essa nova realidade, à qual designamos *virtual*. Temos que apropriar-nos dela, tornando-a dela algo *real*, no sentido de *concreto*. Realizar a concretude no âmbito da virtualidade.

Entretanto, ao lançarmos um olhar crítico para o aspecto econômico de tais inovações, veremos, desapontados, que as benesses que tais maravilhas cibernéticas proporcionam à humanidade (benesses estas, aparentemente, indispensáveis ao modo de vida contemporânea) servem a interesses do poder hegemônico global exercido pelos EUA. Como consequência desta hegemonia, o fortalecimento, do

⁸ *Web 2.0* é um termo popularizado a partir de 2004 pela empresa norte-americana **O'Reilly Media**. Ele é usado para designar uma segunda geração de comunidades e serviços, tendo como conceito a **Web como plataforma**.

⁹ **Computação em nuvem** é como é designado ao acesso a programas (*softwares*), serviços e arquivos remotamente, através da **internet**, ou seja, o internauta não precisa mais buscar seus arquivos em seu computador pessoal que se encontra em sua casa ou escritório - daí a metáfora *nuvem*.

¹⁰ Acrônimo de **Tecnologias de Informação e Comunicação** que é corriqueiramente usada no círculo pedagógico, sobretudo no âmbito da Educação à Distância. Nesta pesquisa usaremos TICs virtuais para nos referirmos às ferramentas digitais tornadas possíveis pela *Web 2.0*, como o **Facebook**.

modelo econômico capitalista, ultra consumista, especialmente devido às inovações tecnológicas comunicacionais aqui exploradas. Este é o modelo econômico que o poder hegemônico impõe aos povos da grande maioria das nações. Nesse contexto, não há como evitar perguntas essenciais, de cujas respostas depende o direcionamento desta pesquisa: Até que ponto este cenário de produção e posse do conhecimento favorece esta hegemonia? Seriam as TICs virtuais ferramentas para a prática da Educação libertadora preconizada por Freire¹¹ em diversas de suas obras? Favorecem as TICs a emancipação das classes populares do Brasil, as quais, há séculos têm sido subjugadas?

Assim, nossa percepção é a de que se tornou necessário o estabelecimento de um novo paradigma comunicacional. O conceito de paradigma que utilizamos é o de Kuhn¹² (1994, p. 225). Para ele, paradigma significa “a constelação de crenças, valores e técnicas partilhada pelos membros de uma comunidade científica”. Consideramos ser este o modelo compartilhado pelo senso comum na explicação de certos aspectos da realidade, como um arquétipo que auxilia na definição de conceitos preliminares de uma teoria, estando assim no seu início. É seu alicerce.

No contexto da realidade virtual, em cujo âmbito deparamos com os mais diversos seres, em um sentido amplo (no caso *seres virtuais*), os quais transcendem os descritos em obras de ficção científica. A comunicação e a relação com o outro, acontece em um mundo onde todos nós podemos ser, além de receptores (que já éramos) da mídia impressa, do rádio e da TV ser também emissores de informação. No antigo paradigma, o único papel destinado às massas era o de receptor. De um para muitos. Hoje, devido às TICs virtuais, é como se o cidadão comum ganhasse voz e participasse de um *diálogo*, antes inimaginável, de muitos com muitos que se instaura no ciberespaço. Isso se dá por meio de diversos tipos de textos escritos e/ou orais. Há ainda outros que fazem uso das linguagens fotográfica e/ou cinematográfica em vídeos ou filmes compartilhados¹³. Os compartilhamentos ocorrem simultaneamente em todos os cantos do mundo em um colossal dialogismo polifônico¹⁴, como houvera

¹¹ Patrono da Educação Brasileira, **Paulo Freire** (1921-1997) é considerado um dos pensadores mais notáveis na história da Pedagogia mundial, tendo influenciado o movimento chamado **pedagogia crítica**.

¹² **Thomas Kuhn** desvelou os mecanismos internos das ciências. Para ele, as ciências evoluem através de paradigmas, que são modelos, representações e interpretações de mundo universalmente reconhecidas ao fornecerem problemas e soluções modelares para uma comunidade científica.

¹³ **Compartilhar** é como traduzimos o termo de origem inglesa, *share* (dividir com outros). O termo tem se popularizado através das redes sociais, onde as pessoas compartilham suas vidas e experiências, bem como textos (posts) que recebe e divide (compartilha) com os amigos de sua rede social.

¹⁴ Na linguística de **Mikhail Bakhtin**, **polifonia** é a presença de outros textos dentro de um texto causada pela inserção do autor num contexto que já inclui previamente textos anteriores que lhe inspiram ou influenciam.

descrito o filósofo da linguagem russo, Mikhail Bakhtin¹⁵ (1986). Em sua explicação do que seja dialogismo, usa a tradicional bonequinha russa Matrioshka¹⁶ como metáfora para tal *sobreposição de textos*, ou seja, um texto dentro de outro; esse outro contém um outro, e assim por diante... Este lingüista, devido à *perseguição stalinista*, veio a ser conhecido na Europa (via França) somente nos anos 1970. Suas idéias ampliam nossa compreensão do sentido da palavra *diálogo* como, por exemplo, a, que obviamente esgota aqui (1986, p. 123):

O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra *diálogo* num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, nas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja.

A perspectiva bakhitiana de linguagem, ao propor o conceito de *polifonia*, explica razoavelmente bem o dialogismo presente na virtualidade. Lá acontece um diálogo (inimaginável na primeira metade do século XX), de todos com todos. O ciberespaço, dessa forma, possibilita que vozes representantes de discursos sociais e consciências inseridas nas classes sociais sejam ouvidas, ainda que virtualmente. Segundo Bakhtin (2003, p. 348.):

A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar de um diálogo: interrogar; escutar; responder; concordar etc. Neste diálogo, o homem participa todo e com toda a sua vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, com o corpo todo, com as suas ações. Ele se põe todo na palavra, e esta palavra entra no tecido dialógico da existência humana no simpósio universal.

Quanto ao novo paradigma comunicacional, ao qual nos referimos anteriormente, seu sentido nos é clareado, e até mesmo ampliado, por Almeida Moraes¹⁷ (2006, p. 3) quando explica:

Nessa perspectiva o centro da interlocução deixa de estar polarizado entre o eu e o tu, passando a um movimento dialógico na comunicação, ou seja, é criado um espaço entre ambos, como sujeitos empenhados em um entendimento simultâneo, onde cada palavra é resultado de um diálogo, numa relação de força entre o eu e o outro – vozes que representam discursos sociais e consciências inseridas nas classes sociais.

Contudo, não obstante as inovações tecnológicas comunicacionais do mundo dito globalizado em que vivemos, os modelos produção e de consumo foram como que homogeneizados. Vivemos um tempo em parece haver uma democracia planetária regida pelos ideais do liberalismo. Ilusão? Esta

¹⁵ Filósofo e pensador russo, teórico da cultura europeia e das artes, **Mikhail Bakhtin** (1895-1975) foi um pesquisador da linguagem, introduzindo conceitos de **dialogismo** e **polifonia**. Seus escritos, em uma variedade de assuntos, inspiraram trabalhos de estudiosos em um número de diferentes tradições (o marxismo, a semiótica, estruturalismo a crítica religiosa) e em disciplinas tão diversas como a crítica literária, história, filosofia, antropologia e psicologia.

¹⁶ **Matrioshka** é um brinquedo tradicional da Rússia, constituída por uma série de bonequinhas coloridas e ocas, feitas de diversos materiais, que são colocadas umas dentro das outras.

¹⁷ **Raquel de Almeida Moraes**, pesquisadora da UnB (Faculdade de Educação), atuando nos seguintes temas: educação a distância, formação de professores, linguagem e democracia. Entre suas obras, destacam-se: *Informática na Educação*, *Rumos da Informática na Educação Brasileira*, *Linguagens e Interatividade na Educação a Distância*.

suposta uniformidade global de processos é reforçada pela rapidez, ou melhor, *instantaneidade*, com que as mídias digitais processam transações econômicas transnacionais, por exemplo. Ao clique do mouse, ou a um leve toque na tela do *tablet*, cifras astronômicas circulam o *globo*. No que pese alguma incoerência semântica, *globalização*¹⁸ é como nos iremos nos referir ao fenômeno da interconexão *online*¹⁹ de produtores e consumidores em escala mundial, como prefere o falante comum (autores mais críticos preferem *planetarização*, em nossa percepção).

O lado obscuro desse *admirável mundo novo*²⁰ que desfrutamos hoje em dia é o fato de que, da forma como o vemos, ele ocorre em detrimento da consciência social²¹ do povo. O sociólogo belga, radicado na França, Armand Mattelart²², autor de várias obras relevantes concernentes às tecnologias de comunicação, especialmente em sua dimensão histórica e internacional, tem se mostrado um crítico feroz da interconexão generalizada das economias e das sociedades, a qual ele chama *planetarização da democracia de livre mercado*. Em sua obra *A globalização da comunicação* (2000), o renomado cientista social, eloquente opositor da globalização (termo que repudia), oferece-nos uma análise crítica e bastante razoável desse estado de coisas. Remando contra a maré, Mattelart (2000, p. 8) alerta-nos para o fato de que:

O projeto de planetarização da democracia de livre mercado, de instauração de uma “comunidade pacífica de democracias responsáveis, interligadas pelo comércio e pelos ideais do liberalismo”, conforme o consagrado eufemismo, mostrou sua face obscura: trata-se de uma estratégia de segurança global, indispensável para garantir a realização e a estabilidade das novas formas do mundo sob a dominação da marketização.

Assim é que, na propalada *sociedade da informação*²³ (termo para cujo sentido não há consenso entre cientistas sociais), somos expostos diariamente a uma imensa quantidade de informação *online* captada por nossas engenhocas digitais (*laptops, tablets, smartphones* – na ordem em que foram

¹⁸ A **globalização** é um dos processos de aprofundamento internacional da integração econômica, social, cultural, política, que teria sido impulsionado pelo barateamento dos meios de transporte e da virtualidade comunicacional integradora dos países no final do século XX e início do século XXI.

¹⁹ No contexto da virtualidade, **estar online** significa esta conectado a outros computadores pela internet, pronto para navegar o infomar. Uma vez no ciberespaço, tem-se acesso a uma variedade de serviços, como por exemplo serviços bancários *online*. Além disso, se estamos **conectados**, estamos acessíveis a outros internautas em tempo real.

²⁰ O autor se dialoga com a obra seminal do romancista inglês **Aldous Huxley** (1894-1963), *Brave New World* (1932), seu título original em inglês. Os temas nela abordados remontam grande parte de suas preocupações ideológicas como a liberdade individual em detrimento ao autoritarismo do Estado.

²¹ Aceitamos o sentido de **consciência social** como sendo o conhecimento que uma pessoa tem do estado dos restante dos integrantes da sua comunidade.

²² **Armand Mattelart**, sociólogo belga, radicado na França, autor de inúmeras obras dedicadas ao estudo da mídia, da cultura de massa e da indústria cultural, além das TICs. Voz crítica ao modelo econômico autodestrutivo que adotamos.

²³ **Sociedade da Informação** é um termo que surgiu no fim do Século XX, seu enfatizado no contexto darmo Globalização. Este tipo de sociedade encontra-se em processo de formação e expansão.

lançadas no mercado) das quais não nos separamos nunca e que são como extensão de nossos corpos nesse início de século. Até mesmo bebês já manipulam tais *gadgets*²⁴ digitais. Entretanto, ocorre que recebemos a todo instante uma quantidade enorme de informação, com as quais mal temos tempo de lidar. Piorando esta situação, grande parte desse bombardeio informacional são apelos publicitários irrelevantes ou desnecessários ao nosso bem-estar e contentamento. Paradoxalmente, a imensa quantidade de informação que nos chega contínua e incessantemente do ciberespaço geram em nós ansiedade, urgência e incompletude. Não obstante essa felicidade (apesar de, a nosso ver, ilusória) o mal maior que esse modelo econômico provoca, é a promoção de um consumismo autodestrutivo, posto que insaciável. É esta nossa percepção. Sem esquecer, no entanto, que são o rápido descarte e a rápida substituição de um produto digital (*hardware* ou *software*) por outro mais avançado que impulsiona o consumismo irracional que praticamos. Tal estado de coisas mantém, irresponsavelmente, o modelo capitalista hegemônico promovido pelos EUA. É como percebemos o contexto sócio-econômico dos dias contemporâneos.

Em outras palavras, o lado pernicioso desse novo modo de interagirmos uns com os outros, é que esta quantidade incomensurável de informação ao alcance, literalmente, de nossos dedos, faz com que tenhamos a *necessidade* (ou a ilusão dela) de mais e mais informações e produtos. Comprá-los é o que nos contenta. Descartá-los rapidamente para adquirir outros é o próximo passo. Esta dinâmica ocorre devido ao fato de sermos, até subliminarmente, sugestionados, por meio de campanhas publicitárias ardilosas, irresistivelmente instigantes, ao consumismo irrefreável e insensato. Entretanto, não podemos deixar de nos indignar diante do preço ambiental que estamos pagando por essa ansiedade consumista e lutar para que a sustentabilidade dos recursos naturais do planeta, à qual almejamos, seja uma prática comum dos povos das nações da Terra.

A dura realidade, segundo nossa percepção, que precisa ser enfrentada e resolvida pelas lideranças mundiais com a máxima urgência, é que as inovações tecnológicas digitais favorecem o consumismo ecologicamente insustentável. O que queremos dizer é que o modelo econômico hegemônico, globalizado e irresponsavelmente consumista exercido quase que unanimemente pelas nações do planeta, contribui para a insustentabilidade dos recursos naturais do planeta. O anunciado desequilíbrio ecológico tornou um fator de risco ao bem estar, até mesmo à sobrevivência, das futuras gerações. Feitas essas considerações, é vital que mudemos a maneira destrutiva com a qual temos nos

²⁴ *Engenhocas*, no português falado no Brasil.

relacionado com a Natureza e que mudemos drasticamente de nossos padrões de consumo, no que pesem os sedutores apelos do marketing virtual, por exemplo.

Ao analisarmos a realidade socioeconômica contemporânea mundial um pouco mais cuidadosamente, perceberemos que as inovações tecnológicas comunicacionais, aparentemente, tornaram-se a base de um novo momento do modelo econômico capitalista. Aprenderemos também que tal modelo continua a seguir os ditames do imperialismo *yankee*, fortalecido com o fim da Guerra Fria, no final dos anos 1980. Deu-se, a seguir, a derrocada do modelo comunista soviético exercido pelo, então chamado, segundo mundo²⁵. A bipolaridade havia chegado à exaustão. Havia agora uma superpotência hegemônica. Como se não bastasse tal supremacia geopolítica, as inovações tecnológicas geradas em seus centros de pesquisa tornaram o país de Abraham Lincoln e Martin Luther King ainda mais poderoso. Abertamente, os EUA exercem este poder incomparável controlando os destinos de nações, empresas e pessoas, como veremos oportunamente. Militarmente, são imbatíveis.

O final da Guerra Fria, com a evidente vitória do modelo econômico capitalista exercido pelos países ocidentais sob liderança norte-americana, redesenhou a geopolítica mundial. Determinante para tamanho êxito foi, indubitavelmente, o fantástico desenvolvimento tecnológico alcançado pelos norte-americanos. As novas tecnologias desenvolvidas pelo país que pôs um ser humano em solo lunar qualificaram-no a ameaçar por em órbita um sistema antimíssil que, como um escudo (*missile shield*²⁶), protegeria o território norte-americano dos mísseis soviéticos, projeto quem ficou conhecido como *Guerra nas Estrelas*. Como compreendemos aquele momento histórico, os planos de uma guerra defensiva altamente tecnológica anunciada pelos americanos convenceram os soviéticos da inutilidade da manutenção de seu regime, o qual, na verdade, não passava de um de autoritarismo de Estado extremamente repressor. Este cenário estatizante soviético, cerceador de liberdades individuais, fora iniciado por Joseph Stalin, líder do grupo Bolchevique que tomou o poder ao sair vitorioso da guerra civil russa de 1918. Ao destronar o Czar Nicolau II, assassinando toda sua descendência a família real, os revolucionários vitoriosos puseram fim à monarquia russa. Os revolucionários bolcheviques instauraram, em seu lugar, o modelo econômico comunistas, da forma como Karl Marx houvera prescrito, como assim pensava Lênin. Setenta anos depois, viu-se que aquele não era o marxismo dialético que se esperava. Temos a impressão que o próprio Marx não concordaria com o autoritarismo

²⁵ Nos tempos da bipolaridade geopolítica, **segundo mundo** refere-se ao grupo de países, cujo modelo econômico era o comunista: o bloco soviético e sua Cortina de Ferro, além de China e Cuba.

²⁶ *Escudo antimíssil*, em tradução livre.

de Estado praticado pelos soviéticos. Tal contexto, apesar de instigante, não é propriamente o foco deste estudo; servimo-nos dele na busca de oferecer maior clareza a respeito dos eventos históricos pertinentes ao *retorno do liberalismo* a quase totalidade das nações do mundo. Este foi o cenário geopolítico deixado pela Guerra Fria, como o percebemos hoje, ao olharmos em retrospecto.

A supremacia do modelo capitalista defendido pelos norte-americanos sobre aquele modelo comunista soviético praticamente encerrou o século XX, na medida em deu início a um novo ciclo socioeconômico mundial. Tal ruptura foi também político-ideológica. Era novembro de 1989 quando os portões das embaixadas da Alemanha Oriental²⁷ nos países da Cortina de Ferro²⁸ foram abertos a quem quisesse lá se asilar. Imagens impressionantes de nacionais daqueles países invadindo as missões diplomáticas da RDA (República Democrática Alemã) chegavam a nossos lares pela TV. Nada supera, entretanto, as imagens do livre ir e vir dos alemães através do famigerado Muro de Berlim e sua impressionante, por comovente, destruição, tijolo a tijolo, pelas próprias mãos daqueles a quem o muro aprisionou por décadas. Desmantelava-se, sob nossos olhos telespectadores, a União das Repúblicas Socialistas Soviética. A derrubada do muro foi o ato simbólico que decretou o encerramento de décadas de disputas econômicas, ideológicas e militares entre o bloco capitalista, comandado por Estados Unidos e o socialista, dirigido pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

A este cenário de rearrumação da geopolítica mundial, acrescenta-se o enfraquecimento do *Welfare State*²⁹, sobretudo nos países da Europa Ocidental, com a consequente redução de benefícios sociais que diretamente proporcionavam aos seus cidadãos. A chamada *crise do Estado do Bem Estar Social* iniciara-se na década de 1980. Curiosamente, renunciara o retorno do liberalismo. Tais reformas socioeconômicas com ênfase na diminuição da presença do Estado na economia, consideradas imprescindíveis à sobrevivência do capitalismo, acarretaram a perda de direitos à proteção social que o Estado oferecia em diversos países, inclusive no Brasil. Apesar dos violentos protestos, greves e movimentos populares, as reformas foram corajosamente conduzidas, no Reino Unido, por sua

²⁷ **Alemanha Oriental** era o nome com o qual ficou conhecida a **República Democrática Alemã** entre 1949 e 1990 (Alemanha comunista) quando a Alemanha tradicional foi dividida entre os vendedores da Segunda Guerra Mundial, EUA e URSS, os quais estabeleceram em suas áreas de influência político-econômica, os dois modelos econômicos distintos e excludentes entre si: o capitalismo e o comunismo.

²⁸ Esta expressão célebre é utilizada para designar o domínio da extinta **União Soviética sobre os países do leste da Europa**. Tal nome surgiu de um discurso do primeiro-ministro britânico Winston Churchill, proferido em 1946. Eram estes os principais países da **Cortina de Ferro** (países limítrofes da URSS): **Polônia, Hungria, Romênia, Bulgária** entre outros, os quais formavam a **Europa Oriental**, em contraposição à **Europa Ocidental**. Hoje, muitos desses países tiveram suas configurações geográficas e culturais modificadas.

²⁹ **Estado do Bem Estar Social** é um tipo de organização política e econômica que coloca o Estado como agente da promoção (protetor e defensor) social e organizador da economia.

primeira-ministra Margareth Thatcher (*the iron lady*³⁰), que ousou desestatizar a economia britânica, privatizando o que achou que devia, ou o que pode. Protagoniza também esse momento histórico, o presidente norte-americano Ronald Reagan, principal aliado de Thatcher.

Eleito pelo Partido Republicano³¹ dos EUA, tradicionalmente mais conservador, Reagan, um ex-ator de Hollywood, tornou-se célebre nas telas de cinema representando papéis de *cowboys*, fato simbolicamente representativo, a nosso ver. Ele é o mesmo que, uma vez na presidência do país tecnologicamente mais avançado do mundo, ameaçou os soviéticos com ações militares defensivas do tipo *Guerra nas estrelas*³², o que, em nossa percepção, contribuiu para que a URSS jogasse a toalha. Foi ele também que, em visita oficial ao Brasil, chamou-nos de Bolívia³³. Neste novo cenário do concerto das nações, o modelo econômico capitalista se movimenta dialeticamente em uma realidade geopolítica que já não é mais *bipolar*³⁴. Já não mais existe a ameaça comunista à economia de mercado e à liberdade democrática, pilares do liberalismo defendido pelos norte-americanos. O mundo, sob a vigilância e o controle de uma potência hegemônica, havia se globalizado. O mercado, entidade invisível a comandar a oferta e a demanda de bens e serviços, passa então a ditar suas leis em escala mundial. Convenientemente, as TICs virtuais viabilizam a planetarização da produção e do consumo. A aldeia global³⁵, profetizada por alguns filósofos visionários nos anos 1960, confirmara-se.

Diante do fabuloso desenvolvimento tecnológico que alcançamos e ao observarmos, extasiados, o atual momento do processo de evolução da humanidade, ou civilizatório, como preferem alguns, certas indagações se impõem caso queiramos ter uma compreensão mais clara das implicações do fenômeno da virtualidade em nossas vidas. Esperamos que estes questionamentos facilitem nossa percepção do movimento dialético da virtualidade. Nesse contexto, o momento histórico em que vivemos, no qual somos intensamente mediados por inovações tecnológicas comunicacionais, nos faz indagar: Qual o quinhão da Educação no ciberespaço? De que forma este cipoal de *websites*, redes sociais, mídias e

³⁰ **A dama de ferro.** Esta alcunha deve-se ao fato de Thatcher ter sobrevivido a uma tentativa de assassinato em 1984, de sua dura oposição aos sindicatos e de sua forte crítica à União Soviética.

³¹ O **Partido Republicano** norte-americano, cuja plataforma tem como base fundamental o conservadorismo, é uma das duas mais importantes forças políticas, juntamente com o **Partido Democrata**, tido como liberal.

³² **Guerra nas Estrelas** (*Star Wars*) título de uma série de seis filmes de ficção científica espacial dirigidos por **George Lucas**.

³³ **Fonte:** <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2001/010521_reagan4.shtml>

³⁴ Seus dois pólos eram a **URSS** e os **EUA**.

³⁵ **Aldeia Global** é um termo criado pelo filósofo canadense **Marshall McLuhan**, com o intuito de indicar que as novas tecnologias eletrônicas tendem a encurtar distâncias e o progresso tecnológico tende a reduzir todo o planeta à mesma situação que ocorre em uma aldeia: um mundo em que todos estariam, de certa forma, interligados.

gadgets digitais como *games*³⁶ etc., onipresentes em nosso cotidiano, favorecem a Educação emancipadora? Como navegar o infomar pedagógico e suas *infovias* educacionais? Como a virtualidade pode ser útil à Administração Pública na gestão de suas políticas públicas e programas educacionais? As ferramentas virtuais que viabilizam as redes sociais colaboram com a democracia? Fortalecem a sociedade civil? Promovem a transparência das ações governamentais e a participação dos cidadãos na elaboração e gestão de políticas públicas sociais? A que preço?

É claro que não ousamos responder assertivamente à maioria dessas indagações nesta pesquisa exploratória. Contudo, nossa intenção não é responder assertivamente estas perguntas. Se não as respondemos, ao menos buscamos oferecer indícios que justifiquem futuras pesquisas a respeito do tema. Com relação às abordagens pedagógicas inovadoras que as TICs virtuais possibilitam, Almeida Moraes (2006, p.1) nos esclarece que:

[...] a nova infra-estrutura da informação e da comunicação pode contribuir para ampliar ou renovar os cânones tradicionais da produção do conhecimento levando-se em conta que os meios informáticos oferecem acessos a múltiplas possibilidades de interação, mediação e expressão de sentidos, propiciados, tanto pelos fluxos de informação e diversidade de discursos e recursos disponíveis – textuais, visuais e sonoros – como pela flexibilidade de exploração.

Nessa perspectiva, esperamos que esta pesquisa exploratória auxilie na difusão das TICs virtuais no fazer pedagógico de futuros professores, obviamente que sempre, na medida do possível, de forma conscientemente crítica. Esperamos também que o Facebook e suas redes sociais virtuais se tornem uma ferramenta que imprima qualidade ao gerenciamento dos programas educacionais, dando-lhes mais transparência quanto a seus atos administrativos, permitindo a participação do cidadão comum nas tomadas de decisões e imprimindo maior rapidez ao trânsito de informação. No que tange a Administração Pública e a gestão de suas políticas e programas educacionais, nosso estudo se inicia com o reconhecimento dos esforços de reforma do aparelho de Estado brasileiro empreendido pelo governo do PSDB³⁷ de FHC³⁸ (1994-2002). Entretanto, sua administração acolheu de braços abertos o liberalismo que retornara, agora com o nome de *neoliberalismo*. Essa inclinação ideológica refletiu-se fortemente na gestão das políticas públicas. Isso se deveu, principalmente, ao fato de que se buscou a

³⁶ **Jogos eletrônicos**, febre entre crianças e adolescentes no Brasil e no mundo. É imenso seu mercado. Oferecem boas possibilidades pedagógicas, a nosso ver.

³⁷ O **Partido da Social Democracia Brasileira do Brasil**, surgiu em 25 de junho: "longe das benesses oficiais, mas perto do pulsar das ruas, para fazer germinar novamente a esperança", segundo deu *website*.

³⁸ O ex-presidente (pelo PSDB) **Fernando Henrique Cardoso** é um sociólogo, cientista político, filósofo, professor universitário, escritor e político brasileiro. Sua obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica* (1970) foi importante referencial teórico para acadêmicos universitários dos **anos de chumbo**.

implementação de um modelo de gestão pública, entre nós, assim como no restante da América Latina, que satisfizesse as imposições dos organismos multilaterais internacionais³⁹ financiadores de importantes programas educacionais no Brasil. Tal modelo de gestão da coisa pública, o qual o governo de FHC julgou apropriado, ficou conhecido entre nós como *gerencial*. Ele surfa a onda liberal do *Estado mínimo* e busca aproximar o modelo com que o Estado executava a gestão de suas políticas sociais ao modelo praticado por empresas privadas em sua busca de eficiência (eficácia com menor custo) e logicamente, o lucro, a acumulação e a mais valia.

A guisa da manutenção de nossa concentração e foco, convém relembrar que esta pesquisa exploratória que ora relatamos foi desenvolvida no âmbito de um mestrado profissional em Educação, na área de gestão de políticas públicas e sistemas educacionais. Sendo assim, entre outros contextos por ela explorados, encontram-se os governos dos dois últimos Presidentes da República, que se posicionam ideologicamente como *de esquerda*: Lula da Silva e Dilma Rousseff, partidários do PT⁴⁰. Buscamos saber se os dois últimos presidentes da República, em mais de dez anos de administração petista, praticaram/praticam em seus governos algum tipo de gestão da administração pública que seja *alternativa ao modelo gerencial* herdado do governo anterior, o qual se caracterizou por suas práticas neoliberais, as tais determinadas pelo Consenso de Washington⁴¹. Além disso, buscou-se também saber se há, no modelo de gestão da Administração Pública praticado por governos mais comprometidos com as demandas das classes populares de Da Silva e de Rousseff, alguma semelhança ao modelo de gestão, mais democrático e participativo, dos projetos sociais inovadores, os quais vinham sendo propostos pelo PT desde sua fundação, no início dos anos 1980. Parece-nos coerente esperar que o PT, uma vez que se tornou a força política majoritária no Congresso e teve a capacidade de eleger o Presidente da República, implementasse seus projetos sociais redentores com algum tipo de gestão inovadora e/ou alternativa. Esta expectativa foi parcialmente frustrada, já que ainda é predominante na administração pública, na nossa percepção, o modelo gerencial, herdado do governo anterior. Houve, todavia, experimentações esporádicas, principalmente na esfera municipal, de um modelo de gestão pública que fosse ao encontro das necessidades sociais das classes populares: uma abordagem alternativa de gestão

³⁹ FMI, UNESCO, BIRD (Banco Mundial), BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)

⁴⁰ Partido dos Trabalhadores.

⁴¹ Consenso de Washington é um conjunto de medidas - que se compõe de dez regras básicas - formulado em 1989 por economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C., como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, fundamentadas num texto do economista John Williamson, do *International Institute for Economy*, e que se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990, quando passou a ser *receitado* para promover o *ajustamento macroeconômico* dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades.

mais voltada à democracia participativa e ao modelo da *administração pública societal*, como o designa Paes de Paula (2005), sobre o qual nos deteremos oportunamente.

Acreditamos que as inovações tecnológicas digitais, as quais propiciaram o advento das TICs da *Web 2.0*, ao mesmo tempo em que servem aos interesses hegemônicos norte-americanos, também podem ser instrumentos de emancipação das classes populares. Para tanto, há que se colocar a Educação em seu devido lugar no rol das prioridades nacionais. Enquanto escrevemos este relatório, percebemos, entristecido, que já estamos no segundo semestre de 2013 e o Plano Nacional de Educação (PNE) relativos à década 2011-2020 não foi sequer votado pelo Congresso Nacional. Como vemos, há ainda um longo caminho a ser percorrido. Abádia da Silva⁴² (2005, p. 342) lança uma réstia de luz ao momento sombrio que nos encontramos (a luz no fim do túnel?):

Entretanto a velocidade com a qual se multiplicam as criações e os inventos tecnológicos, os visíveis sinais de degradação ambiental, as mudanças nas relações sociais e familiares, o aumento de questões sociais, violência, drogas, desemprego juvenil e adulto, alcoolismo são sinais que relocalizam a importância das instituições educacionais e, nela, dos profissionais da educação.

Percebemos, assim, nas palavras desta cientista social, que o maior desafio a ser enfrentado na modificação deste cenário desencorajador descrito acima é o de como promover *consciência social* perante os educandos, como nos propõe Paulo Freire (1987) em sua pedagogia libertadora. Há indiscutivelmente a necessidade de se aprimorar as condições do exercício da Educação. A qualificação e reconhecimento dos docentes traria, sem dúvida, um grande avanço ao combalido sistema educacional brasileiro. Nesse sentido, no que pese o fato de que, segundo Mattelart (2000, p.12), “a homogeneização das sociedades é inerente à unificação da economia”, e que devemos considerar seriamente o que nos alerta o cientista social belga também nos chama atenção para o fato de que “A possibilidade de se apropriar e de gerir socialmente a tecnologia é uma questão de natureza estratégica fundamental.” O mesmo autor, entretanto, (2000, p. 15) nos oferece alguma esperança de mudanças positivas causadas pela virtualidade, ao mesmo tempo em que nos alerta para sua relevância geopolítica quando nos diz:

Eterna promessa, a rede de comunicações é símbolo de um mundo melhor, porque mais solidário. Da estrada de ferro até as “estradas da informação”, esta crença foi se reavivando no decorrer das gerações tecnológicas. As redes, porém, sempre estiveram no centro da luta pelo domínio do mundo.

Mesmo arricando-nos sermos considerados demasiadamente idealistas, utopicamente, esperamos que o uso das TICs virtuais na sala de aula e alhures auxiliem na oferta da Educação libertadora e

⁴² **Maria Abádia da Silva** (UnB, Faculdade de Educação), desenvolve estudos e pesquisas com prioridade para a História da Educação Brasileira e Políticas para a Educação Básica, atuando principalmente nos seguintes temas: formação de professores, políticas para educação básica, banco mundial e gestão da educação.

dialógica⁴³ como propõe Freire (1987). cremos também que elas participem na ampliação consciência social do nosso povo. Para tanto, há que se lutar contra a exclusão digital dos mais pobres, sobretudo dos jovens futuros educadores e assegurar que todos estudantes tenha fácil acesso à internet em banda larga para que possam se apropriar das TICs virtuais disponíveis na *Web 2.0* e gerir sua formação de maneira mais autônoma. Temos que nos apropriar deste conhecimento. Eis a razão precípua dessa pesquisa.

Não obstante o atual discurso político petista de inclusão dos menos privilegiados, ao nos determos com atenção nas dificuldades de conexão que enfrentam os mais pobres, é provável que percebamos que a exclusão digital das classes populares já existe. As conexões à internet de que dispõem são de péssima qualidade, além de caras. Neste estado de penúria, sua navegação virtual, de tão precária, inviabiliza o uso de TICs virtuais, sem as quais não há como os mais pobres se apropriarem das ferramentas digitais de última geração, ação, a nosso ver, imprescindível a sua emancipação. O mesmo, infelizmente, é verdadeiro para um grande número de escolas públicas do nosso imenso país, principalmente as localizadas nas zonas rurais, nas regiões menos desenvolvidas e nas periferias das grandes cidades, favorecendo ainda mais nossa terrível iniquidade social. Em um país que ainda apresenta uma realidade social tão desigual como o nosso, ao observarmos os recursos digitais oferecidos pelas escolas particulares e a ausência deles nas escolas públicas (a dos *pobres*), por exemplo, indica que a exclusão digital dos socialmente mais frágeis ameaça ser uma forma a mais de dominação e exclusão, dificultando ainda mais a conscientização libertadora destes brasileiros. Foi o que fez, e, infelizmente, ainda o faz, o analfabetismo em nosso país. Não podemos permitir mais essa forma de analfabetismo, o digital. É esse o *problema* para o qual essa pesquisa busca oferecer soluções ou, ao menos, indicar caminhos a serem trilhados em pesquisas futuras.

Esta pesquisa exploratória teve como *objetivo geral* investigar o potencial dos *websites* de relacionamentos com seus dados baseados na internet, em especial o Facebook, na gestão dos grupos PET Educação/Pedagogia do Programa de Educação Tutorial (PET) da SESu/MEC de diferentes IES⁴⁴ de diferentes regiões do país. Buscou também investigar o uso que os participantes do PET fazem das ferramentas comunicacionais virtuais da *Web 2.0* em sua gestão. Investigamos também, no âmbito da análise da gestão de políticas públicas, quais modelos de gestão da administração pública vinham sendo

⁴³ O domínio da leitura e da escrita é, então, uma condição para o **diálogo** com as outras categorias sociais. Sem a leitura e a escrita, o homem não produz **discurso político**, o que reforçaria sua condição de alienado dos fatos de sua história.

⁴⁴ **Instituições de Ensino Superior** (inclui as públicas e as privadas).

utilizados nos últimos dez anos, marcados pela presença de um partido político mais conectado aos anseios das classes populares. Seus **objetivos específicos** foram:

a) Investigar como acontece a comunicação e interação dos participantes dos grupos PET Educação/Pedagogia entre si e com membros das comunidades onde seus projetos de extensão são desenvolvidos.

b) Investigar se os participantes do PET, em especial os docentes-tutores dos grupos PET Educação/Pedagogia de diferentes IES e regiões do país usam o *website* de relacionamentos Facebook em sua comunicação entre si, com estudantes de sua IES, com outros grupos PET e com membros das comunidades onde seus projetos de extensão são desenvolvidos. Consideramos tais procedimentos ações de gestão.

c) Investigar em que medida o uso do *website* de relacionamentos Facebook é usado como instrumento para o entretenimento e/ou desenvolvimento acadêmico por participantes dos grupos PET Educação/Pedagogia e até que ponto este uso favorece a qualidade da gestão de grupos PET envolvidos na formação de docentes para a educação básica.

Este estudo justifica-se pela necessidade, ao nosso modo de ver, de a administração pública, em suas três esferas (federal, estadual e municipal), inserir-se de forma mais assertiva na virtualidade que o mundo contemporâneo oferece de modo a, sobretudo, promover o diálogo com os cidadãos comuns, especialmente com o público-alvo das ações do poder público. Entendemos como desejável a participação democrática dos cidadãos comuns em todo o processo de desenvolvimento das políticas públicas sociais. Em outras palavras, este estudo busca participar no aperfeiçoamento da democracia que conquistamos até aqui, auxiliando na promoção da transparência das ações do Estado, para que se tenha um maior controle sobre elas.

Registre-se que esta pesquisa exploratória, a qual aconteceu no âmbito de um mestrado profissional desenvolvido na Faculdade de Educação desta Universidade de Brasília (UnB), foi desenvolvido por um agente da Administração Pública direta, lotado na Secretaria de Educação Superior (SESu) do MEC. Nesse contexto, o pesquisador, em suas ações cotidianas de gestão de programas educacionais, busca uma melhor compreensão do modelo de gestão apropriado à educação superior que se almeja: aquela que possa contribuir para a emancipação da sociedade, em especial das classes populares, além, é claro, de promover a *excelência acadêmica*, que, no senso comum indica a

qualidade do que bom, a qualidade que distingue um entre muitos. Seu sentido não está explícito nos documentos pertinentes a esse estudo a que tivemos acesso.

Os impactos causados pelo uso das TICs virtuais pela sociedade contemporânea ainda não são amplamente conhecidos. Sabemos, entretanto, que, no campo educacional, tradicionalmente a “comunicação tem apresentado um caráter linear, impositivo e monológico” (Almeida Moraes, 2006). A perspectiva de Freire (2001a), contudo, nos alarga o horizonte ao indicar o diálogo como o caminho para a Educação emancipadora. O célebre pedagogo pernambucano alerta-nos que para o diálogo acontecer, é condição necessária que os sujeitos tenham um campo de significados em comum. “Em relação dialógico-comunicativa, os sujeitos interlocutores se expressam, como já vimos, através de um mesmo sistema de signos lingüísticos” (Freire, 2001a, p. 67).

Esta pesquisa aspira, da mesma forma, estabelecer uma relação dialógica (e dialética) com a Educação, a Administração Pública, as políticas públicas sociais, a gestão pública societal, o cidadão comum causando a polifonia que as TICs virtuais tornam possível. O conjunto de vozes. Urge também promover novos estudos que ampliem o conhecimento a respeito de políticas públicas e que promovam a qualidade da gestão da administração pública, em especial no que concerne às políticas públicas educacionais, coordenando-as com seus beneficiários e outros atores. Assim, o presente relatório desta pesquisa desenvolvido no âmbito de um programa de mestrado profissional está dividido em cinco capítulos. Os dois primeiros lidam com a abordagem contextual das TICs virtuais, bem como os conceitos norteadores de políticas públicas aplicadas ao PET. O terceiro capítulo aborda a metodologia utilizada na pesquisa. O quarto faz a análise dos dados e discute os resultados obtidos. O quinto e último capítulo apresenta as considerações finais extraídas deste estudo, o qual foi desenvolvido em Brasília-DF nos dez primeiros meses de 2013.

Capítulo I - A Sociedade em Rede

A questão da cibernética e seu papel na sociedade contemporânea têm sido amplamente debatidos na literatura científica mundial sob o impacto das mudanças, sobretudo as comunicacionais, por ela ocasionadas. Para tanto, pesquisadores sociais fazem uso de uma série de rótulos, conceitos e termos, os sentidos dos quais nem sempre é consensual entre cientistas sociais. Entre estes novos conceitos, podemos citar: *sociedade do conhecimento*, *sociedade do saber*, *nova economia*, *cibercultura*, *sociedade digital*, *sociedade da informação*, *sociedade pós-industrial*, *sociedade pós-moderna*, *revolução da informação*, *capitalismo da informação*, entre outros termos, que, geralmente, refletem determinada postura ideológica. *Sociedade da informação*, o mais simples deles, da maneira como entendemos, é o termo que usaremos quando necessário, como foi dito. Este termo, surgido nos anos 1960, baseia-se nos novos aspectos socioculturais e econômicos impulsionados pela tendência tecnológica entre informática, telecomunicações e outros setores do ciclo produtivo em um contexto de corrida espacial em tempos de Guerra Fria. *Um pequeno passo para um homem, um salto gigante para a humanidade*, foi o que disse o astronauta Neil Armstrong em seu passeio lunar, o primeiro ser humano a deixar pegadas na superfície de nosso satélite natural. *A Lua foi conquistada afinal*⁴⁵, disse Gilberto Gil em canção emblemática. Era junho de 1969. Tudo transmitido ao vivo, via Embratel. Mesmo assim houve quem duvidasse.

Não obstante os debates inconclusivos a respeito do assunto, entendemos que esse tipo de sociedade encontra-se ainda em processo de formação e expansão. A rapidez com que as mudanças comportamentais ocorrem por intermédio das TICs virtuais, no entanto, torna a tarefa de estudar seus impactos em nossos afazeres cotidianos, em especial suas implicações na gestão da Administração Pública, algo desafiador e intelectualmente instigante. Contudo, estamos tão próximos à virtualidade em nossa faina diária, que, talvez, seja necessário algum distanciamento crítico para que, nesse cipoal cibernético, possamos distinguir a árvore da floresta.

O importante teórico crítico vinculado à Escola de Frankfurt⁴⁶, Andre Feenberg⁴⁷, propõe um outro olhar para a questão das implicações das novas tecnologias em nosso cotidiano, vinculando-as aos processos sociais e culturais do dia-a-dia. Ao defender a apropriação da cibernética por cientistas sociais

⁴⁵ Canção **Lunik 9** de **Gilberto Gil** (1967).

⁴⁶ Refere-se a uma escola de teoria social interdisciplinar **neomarxista** original da Universidade de Frankfurt, Alemanha.

⁴⁷ **Andrew Feenberg** detém atualmente a Cátedra Canadense de Pesquisa em Filosofia da Tecnologia, da Escola de Comunicação da Universidade Simon Fraser, em Vancouver.

e descrevendo o conflito entre o homem e a máquina temido pelos humanistas, assim Feenberg (2004, p. 158) aborda este conflito:

Os pensadores sociais que temem uma sociedade automatizada rejeitam o computador, mas aqueles que, ao contrário, anseiam por ela, o admiram. Em outras palavras, enquanto os tecnocratas saúdam o poder do computador para se entregarem a uma vida social transparente e controlável, os humanistas preveem a dominação do homem pela máquina.

Nossa percepção é a de que os pensadores sociais se submentem cada vez mais ao novo paradigma informacional viabilizado pela virtualidade. Neste sentido, creio que o humanista e o tecnocrata estão mais próximos em suas atitudes com relação às possibilidades das TICs virtuais, uma vez que tudo elas abrangem. Como veremos ao analisarmos os dados empíricos deste estudo. Ao que tudo indica, a cibercultura⁴⁸ penetrou de forma irreversível na cultura tradicional ao inserir inúmeros neologismos em nossa língua. Indício de sua perenidade. Penso que isso aconteça em outras línguas pelo mundo afora. Para enfatizar a intimidade com nos relacionamos com a cibercultura, eis alguns exemplos de termos relativos à virtualidade que foram incorporados à língua: *online*, *webpage*, *mouse*, *login*, *logout*, *blog*, *hardware*, *software*, *mouse*, *pendrive* e tantos outros mais. Até o conceito de *amigo*⁴⁹ foi levemente alterado ou, melhor dizendo, expandido, na interação que acontece nas redes sociais virtuais, como veremos mais à frente.

1.1 A problemática: a virtualidade na aldeia global

O mais fascinante do mundo digital em vivemos é que ele nos oferece possibilidades de crescimento/desenvolvimento pessoal, inimagináveis, há até bem pouco tempo. Devido, sobretudo às TICs virtuais, somos frequentemente surpreendidos por novos caminhos pedagógicos que se apresentam, muitos dos quais proporcionados pela *autonomia* que o aprendiz começa a adquirir. Como se não bastasse, retrocedendo algumas décadas na linha do tempo, constataremos, estupefatos, a dimensão das mudanças na maneira de nos relacionamos, de expressarmos nossos sentimentos e de interagimos uns com os outros ocasionada por tais inovações tecnológicas. Surpreende-nos, sobretudo, a rapidez com a qual estas mudanças ocorreram: em um piscar de olhos, como se costuma dizer coloquialmente, ou, para ser mais apropriado, em alguns cliques no *mouse*, ou a um leve toque na tela

⁴⁸ **Cibercultura**, termo difundido por **Pierre Levy**, é a cultura que dialética e polifônicamente tecemos na teia virtual da *www*. Lévy coloca que a cibercultura é um movimento que oferece novas formas de comunicação, o que chama a atenção de milhares de jovens pelo mundo. Assim, ele lembra que aqueles que denunciam a cibercultura têm certa aparência com os que denunciavam o rock e o cinema há algumas décadas. Sendo que estes por inúmeras vezes foram porta-vozes dos sonhos e aspirações da juventude na época.

⁴⁹ O pesquisador refere-se aos *amigos* do Facebook.

do *tablet* ou do *smartphone*, entre outras engenhocas digitais disponíveis no mercado, ubíquas no mundo contemporâneo.

A mudança de todo um conjunto de padrões e regras comunicacionais que eram, no momento histórico anterior, compartilhados por toda a comunidade mundial, mudam quase que repentinamente. O impacto causado pela virtualidade no sistema de produção e de consumo (de um mundo globalizado e cada vez mais consumista) é comparável aos causados pela tecnologia dos tipos móveis da imprensa de Gutenberg na Alemanha do final da Idade Média, ou o transporte ferroviário de massa na Europa da segunda metade do século XIX. O mundo, como houvera antecipado Marshall McLuhan⁵⁰ em duas obras seminais, *A galáxia de Gutenberg* (1962) e *Os meios de comunicação como extensão do homem* (1964), houvera se tornado uma *aldeia global*. O que o polêmico teórico da comunicação queria dizer com isto? Hoje, quando meio século nos distancia das primeiras análises da comunicação eletrônica, constatamos que naqueles anos hippies da década de 1960, sob domínio do *flower power*⁵¹ e na expectativa da *era de aquarius*, McLuhan ousou afirmar que as novas tecnologias eletrônicas iriam encurtar distâncias, reduzindo o planeta à condição de aldeia. E é assim que o mundo se apresetou. Como privira o célebre cientista midiático canadense.

Ao olharmos para o passado, no tempo do surgimento das inovações tecnológicas comunicacionais, perceberemos que os primeiros passos rumo à virtualidade foram dados a partir do domínio do conhecimento científico das ondas eletromagnéticas, que preparou o caminho para o advento do rádio nos anos de 1920, e a TV na década de 1950. Relevante, e ainda não totalmente reconhecidas, foram as pesquisas do brasileiro Landell de Moura⁵² envolvendo experimentos com ondas eletromagnéticas tendo possivelmente sido o primeiro a transmitir a voz humana por *ondas de rádio* com sucesso. McLuhan, por sua vez, foi o primeiro intelectual a tratar das transformações sociais provocadas pela revolução tecnológica do computador e das telecomunicações nos anos 1960. Suas análises, desconcertantes e proféticas, atraíram a atenção de um educador brasileiro de fundamental importância, *antenido* que era às possibilidades pedagógicas das ondas eletromagnéticas. Parabolicamente⁵³? Talvez sim, como todo bom baiano. Falamos de Anísio Teixeira. Curiosamente, foi justamente o pedagogo

⁵⁰ **Marshall McLuhan**, intelectual canadense que introduz as frases *o meio é a mensagem* e *aldeia global* como metáforas para a sociedade contemporânea, ao ponto de se tornarem parte da nossa linguagem do dia a dia

⁵¹ **Flower Power** (Força da Flor) foi um slogan usado pelos hippies dos anos 60 até o começo dos anos 70 como um símbolo da ideologia da não violência e de repúdio à Guerra do Vietnã.

⁵² **Roberto Landell de Moura** (1861-1928) foi um padre católico, cientista e inventor brasileiro, considerado o *Patrono dos Radioamadores do Brasil* e o *Pai Brasileiro do Rádio*. O trabalho de Landell de Moura envolvendo experimentos com ondas eletromagnéticas foi pioneiro, tendo possivelmente sido o primeiro a transmitir a voz humana por rádio com sucesso.

⁵³ Referência à canção de **Gilberto Gil** usada como prefácio desta obra.

brasileiro, natural da Bahia, Anísio Teixeira. O mesmo mestre, que juntamente com Darcy Ribeiro⁵⁴, idealizou esta Universidade de Brasília, que escreve o prefácio da edição brasileira de *Understanding media*, traduzido entre nós por *Os meios de comunicação como extensão do homem* (1964), obra essencial para a percepção da dimensão visionária de McLuhan. Ao nos determos na trajetória de Anísio Teixeira, perceberemos sua crença no potencial pedagógico da realidade descrita pelo *scholar*⁵⁵ canadense. A *comunicação eletrônica*, como o pedagogo baiano a chama. Diz Teixeira (1969) no prefácio da obra de McLuhan acima mencionada em sua edição brasileira, mantida a grafia da época:

Agora, a comunicação eletrônica irá nos repor no mundo oral, no mundo auditivo, no mundo da imagem, no mundo do tato, no mundo visual já agora despido de sua onipotência - em tal estado de comunicação pluralística, simultânea e planetária, que se abre para o homem a possibilidade de retornar a modos de vida mais íntegros e harmoniosos do que todos que pôde êle ter em tôda a história de sua vida "civilizada"... e infeliz: o nosso famoso "mal-estar" da civilização.

Percebemos claramente, nesse texto, o compromisso de Teixeira com a associação das inovações tecnológicas comunicacionais com a educação de massa. Ele, ao lado de Paulo Freire, são os mais consagrados e reconhecidos educadores entre nós. Foram, e continua a ser, faróis a sinalizar sua luz em nossa navegação pedagógica, especificamente neste trabalho, a navegação que ocorre no informar da virtualidade. Seu nome foi dado à autarquia vinculada ao MEC, responsáveis precipuamente pelas pesquisas educacionais, censo, avaliações etc., INEP⁵⁶, justo reconhecimento da Pátria de sua importância para a Educação brasileira. Assim sendo, torna-se relevante, ao contexto da pesquisa, situar Anísio Teixeira, talvez até como reverência a este educador brasileiro por suas idéias pedagógicas e suas reflexões sobre Educação. Já nos anos que se seguiram à Revolução de 1930, ele é um dos que assinam o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, divisor de águas em nossa história da Educação. São os chamados *escola-novistas*. Esteve, desde então, ativo e atuante em diversos momentos importantes da Educação brasileira como um de seus mais importantes pensadores.

Intelectual respeitado entre seus pares, Teixeira morreu, infelizmente, de forma tão trágica quanto suspeita, naquele ano de 1971. O país era então governado por mais um general, o de então teve sua passagem pelo Palácio do Planalto marcada pela violenta repressão aos movimentos populares e a opositores ao regime autoritário instaurado pelos militares, como forma de proteger a pátria do perigo

⁵⁴ **Darcy Ribeiro** antropólogo, escritor e político brasileiro conhecido por seu foco em relação aos índios e à educação no país. Importante, especialmente, por sua participação na elaboração da nova LDB e da criação da UnB.

⁵⁵ **Scholar** é um substantivo que significa estudante, aluno, estudioso, erudito, escolar, sábio, letrado, humanista, cuja tradução para nossa língua não simples. Talvez **intelectual acadêmico** seja o que mais se aproxime em nossa língua.

⁵⁶ **Instituto Nacional de Estudos Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**

vermelho⁵⁷. Teixeira era membro do Partido Comunista, a carteirinha do qual sempre portava consigo, exceto quando foi encontrado, sem vida, no poço do elevador do prédio onde morava o dicionarista, Aurélio Buarque de Holanda, membro da ABL⁵⁸, a cuja vaga Teixeira pleiteava. Teria ido pedir o voto de Holanda. Sua morte trágica, na ocasião, não foi suficientemente explicada. Sabemos, contudo, que muitos intelectuais tidos como de esquerda foram perseguidos, alguns barbaramente torturados e mortos. Outros se exilaram em terras estrangeiras, como fez Freire, continuando sua missão pedagógica nos lugares onde se refugiou. Retornou à pátria no final dos anos 1970, anistiado que fora, juntamente com demais exilados brasileiros. A Teixeira, a História não deu esta alternativa. Eram os Anos de Chumbo, de triste memória⁵⁹.

Na década anterior, entretanto, década esta marcada por apelos libertários e pacifistas, ao mesmo tempo em que iconoclastas da juventude da época (mas que já prenunciava as mudanças que as TICs virtuais trariam à geração seguinte), McLuhan trouxe ao debate pedagógico um novo enfoque calcado em suas teorias sobre comunicação. Segundo ele (1969), “Uma rede mundial de ordenadores (computadores) tornará acessível, em alguns minutos, todo o tipo de informação aos estudantes do mundo inteiro”. Seus conceitos, colocados geralmente em frases curtas e de impacto, se popularizaram mundialmente, a mais célebre de todas, *O meio é a mensagem*, expresso em sua obra prefaciada por Teixeira (1969). É nossa percepção que ele compartilhava os mesmos anseios de McLuhan e em vários momentos destacou a importância das telecomunicações na prática pedagógica.

Outro pensador importante a deter-se no impacto das novas tecnologias informacionais foi o sociólogo Daniel Bell⁶⁰, que é quem introduz o conceito de *sociedade da informação* em obra denominada *O advento da sociedade pós-industrial* (1973). Nessa obra, Bell defende que o eixo central dessa sociedade seria o conhecimento teórico. Ele também alerta-nos para o fato de que os serviços baseados no conhecimento torna-se-iam a estrutura central de uma nova ordem econômica e de uma sociedade sustentada na informação. O termo tornou-se ainda mais pertinente no contexto da globalização da economia, um mundo sob o controle hegemônico dos EUA instaurado no mundo após

⁵⁷ **Perigo vermelho** foi o que justificou o golpe militar que instaura o regime de autoritarismo estatal no Brasil em 1964. Remete à ameaça comunista em tempos de Guerra Fria.

⁵⁸ **Academia Brasileira de Letras.**

⁵⁹ **Fonte:** “Professor baiano surpreendeu os presentes na cerimônia ao narrar depoimentos que reforçam a suspeita de que”. Anísio Teixeira, fundador da Universidade, foi assassinado pelo regime militar”. **UnB Agência.** 10 de agosto de 2012.

⁶⁰ **Daniel Bell** foi um sociólogo estadunidense da Universidade Harvard. Foi um pensador muito influente durante as décadas de 1960 e 70 principalmente com obras sobre o pós-industrialismo e a tese do fim das ideologias. Sua obra até hoje representa um marco nas discussões em economia, sociologia e economia política.

a derrocada do modelo comunista soviético, no início dos anos 1990. Ainda na década de 1970, Bell (1973, p. 169) claramente reconhece o termo *sociedade da informação*:

Cada sociedade é uma sociedade de informação e cada organização é um organismo de informação, assim como todo organismo é um organizador de informação. A informação é necessária para organizar a sociedade.

É nossa percepção que o termo que mais avançou na língua e portanto mais recorrente na fala⁶¹ dos brasileiros é *sociedade da informação*. Corroborando essa possibilidade, Mattelart (2008) nos diz que, já nos idos de 1975, a OCDE⁶² organizou em Paris a primeira reunião sobre o tema. Aquela organização multilateral decidiu então incorporar a noção de *sociedade da informação* em seus documentos. Mattelart, neste mesmo artigo, ao relatar o percurso da construção de sentido para novas palavras cunhadas especialmente para atender esse mundo novo que começara a se apresentar, ele cita a obra de importante pensador da comunicação virtual nascido na Espanha, que lança alguma luz sobre os aspectos sombrios do tema e clareia nossa compreensão do momento histórico em que vivemos. Trata-se de Manuel Castells, o qual a dinâmica socioeconômica desses novos tempos forjou. Ele tornou-se importante referência a nos auxiliar no estudo das implicações da virtualidade nos fenômenos sociais contemporâneos. Segundo Mattelart (2008, p. 105):

A aparição da obra de Manuel Castells (1998), *A era da informação: economia, sociedade e cultura*, fornece a ocasião para lembrar e, para alguns, de fazer circular trabalhos que seviram de degraus para a escalada da noção de **era da informação**.

Manuel Castells, segundo o *Social Science Citation Index*⁶³, foi o quarto cientista social mais citado no mundo no período 2000-2006 e o acadêmico mais citado na área de comunicação no mesmo período. Em sua obra *A era da informação*, primeiro volume da trilogia *A era da informação: economia, sociedade e cultura* (composta ainda por *O poder da identidade* e *Fim de milênio*), Castells nos diz do gênese da virtualidade. Segundo o importante cientista social espanhol:

[...] o grande progresso tecnológico que se deu no início dos anos 70 pode, de certa forma, ser relacionado à cultura da liberdade, inovação individual e iniciativa empreendedora oriunda dos *campi* norte-americanos da década de 1960.

⁶¹ A dicotomia **língua/fala** na lingüística saussuriana e a oposição desses dois conceitos se deve ao fato de a **língua** ser uma construção coletiva, enquanto a **fala** é uma propriedade individual.

⁶² **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico**, organização multilateral que aceitam os princípios da democracia representativa e da economia de livre mercado, que procura fornecer uma plataforma para comparar políticas econômicas, solucionar problemas comuns e coordenar políticas domésticas e internacionais.

⁶³ **Índice de Citações em Ciências Sociais** é um índice multidisciplinar de publicações em periódicos científicos das ciências sociais.

Enquanto isso, na terra de Bill Gates⁶⁴ e Steve Jobs⁶⁵, a produção em larga escala de computadores pessoais, os então desejados *PCs* (acrônimo de *personal computer*), como eram chamados nos anos de 1980, possibilitou seu lançamento no mercado a preços acessíveis ao consumo de massa em escala planetária. O próximo passo foi desenvolver conhecimentos que tornaram possível a interconexão de todos os PCs por meio das linhas telefônicas conduzidas por fibras óticas, e um *gadget* que fazia a ponte entre esses dois meios, o *modem*⁶⁶. A fantástica *teia de alcance mundial* começara a ser tecida. O novo paradigma comunicacional que nos auxilia na concepção das coisas virtuais indica que o fator determinante para o surgimento desse novo modo de nos comunicarmos e interagirmos uns com os outros, ao qual vimos nos referindo desde o início do capítulo, foi a criação da internet: uma super-rede de computadores interconectados que abriga redes menores e formam um amplo sistema de comunicação conectando infinitas redes de computadores entre si. Um novo sentido surgiu para a palavra *rede* na fala do brasileiro. Diferente da inventada pelo indígena brasileiro, cipós tecidos, em que se dorme e se balança, quem sabe, no aconchego do afeto de uma *cunhã* a fazer mais um *curumim*. Segundo alguns, foi uma de nossas contribuições ao processo civilizatório. Genuinamente autóctone, como a jabuticaba. Tampouco tem o sentido da rede que o *canoeiro*, *joga, puxa e colhe* na canção de Caymmi⁶⁷.

De volta ao assunto principal deste capítulo, no primeiro volume da *Trilogia da era da informação*, *Sociedade em rede*, Castells (2005) descreve o processo de desenvolvimento da rede mundial de computadores. Segundo ele, em uma abordagem histórica, as pesquisas iniciaram-se no início dos anos de 1960 nos EUA e atendia a seus interesses militares em tempos de Guerra Fria. Tempos macabros em que americanos e soviéticos disputavam o número de vezes que suas ogivas nucleares poderiam destruir o planeta. Diante da eventualidade de uma hecatombe nuclear, estrategistas norte-americanos sentiram a necessidade de desenvolver um aparato tecnológico de tal ordem que fosse capaz de salvar seu sistema de comunicação. Essa é a semente geradora da *worldwide web*. Lembremos também que o compromisso norte-americano com este desafio, de tão seriamente conduzido, proporcionou sua sensacional e decisiva arrancada tecnológica.

⁶⁴ **Bill Gates** é um magnata, filantropo e autor norte-americano, que ficou conhecido por fundar junto com Paul Allen a Microsoft, a maior e mais conhecida empresa de software do mundo em termos de valor de mercado.

⁶⁵ **Steve Jobs** notabilizou-se como co-fundador, presidente e diretor executivo da Apple Inc. e por revolucionar seis indústrias: computadores pessoais, filmes de animação, música, telefones, tablets e publicação digital.

⁶⁶ A palavra **modem** vem da junção das palavras **modulador** e **demodulador**. É um dispositivo eletrônico que modula um sinal digital numa onda analógica, pronta a ser transmitida pela linha telefônica.

⁶⁷ O texto dialoga com a canção **Pescaria** (1954) de Dorival **Caimmy** (1914-2008)

Posteriormente, já nos anos 1970, universidades, escolas e empresas foram se apropriando da ideia de uma rede de computadores, ampliando as possibilidades destas inovações tecnológicas. Estes esforços converteram a internet no fenômeno social a que assistimos hoje em dia e cuja popularização, em escala global, teve seu início em meados da década de 1990. Quanto à maneira como é feita a gestão da internet, Harasim *et al* (2005, p. 43) nos esclarece que:

A Internet é administrada como uma cooperativa, na qual cada organização associada paga uma taxa de acordo com o seu tamanho. Quando uma organização se junta à rede, torna seu sistema disponível como ponto de transferência e como nó, os quais potencialmente poderão ser acessados a distância. Não existem tarifas de comunicação para o usuário (ao contrário das chamadas telefônicas interurbanas).

Não se imaginava então que a internet se transformaria no fenômeno de massa, com o qual convivemos hoje em dia em nossos lares, escolas e ambientes de trabalho. Cinquenta anos depois das primeiras pesquisas desenvolvidas por militares norte-americanos no contexto histórico da Corrida Espacial e da Guerra Fria, a internet tornou-se algo global, civil, aberto, democrático, estabelecendo um novo paradigma comunicacional⁶⁸. É como se a virtualidade tivesse dado voz ao cidadão comum. O fato é que, hoje em dia, no Brasil como no restante do mundo globalizado, sobretudo nos centros urbanos, a internet é parte do nosso dia a dia. Fazemos uso dela em quase todas as atividades cotidianas, seja no trabalho, na escola, nas formas de entretenimento e socialização, nos relacionamentos afetivos, etc., especialmente com o advento dos *smartphones*, engenhocas digitais, misto de telefone celular e *tablets*⁶⁹, que torna a virtualidade portátil. As pessoas podem agora estar *online* o tempo todo: checam suas mensagens enquanto atravessam a rua; interagem com clientes tomando um café na esquina; vão a um jantar a dois em restaurante chique e fixam seu olhar na pequena tela de alta resolução destes *gadgets*, checando suas mensagens, em vez de nos olhos de seu par no que era para ser um momento romântico. Para muitos, a internet tornou-se uma obsessão, sem a qual não conseguem viver. Passam horas de seu dia navegando o infomar da virtualidade: seus *posts*⁷⁰, suas *msgs*⁷¹, seus

⁶⁸ A principal característica do **novo paradigma** é a sua utilidade na concepção de uma sociedade **multimidiática**, sendo que a mensagem tem inúmeros caminhos por onde pode ser levada até o seu receptor, além da possibilidade de muitos emitirem informações para muitos.

⁶⁹ **Tablet** é uma *gadget* digital desenvolvido pela **Apple** de **Steve Jobs** e lançado no mercado em **2010** é um dispositivo pessoal em formato de prancheta que pode ser usado para acesso à internet, organização pessoal, visualização de fotos, vídeos, leitura de livros, jornais e revistas e para entretenimento com jogos. Seu lançamento provocou o início do declínio dos PCs e *notebooks* (*laptops*).

⁷⁰ **Posts** são mensagens (textos escritos, de áudio ou vídeo) que se publica em grupos de discussão, *blogs* ou redes virtuais.

⁷¹ Forma curta de *MenSaGem*.

compartilhamentos⁷², as fotos que são publicadas, as músicas que são *downloaded*⁷³, as palavras de ordem dos movimentos sociais e tudo o mais que trafega no ciberespaço.

Não obstante o fato de ainda não haver estudos conclusivos a respeito das implicações desse fenômeno na sociabilidade dos internautas⁷⁴, por exemplo, sabemos que as inovações tecnológicas comunicacionais favorecem o consumismo autodestrutivo ao gerar uma necessidade de se comprar os bens que o ciberespaço e seus publicitários oferecem. Essa voracidade consumista, base de sustentação do modelo econômico hegemônico, é grave e preocupante. Faz-nos refletir a respeito da necessidade da sustentabilidade dos recursos naturais do planeta, sustentabilidade esta inviável, caso não mudemos nossos padrões de consumo. Eis o lado obscuro da difusão planetária das TICs virtuais. No que pesem os efeitos deletérios da virtualidade, a sociedade brasileira parece não perceber ainda os riscos do consumismo voraz a que somos instigados ao que penetramos a dimensão imaterial da virtualidade, sendo ela, porém, algo real. O fato de estarmos cada vez mais tempo *online* acompanhando as *trends*⁷⁵ consumistas mundiais.

Segundo nossa percepção, o ciberespaço já não intimida ninguém e cada vez mais cidadãos brasileiros comuns içam suas velas no infomar da virtualidade. Um exemplo disso é o fato de a própria língua que falamos já ter incorporado (se apropriado?) de diversos termos do jargão da internet, os quais são termos ingleses recorrentes no mundo virtuais, ou relativos aos *gadgets* cibernéticos, objetos de consumo de internautas, especialmente os da novíssima geração. Ainda neste aspecto lingüístico da virtualidade, observamos que, por aqui, *entramos na internet* e *navegamos* nela, em vez de *surf*ar como fazem os norte-americanos. Até o nome próprio da empresa que, de certo modo, controla a rede mundial de computadores, *Internet*, passou a ser, entre nós, um substantivo comum, cuja grafia, que pede inicial minúscula, foi adotada pelas mais importantes mídias impressas do país⁷⁶. Esta é a maneira como a grafamos neste relatório.

Reafirmando o que foi dito anteriormente, não obstante sua aparente complexidade, os novos conceitos cibernéticos tais como *tempo real* e *tempo virtual*, por exemplo, parecem ter sido rapidamente

⁷² O **compartilhamento de arquivos** é a atividade de tornar arquivos disponíveis para outros usuários através de *download* pela Internet e também em redes menores.

⁷³ Algo próximo a *descarregar*.

⁷⁴ **Internauta** é contumaz usuário da internet.

⁷⁵ **Tendências**, popularizado entre os internautas devido aos *trending topics* do *website* da Web 2.0, **Twitter**, quase tão popular entre nós quanto o Facebook,

⁷⁶ **Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, O Globo, Revista Veja**, entre outros representantes da mídia impressa.

assimilados pela sociedade brasileira, mesmo pelas classes populares com menor grau de instrução ou educação formal. Infelizmente, contudo, a impossibilidade de acesso à internet banda larga nos lares dos mais pobres e nas escolas públicas do interior do país e na periferia das grandes cidades é um obstáculo ao uso democrático das TICs virtuais. Ou seja, alunos mais frágeis socialmente, em um país desigual como o nosso, continuam excluídos do mundo digital, pois não têm acesso a conexões à internet minimamente satisfatórias. Esta é nossa percepção e este é o **problema** com o qual nos debruçaremos ao longo da pesquisa.

Apesar de ser claro para nós que as inovações tecnológicas informacionais servem principalmente ao fortalecimento do capitalismo hegemônico imposto pelo imperialismo norte-americano, não há como negar que tais ferramentas digitais são imprescindíveis ao nosso processo civilizatório e a ampliação de nossa consciência social. Mas a que preço? Teme-se, além dos riscos ambientais, que as inovações tecnológicas digitais e seus *hackers*, principalmente em uma, assim chamada, *guerra ao terrorismo* (*war on terrorism*), desencadeada pelos EUA após o fatídico *September 11th*, invada nossa privacidade, cuja proteção está explícita em nossa Constituição Federal. A difundida *guerra ao terrorismo*, como a percebemos, se dá contra um inimigo invisível. Mesmo assim, temos a clara impressão de que, para os EUA, tal *guerra* justifica qualquer ação das forças norte-americanas em qualquer lugar do mundo. Isto persiste até hoje, 12 anos após Bin Laden e sua *al-Qaeda* terem perpetrado aquelas horrendas ações terroristas. É como se os fins justificassem os meios, algo que não condiz com a ética do norte-americano do cidadão comum, tampouco com os princípios de suas liberdades civis. Interessante é o fato de, naquela cultura, haver um aforismo recorrentemente usado por líderes norte-americanos que ilustra bem a concepção *yankee* de liberdade e sua relação com a vigilância: *The price of freedom is the eternal vigilance*⁷⁷. Talvez seja essa a justificativa maior para as ações de espionagem cibernéticas e antiéticas praticadas pela potência hegemônica.

A guerra norte-americana ao terrorismo, assim nos parece, não justifica os recentes episódios de invasão da privacidade de chefes de Estado, do acesso a dados secretos de corporações estrangeiras e até mesmo o controle de diálogos corriqueiros e desimportantes de milhões e milhões cidadãos comuns do planeta, inclusive os de seus próprios cidadãos. Há evidências claras que assim faz a Inteligência norte-americana, as quais mostraremos a seguir. Estariam todos internautas e usuários de *smartphones*

⁷⁷ *O preço da liberdade é a eterna vigilância*, tradicionalmente atribuído a Thomas Jefferson, ex-presidente norte-americano tido como um dos **pais fundadores** (*founding fathers*) daquela nação.

do mundo vulneráveis à bisbilhotice digital norte-americana? Até quando sua vigilância do que acontece no ciberespaço será tolerada?

A verdade é que esta tal de *digital surveillance* praticada pelos norte-americanos colocou a soberania brasileira recentemente em cheque, apesar de sermos tradicionalmente aliados. Deu-se, infelizmente, que ações de espionagem desenvolvidas pela agência de segurança nacional norte-americana, ANS (*Agency of National Security*⁷⁸), foram direcionadas à presidente do Brasil. Nosso mais alto mandatário tivera até mesmo suas mensagens eletrônicas pessoais rastreadas por *hackers*⁷⁹ desta agência governamental estadunidense em sua *war on terrorism*. Teria a presidente Rousseff links com al-Qaeda? É óbvio que não. Graças à atitude corajosa e determinada do cidadão norte-americano, Edward Snowden⁸⁰, hoje exilado na Rússia, tais ações de espionagem não teriam vindo ao conhecimento da opinião pública. Snowden, ex-agente da ANS, indignou-se o suficiente para denunciar as indiscrições digitais praticadas pela Inteligência de seu próprio país.

Apesar de tal escândalo diplomático ter-se iniciado com as revelações da invasão de privacidade, da presidente brasileira, soube-se posteriormente, por meio de ampla divulgação na mídia internacional, que a chanceler alemã, Angela Merkel, e o presidente francês, François Hollande, dentre outros chefes de Estado ou governo, foram também alvos da *surveillance* norte-americana. Merkel e Rousseff uniram-se em veementes protestos. A presidente brasileira, devido à tamanha indiscrição e desconfiança por parte de um país considerado amigo como os EUA, cancelou sua visita oficial àquele país. Esperava-se promover a aproximação entre os dois países⁸¹. O ocorrido, em vez disso, prejudicou ainda mais a já combalida a relação entre dois gigantes da América. Tal clima de animosidade permanece. Barack Obama ainda não apresentou justificativas convincentes. Pior que isso, ignorou os protestos brasileiros com decepcionante desfaçatez. Esclarecedora quanto aos reais motivos da vigilância digital norte-americanos, os quais seriam também econômicos, foi a denúncia feita por Snowden de que a Petrobrás, nossa megaempresa estatal do petróleo, teria tido suas informações estratégicas acessadas por aquela

⁷⁸ **Agência Nacional de Segurança** é uma agência de inteligência que se ocupar de informações obtidas a partir de sinais, incluindo interceptação e criptoanálise. É o maior núcleo de conhecimento em criptologia mundial, apesar de raramente divulgar alguma informação sobre as suas pesquisas.

⁷⁹ **Hacker** é indivíduo que se dedica, com intensidade incomum, a conhecer e modificar os aspectos mais internos de dispositivos, programas e redes de computadores. Suas ações podem ser bem ou mal intencionadas.

⁸⁰ **Edward Snowden**, cidadão estadunidense, agente da ANS, que tornou públicos detalhes de várias ações altamente confidenciais de vigilância eletrônica exercida pelos EUA em outros países, mesmo que aliado e por considerá-los antiéticos. Rebelou-se contra o sistema e, cordenado com alguns importantes jornais internacionais (The Guardian, Folha de São Paulo e alguns outros), e provocou o vazamento de tais informações que tanto abalou a diplomacia americana em 2013. **Fonte:** <<http://www.nytimes.com/2013/06/10/us/former-cia-worker-says-he-leaked-surveillance-data.html>>

⁸¹ **Fonte:** <http://www.nytimes.com/2013/09/18/world/americas/brazils-leader-postpones-state-visit-to-us.html?_r=0>

agência norte-americana⁸². Informações estas extremamente valiosas em tempos de regulamentação, leilões, concessões, licitações internacionais, etc. relativas à extração do petróleo brasileiro do pré-sal descoberto em vastos campos na bacia de Santos, situada na costa dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Mas que nunca, saber é poder. Especialmente informações privilegiadas.

Indignada, a presidente do Brasil fez duras críticas ao governo norte-americano em seu discurso anual de abertura da Conferência das Nações Unidas deste ano de 2013. É tradição o Brasil fazer o discurso inaugural das Assembléias Gerais desta organização multilateral. Em seu discurso (não presenciado por Barack Obama, apesar de se encontrar no local do evento, já que seria ele o segundo chefe de Estado a se pronunciar naquele fórum internacional) inaugural da 68ª Assembléia da ONU (2013), a presidente brasileira, Dilma Rousseff, denuncia⁸³:

Quero trazer à consideração das delegações uma questão a qual atribuo a maior relevância e gravidade. Recentes revelações sobre as atividades de uma rede global de espionagem eletrônica provocaram indignação e repúdio em amplos setores da opinião pública mundial. No Brasil, a situação foi ainda mais grave, pois aparecemos como alvo dessa intrusão. Dados pessoais de cidadãos foram indiscriminadamente objeto de interceptação. Informações empresariais – muitas vezes, de alto valor econômico e mesmo estratégico - estiveram na mira da espionagem. Também representações diplomáticas brasileiras, entre elas a Missão Permanente junto às Nações Unidas e a própria Presidência da República tiveram suas comunicações interceptadas. Imiscuir-se dessa forma na vida de outros países fere o Direito Internacional e afronta os princípios que devem reger as relações entre eles, sobretudo, entre nações amigas. Jamais pode uma soberania firmar-se em detrimento de outra soberania. Jamais pode o direito à segurança dos cidadãos de um país ser garantido mediante a violação de direitos humanos e civis fundamentais dos cidadãos de outro país. Pior ainda quando empresas privadas estão sustentando essa espionagem. Não se sustentam argumentos de que a interceptação ilegal de informações e dados destina-se a proteger as nações contra o terrorismo. O Brasil, senhor presidente, sabe proteger-se. Repudia, combate e não dá abrigo a grupos terroristas.

Questões como esta, relativas à privacidade e à soberania nacional são instigantes e, de certa forma, justificam a desenvolvimento desta pesquisa exploratória no contexto da gestão da Administração Pública. Neste cenário de espionagem cibernética, é fundamental que conheçamos melhor as implicações diplomáticas, comerciais, culturais e até militares do controle das TICs virtuais por um único país, em cujo território se encontram os bancos de dados de provedores gigantes da *web*, tais como Google, Facebook e Microsoft, entre outros. Acontece que, o cruzamento de *yottabytes*⁸⁴ de informações oriundas de bilhões de usuários do mundo todo, auxiliados por sofisticados algoritmos comandados por exímios *hackers*, identifica nossos desejos, anseios, manias, hábitos, sonhos... É um procedimento virtual muito em voga atualmente no círculo da publicidade digital, denominado *big*

⁸² **Fonte:** <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/09/130908_eua_snowden_petrobras_dilma_mm.shtml>

⁸³ **Fonte:** <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/09/1346617-leia-a-integra-do-discurso-de-dilma-na-assembleia-geral-da-onu.shtml>>

⁸⁴ Um **yottabyte** é uma unidade de medida da área da informática. Equivale a 10 elevado a 24 byte.

*data*⁸⁵. Semelhante situação de risco que a virtualidade nos coloca, ao mesmo tempo fornece ao Império indicações das mais variadas tendências de consumo. Esta altíssima tecnologia permite que sejamos rastreados, nossos passos seguidos, como que por cães farejadores virtuais. Assim, conseguem saber rastreiam com quem interagimos, quando e com qual frequência. O acesso a esses dados torna a *eterna vigilância* exercida pelos EUA algo extremamente cerceador de liberdades individuais. Isso acontece também, conforme nos revelou Snowden⁸⁶, no controle das grandes corporações transnacionais e até de nações, ilusoriamente, soberanas. Tal cenário nos remete inevitavelmente ao *Big Brother*⁸⁷, personagem todo-poderoso, onisciente e controlador descrito pelo escritor norte-americano George Orwell⁸⁸ em sua célebre obra de ficção científica.

1.2 A Internet da *Web 2.0* e suas Redes Sociais Virtuais

As incessantes inovações tecnológicas comunicacionais acontecem de forma tão célere que nem sempre podemos acompanhá-las em tempo real. A cada dia somos alcançados por novos e irresistíveis apelos consumistas para novos dispositivos digitais, seus *games*, *apps*⁸⁹, *softwares* e congêneres. Este é um mercado bilionário. Na busca deste mercado, foram desenvolvidas ferramentas digitais capazes de proporcionar, por exemplo, entretenimento, previsão do tempo, situação de vôos, de indicações sobre o que há de interessante a sua volta, sua localização e uma infinidade de outros serviços que, pelo menos ilusoriamente, facilitam nossas vidas. Assim, não obstante as praticidades e facilidades que supostamente nos tornariam seres humanos mais capazes, nossa percepção é a de que essa incessante, e até mesmo compulsiva para alguns, a busca e coleta de informação *online* nos cada vez mais ansiosos e incompletos. Penso que isso se deve ao fato de que não podemos acompanhar a evolução de todos esses *gadgets* cibernéticos ao mesmo tempo tal é a rapidez com que são substituídos por tecnologia mais recente, porém não menos escravizante. Essa sensação de incompletude gera infelicidade. A vida moderna pode, sim, ser frustrante.

Por outro lado, a obsolescência desses produtos ocorre rapidamente também. Resta-nos comprar o que for possível. Infelizmente, tal comportamento traz em si um consumismo autodestrutivo,

⁸⁵ **Big data** é um conceito recente, cujo foco é o grande armazenamento de dados e a velocidade como que os grandes provedores de serviços digitais podem cruzá-los, se beneficiado enormemente com isso ao vender o resultado de tais manipulações de informação à iniciativa privada, bem como colocá-lo à disposição da Inteligência norte-americana.

⁸⁶ **Fonte:** <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/09/130908_eua_snowden_petrobras_dilma_mm.shtml>

⁸⁷ **Big Brother** ou Grande Irmão são usadas geralmente para descrever qualquer excesso de controle ou autoridade por uma figura, ou tentativas por parte do governo de aumentar a vigilância

⁸⁸ **George Orwell** foi um escritor e jornalista [inglês](#), autor da célebre obra futurista, 1984, a qual o pesquisador se refere.

⁸⁹ **App** é, essencialmente, um *software* (aplicativo) que pode ser instalado em algum dispositivo eletrônico, especialmente nos *smartphones*, para desempenhar tarefas das mais diversas. O céu é o limite.

característica da sociedade capitalista contemporânea. Esta contradição deve ser mais cuidadosamente avaliada pelo Estado e pela sociedade civil, e seu custo-benefício corretamente mensurado se almejou uma sociedade autossustentável que garanta a oferta de recursos naturais às futuras gerações.

O imenso *mercado digital* comporta-se mais ou menos assim: as grandes corporações digitais, as mais relevantes das quais são norte-americanas, comercializam suas ações na Bolsa de Valores NASDAQ (acrônimo de *National Association of Securities Dealers Automated Quotations*⁹⁰), que é um mercado de ações norte-americano com sede em Nova York para as chamadas *dot-com companies*⁹¹. Nesta bolsa de valores, especializada na comercialização de ações e títulos de empresas desenvolvedoras de produtos cibernéticos, as grandes empresas digitais (*software* e *hardware*). Tais empresas competem fortemente entre si por fatias maiores do imenso mercado digital. Jovens *computer geeks*⁹² tornaram-se empreendedores e bem sucedidos e bilionários em pouquíssimo tempo com suas empresas sediadas no Vale do Silício na Califórnia ofertante das intermitentes inovações tecnológicas ao mercado. Essa corrida por lucros incessantes fez com que a teia de alcance mundial que conhecíamos nos anos 1990 do século passado, se transformasse (evoluisse?) para a chamada *Web 2.0*, sua *nuvens* e suas redes sociais virtuais.

Ao norte-americano Tim O'Reilly⁹³, fundador da O'Reilly Media⁹⁴ e entusiasta de movimentos de apoio ao *software* livre e código aberto⁹⁵, é creditado a criação da expressão *Web 2.0*. O'Reilly define sua empresa não como uma editora de livros ou material *online*, ou como produtora de conferências, mas como um companhia de transferência de tecnologia, “mudar o mundo divulgando o conhecimento dos inovadores”. Ele define a *Web 2.0* como sendo “a mudança para uma internet como plataforma, e um entendimento das regras para obter sucesso nesta nova plataforma”. De acordo com o conceito elaborado por O'Reilly, a regra fundamental da *Web 2.0* é o aproveitamento da *inteligência coletiva*⁹⁶, ou seja, o conhecimento que um indivíduo detém é armazenado na própria internet e pode ser

⁹⁰ **Sistema Automático de Cotações da Associação Nacional de Corretores de Valores.**

⁹¹ **Companhias dot-com** são empresas de comercialização eletrônica que exploram a comercialização de serviços ou produtos na internet.

⁹² **Fanático por computação**, em português falado no Brasil (aproximadamente).

⁹³ **Tim O'Reilly** é o fundador da O'Reilly Media e entusiasta de movimentos de apoio ao software livre e código livre, é também creditado como o criador da expressão *Web 2.0*.

⁹⁴ Companhia de mídia (editora) americana criada por **Tim O'Reilly**, que publica livros e *websites* e organiza conferências sobre temas de informática.

⁹⁵ **Código aberto** refere-se a liberdade para copiar e reusar o *software*.

⁹⁶ **Inteligência coletiva** é um conceito difundido por **Pierre Levy**. é um conceito que descreve um tipo de inteligência compartilhada que surge da colaboração de muitos indivíduos em suas diversidades. É uma inteligência distribuída por toda parte, na qual todo o saber está na humanidade, já que, ninguém sabe tudo, porém todos sabem alguma coisa.

acessado, compartilhado, modificado e ampliado por quem quer que se interesse pelo tema. Em outras palavras, o termo designa uma segunda geração de comunidades e serviços *on-line*, que tem a própria internet como plataforma e que favorece um ambiente de interação colaborativa por meio da formação de redes sociais (*social networks*), entre as quais se distinguem aquelas estabelecidas no *website* de relacionamentos, Facebook, objeto dessa pesquisa. Uma das características mais importantes deste *website* de relacionamentos é a possibilidade colaborativa que oferece. O FB⁹⁷ viabiliza o compartilhamento de informações, de conhecimentos, de interesses e de esforços na busca de objetivos comuns. A intensificação do uso das redes sociais virtuais, nesse sentido, reflete, em nosso entendimento, um processo de fortalecimento da sociedade civil. A interconexão horizontal das pessoas auxilia na mobilização popular a exigir do Estado eficiência e transparência em suas ações. Isso inclui a participação democrática na execução das políticas públicas e de seus programas educacionais. As passeatas que tomaram conta do país de junho deste ano talvez seja um bom exemplo da capacidade mobilizadora das redes sociais *online*.

Sob determinado ângulo de visão, as redes sociais de relacionamento da *Web 2.0* aproximam-se do que o filósofo da informação tunisiano, radicado na França Pierre Lévy⁹⁸ (1999a) chamou *inteligência coletiva*, algo que acontece em sistemas externos ao corpo humano e que pode ser compartilhado. Levy (1999b) também cunhou o termo *cibercultura*, e a define como um movimento que oferece formas inovadoras de comunicação, que apresenta algo de subversivo atraindo especialmente os jovens: os neo-pacifistas e os não conformistas. É, enfim, a cultura que surgiu, ou surge, a partir do uso da rede de computadores através da comunicação através de computadores, a indústria do entretenimento, a publicidade e o comércio eletrônico. As comunidades virtuais que estão proliferando no espaço virtual vêm a compreender o quão potente é o laço social de comunicação entre os indivíduos no processo de construção do conhecimento (Lévy, 2007).

Como vimos explicando ao longo deste relatório, o mundo virtual sugere inúmeras possibilidades em todos os aspectos da vida. Diante deste fato, Lévy (2007, p. 104) reforça o conceito de ciberespaço que “designa ali o universo das redes digitais como lugar de encontros e de aventuras, terreno de conflitos mundiais, nova fronteira econômica e cultural”.

⁹⁷ **Facebook.**

⁹⁸ **Pierre Lévy** é um filósofo francês da cultura virtual contemporânea. Especializou-se em abordagens hipertextuais também dedicou-se á pesquisa da **inteligência coletiva** focando em um contexto antropológico, e é um dos principais filósofos da mídia atualmente.

Há muito de cibercultural nos movimentos sociais contemporâneos, como, por exemplo, os que ocorreram na África e Oriente Médio em 2012, a chamada *Primavera Árabe*, que mudou radicalmente a geopolítica da região, e que foi magistralmente coordenadas via redes sociais digitais pelo cidadão comum. O mesmo podemos dizer a respeito das passeatas de protestos que convulsionaram as cidades brasileiras em junho de 2013. O que aconteceu naquele momento histórico ainda precisa ser estudado mais profundamente para que tenhamos uma compreensão mais ampla das razões que motivaram da mobilização e da forma com a qual os protestantes se organizavam. O fato é que as redes sociais virtuais tiveram importante papel em sua organização. A polifonia se apresenta novamente.

Quanto ao processo de assimilação desse novo paradigma informacional, a proposta de Lèvy (1999 b) é a de que não nos posicionemos nem a favor nem contra essa nova forma de interagir dos seres humanos. Ele aconselha que permaneçamos abertos às novidades e às mudanças. Ele nota que pessoas da geração anterior, tendem a se deixarem intimidar pelas novas ferramentas de informação e comunicação. Essa também é nossa percepção com relação aos docentes mais velhos, aqueles da geração anterior.

1.3 O Facebook

O *feice* é como se abrisse o nome próprio inglês desta TIC da *Web 2.0*. Desde sua criação, em 2004, este *website* de relacionamentos tornou-se uma febre entre os *internautas da aldeia global*. Além da interconectividade e serviços virtuais que já eram oferecidos por *websites* de relacionamentos precursores, como, por exemplo, o Orkut⁹⁹, o FB traz consigo a possibilidade do compartilhamento de arquivos e a edição coletiva de documentos, entre outras ações colaborativas. Este *website* de relacionamentos com sua base de dados na internet, é um dos mais populares dentre os diversos existentes à nossa disposição em 2013. Esta inovação da *Web 2.0* é o que viabiliza as redes sociais virtuais, tão em voga nos dias que correm. A interação que o FB proporciona tornou-se relevante fenômeno social nos quatro cantos do mundo, ainda não profundamente estudado e compreendido, o que, de certa forma, justifica esse trabalho, cujo tema central é o FB como instrumento de gestão de um programa educacional para a educação superior coordenado pela SESu/MEC.

⁹⁹ O **Orkut** é uma *website* de relacionamentos filiada à **Google**, criada em 24 de janeiro de 2004 com o objetivo de ajudar seus membros a conhecer pessoas e manter relacionamentos (redes sociais). Os internautas brasileiros era um de seus maiores usuários. Hoje quase não se houve falar dele. No Brasil, seus usuários migraram em massa para o FB.

Em tradução livre para o português, *facebook* quer dizer, aproximadamente, *livro de rostos*. Seu gênese lingüístico denuncia a motivação que levou alguns fanáticos por computação de uma conceituada universidade norte-americana a construir um *website* como este. Sua função precípua era colecionar fotos de estudantes da universidade, provavelmente como instrumento de paquera, socialização e acasalamento no *campus*. Eles não imaginavam que a ênfase desse novo espaço virtual seria a possibilidade de compartilhar arquivos de texto, de som e de imagem (fotos e vídeos) com quem quer que seja, onde quer que esteja. O FB viabiliza, desse modo, a fantástica possibilidade de qualquer indivíduo desenvolver projetos colaborativamente, em tempo real, com as mais diversas pessoas e organizações do mundo. Vozes em polifonia.

O contexto histórico do advento da *Web 2.0* é, essencialmente, o de uma geração de estudantes universitários norte-americanos do início deste século, já suficientemente familiarizados com o universo digital, diferentemente da geração anterior. No caso do FB, seu local de origem foi a Harvard University no estado norte-americano de Massachusetts, estado onde também se encontra o importante centro tecnológico MIT¹⁰⁰. O espaço virtual do FB foi oferecido aos cidadãos comuns do mundo em 2004. O *website* pertence à *Facebook Inc.*, uma corporação gigante, subserviente ao modelo econômico capitalista praticado no mundo pós-Guerra Fria e sob o controle norte-americano. Seu valor de mercado, hoje, chega a vários bilhões de dólares. Importante é o fato de que seu banco de dados está solidamente situado em território norte-americano, como estão os das mais importantes empresas fornecedoras de serviços digitais e *softwares* do mundo¹⁰¹ em belíssimos prédios arquitetonicamente arrojados em sítios especiais¹⁰².

Em seus primórdios, o espaço virtual do FB era apenas disponível aos alunos da própria universidade. Assim que começou a funcionar, o então chamado *The Facebook*, teve 22 mil acessos em apenas 2 horas. De acordo com Castells (2003), Mark Zuckerberg, Dustin Moskovitz, Eduardo Saverin e Chris Hughes (hoje bilionários) são tidos como os idealizadores deste espaço virtual, tão popular no mundo contemporâneo. Em fevereiro de 2012, o FB tinha mais de 845 milhões de usuários ativos ao

¹⁰⁰ **Massachusetts Institute of Technology.**

¹⁰¹ **Google, Yahoo, Microsoft, IBM, Apple**, entre outras.

Fonte: <<http://www.npr.org/blogs/alltechconsidered/2013/12/24/255859905/check-out-these-gorgeous-futuristic-tech-company-headquarters>>

¹⁰² **Fonte:** <<http://www.npr.org/blogs/alltechconsidered/2013/12/24/255859905/check-out-these-gorgeous-futuristic-tech-company-headquarters>>

redor do planeta¹⁰³. Se fosse um país, seria o terceiro país mais populoso do mundo. No Brasil, 72 milhões de brasileiros estão no feice¹⁰⁴ e muitos não tiram os olhos das telinhas de led dos smartphones. Diferentemente de *website* de relacionamentos precursores, os membros do FB, a rigor, usam seus nomes reais, assim como fotos, referências profissionais e acadêmicas. Essa correspondência com a realidade é o que permite que localizemos amigos antigos ou distantes. O próprio feice sugere amigos com quais, segundo seu *big data*, talvez tenhamos interesse de interagir. Seus serviços são gratuitos bastando apenas que o usuário faça seu cadastro e crie um *log-in*¹⁰⁵. Ao adentrarmos o ciberespaço do FB, percebemos, com surpresa, que alguns velhos amigos, colegas, familiares e conhecidos já se encontram lá. É como se eles tivessem caído na teia que os dados sobre nós mesmo teceram. E nós na teia pelos *amigos* tecida. Tornamo-nos, se quisermos, amigos de nossos amigos. Um milhão de amigos, como *a velha canção do Roberto*¹⁰⁶. Ressalte-se aqui, por esclarecedor, que o sentido da palavra *amigo* adquire um sentido especial (mais amplo?) no feice. Meus *amigos*, neste espaço virtual, são todos aqueles que fazem parte da minha rede de relacionamentos. Suas presenças em minha rede foram por mim autorizadas. Muitos deles não conhecemos *presencialmente*.

Algo fascinante no FB, da forma como vemos, é que os usuários podem participar, com outros usuários, de grupos de interesse comuns, como, por exemplo, pessoas que frequentaram uma mesma escola, ou uma mesma universidade ou de uma mesma empresa onde se trabalha ou se trabalhou. Formam-se, assim, redes (teias?) de pessoas com interesses comuns, os quais podem ser os mais variados como, por exemplo, o entretenimento, a pesquisa científica, a administração pública, a pedagogia, entre infinitos outros objetos de interesse de tais sujeitos e seus *amigos* pelo mundo afora. Trazendo estas novíssimas possibilidades interacionais ao contexto desta pesquisa, parece-nos claro que o FB possibilita a existência de uma rede social virtual cujos membros (amigos?) fossem, por exemplo, beneficiários ou público-alvo de determinado programa educacional. Quais seriam os benefícios pedagógicos e administrativos de se usar o FB na gestão de um programa com as características do PET¹⁰⁷, por exemplo? Ela promove a *excelência acadêmica*? São muitas as indagações. Entretanto, muito ainda temos que aprofundar o tema em pesquisas futuras para termos respostas razoavelmente conclusivas a tais questionamentos.

¹⁰³ Fonte: <<http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/os-numeros-do-facebook-dez-anos-apos-sua-criacao>>

¹⁰⁴ Fonte: <<http://veja.abril.com.br/noticia/vida-digital/facebook-alcanca-marca-de-76-milhoes-de-usuarios-no-brasil>>

¹⁰⁵ Fazer o **log-in** é o processo através do qual o acesso a um sistema informático é controlado através da identificação e autenticação do utilizador através de credenciais fornecidas por esse mesmo utilizador.

¹⁰⁶ *Amigos* (1977), canção de Roberto e Erasmo Carlos.

¹⁰⁷ Programa de Educação Tutorial da SESu/MEC e objeto de estudo desta pesquisa.

Além das inovações citadas acima, proporcionadas, especialmente, pela possibilidade de se armazenar dados na própria internet (*Web 2.0*), o FB permite que empresas, organizações, ONGs, ou mesmo um grupo PET, criem suas próprias páginas no espaço virtual do FB, página esta comumente chamada *página oficial* de determinada organização, de um projeto ou mesmo de um produto. Não excluindo, certamente, as possibilidades de interação na dimensão do pessoal que o espaço virtual do FB oferece a partir do momento que o usuário cria seu *perfil* individual ao se cadastrar no feice. Acreditamos que a página oficial de uma organização no FB é algo desejável visto que favorece a aproximação do/com o outro de forma dialógica e polifônica. Tal percepção implica a questão da *alteridade*¹⁰⁸ nos moldes em que Bakhtin (1997) no ensina. A aproximação do/com outro é vital a qualquer política pública, a nosso ver. Os cidadãos comuns ganham assim voz e a possibilidade real (mesmo que virtual) de interagir, em tese, diretamente com o dono da empresa que lhe presta serviços, por exemplo, ou com o próprio Ministro da Educação. Seria isto a *transparência* tão prometida e tão adiada? Não totalmente. Parcialmente, acreditamos que sim.

Entretanto, nem tudo favorece ao usuário de boa-fé do feice. Perigos existem, não há como negar, nesse imenso, incessante fluxo de informação que as ondas eletromagnéticas e fibras óticas transportam. Dessa forma, quem detiver o banco de dados das grandes empresas cibernéticas, prestadoras de serviços virtuais a bilhões de pessoas, saberá quase tudo, a respeito de quase todos. A ocorrência de invasão de privacidade/intimidade, ou até mesmo de espionagem internacional, é um risco real, ao qual devemos procurar nos proteger ao navegar o ciberespaço. Lembremo-nos, porém, que as megaempresas transnacionais prestadoras de serviços virtuais como o FB, sustentáculo do *virtual business*¹⁰⁹, têm o poder de acessar e manipular informações pessoais e/ou sigilosas em suas plataformas digitais. O *big data* e seu fantástico cruzamento de dados, assim o possibilita. Ou seja, o Império sabe quase tudo a respeito de quase todos: cidadão, empresas, organizações internacionais e até mesmo nações. A obra de ficção científica de Orwell, parece-nos ter-se tornado real em 2013 em vez de 1984, ainda que na dimensão da virtualidade.

Como podemos perceber, diante do cenário acima descrito, um importante obstáculo à maior difusão da virtualidade entre os cidadãos comuns visando dar-lhes voz e consciência, bem como entre

¹⁰⁸ **Alteridade** é a concepção que parte do pressuposto básico de que todo o homem social interage e interdepende do outro. Assim, como muitos antropólogos e cientistas sociais afirmam, a existência do *eu-individual* só é permitida mediante um contato com o *outro* (que em uma visão expandida se torna a própria sociedade em contraposição ao indivíduo).

¹⁰⁹ **Economia virtual**, negócios proporcionados pela virtualidade.

os agentes da administração pública, é o risco real (concreto) de se ter a privacidade invadida por *hackers* mal-intencionados a serviço da Inteligência norte-americana em sua busca do controle do ciberespaço justificado por sua insólita guerra. Este cenário, porém, não é ficcional como nos filmes de Hollywood. O controle da Inteligência norte-americana sobre informações relativas a qualquer um de nós, a qualquer empresa, organização, corporação, e até mesmo as efetuadas por nações soberanas, desrespeitando afrontosamente convenções internacionais como aconteceu conosco. Não nos parece ético interceptar informações que transitam contínua e incessantemente no espaço virtual. Acreditamos, entretanto, que o conceito de *privacidade* vem dialeticamente se modificando à medida que as TICs virtuais se incorporaram a nossas vidas. Precisamos nos acostumar com a idéia de que a privacidade que um dia desfrutamos, em um passado de cartas, telegramas e malotes diplomáticos, já não existe mais. Este estado de coisas, no entanto, ainda é muito recente para que possamos estabelecer com precisão os limites do público e do privado. Ainda não há um dispositivo legal que seja observado internacionalmente. É o que propôs a presidente petista na ONU em seu discurso de abertura da 68ª Assembléia-Geral das Nações Unidas em setembro de 2013¹¹⁰:

Por essa razão, o Brasil apresentará propostas para o estabelecimento de um marco civil multilateral para a governança e uso da internet e de medidas que garantam uma efetiva proteção dos dados que por ela trafegam. Precisamos estabelecer para a rede mundial mecanismos multilaterais capazes de garantir princípios como: 1 - Da liberdade de expressão, privacidade do indivíduo e respeito aos direitos humanos. 2 - Da Governança democrática, multilateral e aberta, exercida com transparência, estimulando a criação coletiva e a participação da sociedade, dos governos e do setor privado. 3 - Da universalidade que assegura o desenvolvimento social e humano e a construção de sociedades inclusivas e não discriminatórias. 4 - Da diversidade cultural, sem imposição de crenças, costumes e valores. 5 - Da neutralidade da rede, ao respeitar apenas critérios técnicos e éticos, tornando inadmissível restrições por motivos políticos, comerciais, religiosos ou de qualquer outra natureza.

O fato é que, infelizmente, o FB possibilita o acesso de desconhecidos às informações pessoais dos usuários. Especialmente se o xereta for um exímio *hacker*, com o conhecimento para se imiscuir em nosso espaço e bisbilhotar a vida de qualquer um de nós. Isso favorece tremendamente a publicidade (*marketing digital*). Dados quanto aos nossos padrões de consumo podem ser assim rastreados e chegam aos planos de marketing personalizados da publicidade: podem saber que número de sapatos calçamos, se gostamos de poesia, com quem nos comunicamos nos últimos dias, que tipo de música gostamos de ouvir, se somos de direita ou de esquerda, se preferimos os democratas a republicanos etc. Recebemos então mensagens virtuais publicitárias desenhadas exclusivamente para determinado tipo de pessoas. As possibilidades do *digital business* são ainda inimagináveis. Não podemos relevar o fato de

¹¹⁰ **Fonte:** <<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-68a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>>

que as sedes (*headquarters*) das principais megaempresas fornecedoras de serviços digitais à bilhões de pessoas estão em território estadunidense fortemente protegidas. Nossa compreensão é a de que a tal da *surveillance* exercida pelos EUA e suas agências de Inteligência¹¹¹ caracteriza crime de violação de privacidade, algo terminantemente proibido por nossa Constituição, em suas cláusulas pétreas. A delicada questão da violação da privacidade na internet, entretanto, apesar de instigante, não é o objetivo da pesquisa por nós desenvolvida, e que aqui relatamos.

A intensificação da articulação, popularidade, capilaridade e agrupamentos das redes sociais na internet, com destaque para as que se formam no espaço virtual do FB, vem possibilitando alguns movimentos populares importantes pelo mundo afora. Sua aceitação por crianças, adolescentes, adultos e idosos; pobre e ricos; etnias, as mais diversas; idem para escolaridade, em um certo sentido, favoreceu o processo de fortalecimento da sociedade civil ao viabilizar a maior participação dos cidadãos nas ações do Estado, ainda pequena diante de nossa dimensão geográfica e a diversidade e as adversidades de duzentos milhões de pessoas que formam nosso povo. Há, certamente, desafios a serem vencidos, em especial o de oferecer Educação de qualidade a todos e sepultar, de uma vez por todas, as nefastas práticas patrimonialistas, que parecem ter aqui chegado nas caravelas de Cabral, há mais de cinco séculos. Talvez até, quem sabe, o aparato tecnológico que realiza a virtualidade, nos seja útil na conquista de transparência na implementação de políticas públicas. Neste cenário, percebemos que a transparência nas ações do Estado, princípio que vem se fortalecendo na Administração Pública brasileira, é um dos importantes benefícios proporcionado pela virtualidade da *Web 2.0*. É evidente que o ciberespaço e suas redes sociais favorecem a discussão de temas, a troca de idéias, ao diálogo enfim, em impressionant discussividade dialógica-polifônica. Essa fantástica possibilidade de interação de uns com os outros, afeta profundamente a alteridade, ou seja nossa relação com o outro e, o mais importante, pode perfeitamente dá voz aos que antes eram silenciados pelos habitantes da casa-grande¹¹².

As redes sociais virtuais promovem, assim, como antecipara Bakhtin (1997), uma polifonia de vozes dialogicamente intrincadas a textos escritos, textos de voz, imagens, vídeos, filmes, palavras de ordem postados por qualquer um, em meio a gritos de guerra nas ruas, como se viu nas mobilizações

¹¹¹ Agência Central de Inteligência (CIA), Agência de Espionagem de Defesa (DIA), a Agência Nacional de Espionagem Geoespacial (NGA) e a Agência Nacional de Segurança (NSA), provavelmente, entre outras.

¹¹² O pesquisador dialoga com a obra seminal de nossa sociologia, *Casa-Grande & Senzala* (1933), do emérito pernambucano Gilberto Freyre, que contribuiu imensamente para a compreensão de nós mesmo como brasileiros e mestiços.

populares por melhor qualidade de vida ocorridas, em junho de 2013, nas principais cidades brasileiras. Impossível melhor exemplo de polifonia, em nossa percepção. A coordenação destas surpreendentes mobilizações populares, parece-nos, deixou analistas deste tipo de movimento social atônitos, devido, sobretudo, a eficiência com que a massa protestante se organizava, e o bom uso que fazia das redes sociais virtuais. Os acontecimentos que tomaram as ruas do Brasil naquele mês de junho renovou nossa esperança que o cidadão comum, em um futuro próximo, tenha voz e seja ouvido nos processos de formação de políticas públicas e seus programas. Os cidadãos têm de exercer maior controle das ações do Estado, graças à comunicação dialógica e polifônica, no conceito bahktiniano dos termos, que e as infovias da comunicação digital propiciam.

Capítulo II - As Políticas Públicas para a Educação Superior e sua Gestão

A primeira acepção da palavra *gerir* no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2003) é *administrar*. Há outros sentidos, os quais o brasileiro comum domina facilmente como *comandar*, *dirigir*, *governar*. O respectivo substantivo feminino, *gestão*, apesar de menos usado pela geração anterior: *a administração* e *a gerência*, assim nos parece, eram usadas com mais frequência. Os mais atentos poderão perceber que somente quando *o modelo gerencial de gestão da administração pública* foi-nos enfiado goela a baixo pela potência hegemônica e seus princípios neoliberais, é que a palavra *gestão* passou a ser usada com mais frequência entre nós, sobretudo no contexto das ações do Estado, suas políticas e programas. A palavra *política* deriva de *politikós*, do grego, e diz respeito àquilo que é da cidade, da *pólis* (na Grécia Antiga), da sociedade, ou seja, que é de interesse do homem enquanto cidadão. Ao longo do tempo, o termo *política* deixou de ter o sentido de adjetivo (aquilo que é da cidade, sociedade) e passou a ser um modo de *saber lidar* com as coisas da cidade, da sociedade. Assim, fazer política pode estar associado às ações de governo e de administração do Estado. Por outro lado, também diria respeito à forma como a sociedade civil se relaciona com o próprio Estado.

Questões semânticas ou etimológicas à parte, o objeto do presente estudo é a gestão de políticas públicas e seus programas educacionais, em especial daquelas voltadas ao ensino superior. Almeja-se saber até que ponto um programa educacional que compõe a política pública para o ensino superior da SESu/MEC faz uso das TICs em sua gestão, em especial do *website* de relacionamentos FB. Orientamo-nos pelas seguintes indagações: O uso dessa ferramenta digital na gestão da administração pública favorece a participação democrática do público-alvo e do cidadão comum? Promove o dialogismo? Dá voz ao àqueles silenciados pelo poder dominante?

2.1 Gestão e Políticas Públicas: conceitos norteadores

Antes de prosseguir o relato desta pesquisa, há que se considerar alguns conceitos norteadores de políticas públicas, que nos auxiliam na obtenção de maior clareza a respeito do assunto em um momento histórico caracterizado pelo consumismo voraz, irresponsavelmente promovido pelas inovações tecnológicas, as quais, paradoxalmente, sustentam o capitalismo selvagem, auto-destrutivo, globalizado imposto pelo imperialismo *yankee*.

Segundo Souza¹¹³ (2006), as pesquisas acadêmicas a respeito de políticas públicas são ainda muito recentes, existindo, portanto, ainda muitas divergências conceituais entre cientistas sociais estudiosos do tema. Secchi¹¹⁴ (2010, p. 133), por sua vez, defende que qualquer definição de *política pública* é arbitrária, pois ainda não há consenso na literatura especializada a respeito de questionamentos básicos. Desta forma, a impressão que se tem, é que se constrói o sentido desse termo a cada dia, a cada início da administração de um novo governante, seja ele de qualquer uma das três esferas político-administrativas, cujas autonomias a CF de 1988 instituiu¹¹⁵ e que compõem nosso federalismo. Nesse contexto, a literatura especializada recorrentemente explica o conceito de gestão pública como *o Estado em ação*, o que, obviamente, refere-se à União, aos estados e aos municípios. Curioso é o fato de que a própria palavra *política* na língua portuguesa, assim como em outras línguas latinas, assume dois sentidos: a *política*, digamos assim, partidária, realizada por representantes eleitos pela sociedade para representá-la e a *política de governo*, a qual trataremos, no âmbito deste estudo, por *política pública*. Esta tem a ver com as ações do poder executivo na consecução do programa prometido aos eleitores e que o fez vencer as eleições. A língua inglesa, por sua vez, desenvolveu duas palavras diferentes, uma para cada um desses dois sentidos: *politics* e *policy*, (Secchi, 2010).

Expandindo um pouco mais esse aspecto lingüístico presente na conceituação de *políticas públicas*, o termo *política*, quando com o sentido de *politics*, tem o sentido de “atividade humana ligada à obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem” como a define Bobbio¹¹⁶ (2004). Quando a palavra *política* assume o sentido expresso pelo termo *policy*, segundo Secchi (2010), é mais concreto e tem relação com orientações para a decisão e ação, sendo que o termo política pública (*public policy*) a ela está vinculado. Abstraindo-se os desafios semânticos para melhor compreensão de tais conceitos, sabemos que uma política pública é formada por um conjunto de decisões e não de uma decisão isolada. Aprofundando um pouco mais esses conceitos norteadores, Rua¹¹⁷ (2009,) defende que “apesar de uma política pública implicar uma decisão política, nem toda

¹¹³ Prof^a. **Celina Souza**, PhD em Ciência Política pela London School of Economics and Political Science (LSE). Pesquisadora do Centro de Recursos Humanos (CRH) da Universidade Federal da Bahia. Brasil.

¹¹⁴ Prof. **Leonardo Secchi** (UDESC/Esag) desenvolve pesquisas na área de Administração Pública, atuando principalmente nos seguintes temas: desburocratização, reformas administrativas, políticas públicas, e estudos do poder local. É Presidente da PVBLICA - Instituto de Políticas Públicas, Diretor de Eventos da Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP).

¹¹⁵ Na **CF de 1988**, além da descentralização do Estado unitário em Estados-Membros, também estes foram descentralizados em Municípios, que têm poder de auto-organização, mas estão subordinados aos princípios da Constituição Federal e da Constituição do respectivo Estado

¹¹⁶ **Norberto Bobbio** foi um filósofo político, historiador do pensamento político e senador vitalício italiano.

¹¹⁷ **Prof^a. Maria das Graças Rua** (UnB, Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Departamento de Ciência Política) pesquisadora na área de políticas públicas.

decisão política chega a constituir uma política pública”. Ainda de acordo com Souza (2006), os primeiros desbravadores desta área de conhecimento foram os norte-americanos H. Lasswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. Ela também nos diz que foi Lasswell¹¹⁸ (1936) quem introduziu a expressão *policy analysis* (análise de política pública), ainda nos anos 30, como forma de conciliar conhecimento científico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo.

No que concerne a Administração Pública brasileira, para melhor compreendermos a relação do governo com o conceito de política pública, não podemos deixar de considerar os esforços depreendidos pelo governo, dito neoliberal, de FHC, nos anos 1990, no sentido de modernizar o aparelho estatal, tornando as ações governamentais mais eficientes por meio da implementação, entre outras medidas de inspiração neoliberal, do *modelo gerencial de gestão*. Nota-se, assim, que houve evidentes esforços de reorganização do Estado brasileiro naquele momento histórico e de se instaurar *uma nova administração pública*, como ficou conhecida, cujo modelo de gestão foi denominado, entre nós, *gerencial* (*managerial public administration*, em inglês).

A *vertente gerencial de gestão da administração pública*, assim como postula Paes de Paula¹¹⁹ (2005), é por nós compartilhada na análise que fazemos do governo de FHC. Quanto aos governos petistas que o seguiram, e que chefiaram o Poder Executivo há mais de dez anos, nossa expectativa (esperança?) desde seu início, em 2003, é que apresentassem um modelo de gestão pública que fosse uma alternativa à *vertente gerencial neoliberal*. Esperávamos que as políticas públicas e sua gestão fossem mais direcionadas às classes populares, em coerência ao posicionamento ideológico *de esquerda*, do PT. Segundo Paes de Paula (2005), a vertente gerencial de gestão de políticas públicas priorizava, como ainda prioriza, “a centralização do processo decisório e não estimula a elaboração de instituições políticas mais abertas à participação social”. Quase que como antigamente, no governo dito neoliberal anterior.

¹¹⁸ **Harold Dwight Lasswell (1902-1978)** é considerado um dos fundadores da psicologia política. Foi membro da Escola de Chicago, aluno de Ciência Política na Universidade Yale, presidente da Academia Mundial de Arte e Ciência (*World Academy of Art and Science - WAAS*)

¹¹⁹ Cidades paulistas limítrofes da cidade de São Paulo: **Santo André, São Bernardo e São Caetano**. Compõem o principal pólo da indústria automobilística brasileira, situado entre a capital paulista e o porto de Santos, a margem da célebre Via Anchieta. O caminho do mar.

Como sabemos, os governos neoliberais da América Latina de então, entre os quais o de FHC, sob controle ideológico dos EUA, seguiam os ditames de órgãos multilaterais que financiavam nossas políticas públicas sociais, em especial as educacionais, tais como o FMI, o BID e o BIRD. É nossa percepção que estas instituições são notoriamente dominadas pelo modelo capitalista norte-americano, desde Bretton Woods¹²⁰ e compartilham a compreensão norte-americana de democracia e emancipação. Sem falar no alinhamento automático ao Consenso de Washington. Haveria alternativas a este estado de coisas no Brasil, país que ousou eleger presidente da república um metalúrgico do ABC, natural de Garanhuns, semi-árido pernambucano, uma das regiões mais pobres do país, no seio de uma família também pobre e numerosa? Retirante nordestino, perseguido pela fome como tantos, sua numerosa família tornou-se *retirantes* para São Paulo, Luís Inácio, sua mãe e irmãos empreenderam a longa travessia de vários dias em um pau-de-arara¹²¹, para viver destino parecido ao que o poeta cearense Patativa do Assaré¹²² (1909-2002), narra em um de seus mais pungentes poemas. O poema *A triste partida* (1970), musicada e cantado pelo lendário Luís Gonzaga¹²³, o Rei do Baião, tornou-se uma longa e tristíssima canção, que ainda hoje é uma representação importante da vida desafortunada de um retirante nordestino, como nos tempos em que os Da Silva deixaram o semi-árido nordestino rumo à São Paulo (*viver ou morrer*):

[...] Agora pensando
Ele segue outra tria
Chamando a família
Começa a dizer
Meu Deus, meu Deus
Eu vendo meu burro
Meu jegue e o cavalo
Nós vamos a São Paulo
Viver ou morrer
Ai, ai, ai, ai [...]

De vendedor ambulante de laranjas nas praias de Santos a líder grevista em São Bernardo, em um tempo onde tais movimentos eram tidos como riscos à segurança nacionais pelos militares e terminantemente proibidos pelo Ato Institucional nº. 5, ao que estávamos submetidos então, Luiz Inácio

¹²⁰ **Conferência monetária e financeira das Nações Unidas** (1944). Seus delegados assinaram o **Acordo de Bretton Woods** (*Bretton Woods Agreement*). Origina-se aí o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (*International Bank for Reconstruction and Development*, ou **BIRD**, mais tarde dividido entre o **Banco Mundial** e o **Banco para investimentos internacionais**) e o Fundo Monetário Internacional (**FMI**). Estas organizações tornaram-se operacionais em 1946, depois que um número suficiente de países ratificou o acordo.

¹²¹ **Pau de arara** é o nome dado a um meio de transporte irregular, e ainda utilizado no Nordeste do Brasil. Consiste em se adaptar caminhões para o transporte de passageiros, constituindo-se em substituto improvisado para os ônibus convencionais.

¹²² **Patativa do Assaré**, poeta cego cearense, foi um dos mais importantes representantes da cultura popular nordestina como poeta, cantador, repentistas e cordelista.

¹²³ **Luiz Gonzaga** foi um importante compositor popular brasileiro. Foi uma das mais completas, importantes e inventivas figuras da música popular brasileira.

da Silva, apelidado de Lula (apelido comum dos *luízes*, mas que o líder sindical legalmente o incorporou a seu nome próprio), tornou-se personagem fundamental no processo de abertura política e redemocratização do país. Já que buscamos analisar alternativas de gestão da Administração Pública em governos populares, ditos *de esquerda*, julgamos oportuno, nesse momento do presente relatório, reiterar que esta pesquisa qualitativa, acontece no âmbito de um mestrado profissional desenvolvido na Faculdade Educação desta UNB e busca explorar a presença das TICs da Web 2.0, em especial o FB, na gestão de um programa educacional para o ensino superior, tendo em mente auxiliar no atendimento das demandas sociopolíticas das classes populares como forma de diminuir nossa gritante desigualdade social.

Retomando à nossa expectativa quanto às ações do governo de um presidente advindo das classes populares, esperava-se que o a eleição, em 2002, de Lula da Silva, filiado a um partido político que se posicionava ideologicamente como de esquerda, portanto crítico do neoliberalismo do governo anterior, apresentasse algum tipo de alternativa ao modelo neoliberal. A nosso ver, o governo petista não se posicionou incisivamente quanto a um novo modelo de gestão pública. Essa observação baseia-se no fato de que, ao longo destes 10 anos da administração petista, não se evidenciou uma ruptura real com o modelo de gestão pública praticado anteriormente: *a vertente de gestão gerencial*, a qual ainda predomina no âmbito da administração pública, sobretudo na esfera federal.

Neste contexto, como modelo teórico de gestão da administração pública, coerente com as demandas sociais das classes populares, esta pesquisa orienta-se pelo modelo de gestão proposto por Paes de Paula (2005), ao qual chama *vertente societal de gestão da administração pública*, e que se contrapõe à *vertente gerencial*, praticada pelo neoliberalismo do governo FHC. O modelo de gestão da administração pública o qual embasa teoricamente o estudo ora relatado advoga uma maior participação dos cidadãos comuns na condução das políticas públicas, o que implica necessariamente *transparência* do governo nos diversos momentos, ou ciclos, pertinentes à implementação de determinada política. Tal posicionamento inclusivo do cidadão comum no processo de tomada de decisão defendido pela *vertente societal*, alerta-nos Paes de Paula (2005), enfatiza a dimensão sociopolítica das ações do Estado. O modelo praticado anteriormente, em vez disso, buscava contemplar a dimensão econômico-financeira das políticas, como determinava o Consenso de Washington, ao qual já no referimos.

Segundo Paes de Paula a sociedade brasileira vem, ao longo dessas últimas três décadas, aprimorando sua democracia e, na medida do possível, reformando o aparelho do Estado no sentido de torná-lo mais “aberto às necessidades dos cidadãos brasileiros, mais voltado para o interesse público e

mais eficiente na coordenação da economia e dos serviços público” (2005, p. 37). Tal processo de aprimoramento como que viabiliza a *vertente societal de gestão da administração pública* como alternativa à *vertente gerencial* do governo do PSDB. O *modelo societal*, que fornece embasamento teórico a esta pesquisa, segundo Paes de Paula (2005), pode ser observado em experiências alternativas de gestão pública, como os *conselhos gestores*¹²⁴ e o *orçamento participativo*¹²⁵. Paes de Paula (2005 p. 37) amplia nossa compreensão do conceito de *vertente societal de gestão* quando esclarece que tal modelo de gestão da administração pública:

[...] possui suas raízes no ideário dos herdeiros políticos das mobilizações populares contra a ditadura militar e pela redemocratização do país, com destaque para os movimentos sociais, os partidos políticos de esquerda e centro-esquerda, e as organizações não-governamentais (ONGs).

Ainda de conformidade com Paes de Paula (2005), a vertente societal de gestão de políticas públicas encontra-se ainda em desenvolvimento. Em nossa visão, a viabilidade dessa nova abordagem na condução das políticas, contudo, aumentou significativamente após a eleição de Lula da Silva e a consequente tomada da máquina do governo pelo Partido dos Trabalhadores. O PT foi fundado no início dos anos 1980 por importantes intelectuais de esquerda¹²⁶, e líderes sindicais. Estes comandaram corajosamente os determinantes movimentos grevistas dos operários do ABC de 1979 para a redemocratização do país. O novo partido liderado, por Lula, abraçara a causa dos movimentos populares¹²⁷ e unira-se à certa facção da Igreja Católica, a qual, inspirada na Teologia da Libertação¹²⁸ e difundida mundialmente pelos então padres jesuítas Leonardo Boff¹²⁹ e João Batista Libânio¹³⁰, entre outros teólogos católicos, promovia importantes ações sociais por meio das Comunidades Eclesiais de

¹²⁴ **Conselhos gestores** são órgãos colegiados criados pelo Estado, cuja composição e competência são determinadas pela lei que os instituiu. São também conhecidos como Conselhos Municipais ou Conselhos Setoriais.

¹²⁵ **Orçamento participativo (OP)** é um mecanismo governamental de democracia participativa que permite aos cidadãos influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos, geralmente o orçamento de investimentos de prefeituras municipais, através de processos da participação da comunidade.

¹²⁶ **Mário Pedrosa, Sérgio Buarque de Holanda, Paulo Freire, Marilena Chauí, Antonio Cândido, Lélia Abramo, Hélio Pellegrino**, entre muitos outros.

¹²⁷ Movimentos populares tais como: **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento dos Catadores de Lixo, Movimento Indígena, Movimento Negro** etc.

¹²⁸ **Teologia da Libertação** foi um movimento supra-denominacional, apartidário e inclusivista de teologia política, que engloba várias correntes de pensamento que interpretam os ensinamentos de **Jesus Cristo** em termos de uma libertação de injustas condições econômicas, políticas ou sociais.

¹²⁹ **Leonardo Boff** (1938) é um teólogo brasileiro, escritor e professor universitário, expoente da Teologia da Libertação no Brasil. Ficou conhecido pela sua história de defesa das causas sociais. Enquanto padre Jesuíta, foi silenciado pelo Vaticano. Atualmente dedica-se às questões ambientais.

¹³⁰ Padre Jesuíta **João Batista Libânio** (1932), intelectual católico, foi um dos mais importantes teóricos da **Teologia da Libertação**, colaborador do **Instituto Nacional de Pastoral** e de comissões episcopais da **CNBB** (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Escreveu 36 livros.

Base¹³¹ e Pastorais¹³², braços sociais da Igreja. Nossa percepção é a de que o PT e um segmento político e socialmente mais engajado entre os católicos influíram decisivamente no processo de redemocratização do país ao apoiarem movimentos sociais inovadores, caracterizados, especialmente, pela participação deliberativa dos sujeitos sociais envolvidos. Boff, no entanto, foi silenciado pelo Papa João Paulo II. Sua Teologia da Libertação, banida pelo mesmo *Sumo Pontífice* do seio de sua Igreja.

Há que se resgatar este modo de compreender a gestão da *Res Publica*¹³³ se almejamos tornar-nos uma sociedade mais equânime, no âmbito da qual haja uma administração pública eficiente, transparente, imune à corrupção e aberta à participação do cidadão comum, à medida que este vem adquirindo consciência social. Este posicionamento é compartilhado por este pesquisador, o qual, em sua busca de uma sociedade minimamente horizontalizada, que renegue o domínio da casa-grande e a subjugação da senzala, deparou com a *vertente societal de gestão*, que se apresentou como um bom caminho para esta pesquisa exploratória, especialmente devido ao *suporte teórico* que oferece. A gestão pública societal, segundo Paes de Paula (2005), assim se caracteriza:

- a) quanto à sua origem: a movimentos sociais brasileiros, que tiveram início nos anos 1960¹³⁴ e desdobramentos nas três décadas seguintes;
- b) quanto ao projeto político: enfatiza a participação social e o modelo de desenvolvimento brasileiro e o modelo de gestão;
- c) quanto às dimensões estruturais: enfatizadas na gestão, por sua dimensão sociopolítica;
- d) quanto à organização administrativa do aparelho do Estado: enfatiza iniciativas locais de organização e gestão pública;
- e) quanto à abertura das instituições políticas à participação social: por ser participativo, no nível das instituições, enfatizando a elaboração de estruturas e canais que viabilizem a participação popular;
- f) quando a abordagem de gestão: por enfatizar a elaboração de experiências de gestão focalizadas nas demandas do público-alvo, incluindo questões culturais e participativas.

¹³¹ **Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)** são comunidades inclusivistas ligadas principalmente à Igreja Católica que, incentivadas pela Teologia da Libertação após o Concílio Vaticano II (1962-1965) se espalharam principalmente nos anos 1970 e 80 no Brasil e na América Latina.

¹³² **Ação Pastoral Católica** ou simplesmente **pastoral** é o conjunto de atividades pelas quais a Igreja realiza a sua missão, que consiste primariamente em continuar a ação de Jesus Cristo. No Brasil, **a Igreja Católica e suas pastorais** busca atingir públicos distintos socialmente fragilizados, atuando em diversos setores.

¹³³ **Res publica** é uma expressão latina que significa literalmente *coisa do povo, coisa pública*. É a origem da palavra **república**.

¹³⁴ Como, por exemplo, os **Movimentos de Educação Popular** e as **Ligas Camponesas**.

No caso específico do programa educacional para o ensino superior da SESu/MEC, que fornece os dados empíricos a esta pesquisa qualitativa, o Programa de Educação Tutorial (PET), e sobre o qual nos deteremos oportunamente, interessa-nos os meios de comunicação e interação dos beneficiários do Programa. Estamos particularmente empenhados em investigar o emprego das TICs virtuais da *Web 2.0* e, em especial, o FB, na gestão dos grupos. Nesta perspectiva, investigaremos o quão abertos à virtualidade estão os gestores locais do PET (os docentes-tutores dos grupos) em suas respectivas IES. Consideramos que tais aparatos tecnológicos contribuem para o aperfeiçoamento de nossa democracia ao dar voz ao cidadão comum na discussão, implementação e gestão de um programa educacional inserido em uma política pública de promoção de inovações pedagógicas e da pesquisa, como o PET. Tal compreensão condiz com a *vertente societal de gestão da administração pública*, a que vimos nos referindo, especialmente no que tange as políticas públicas para o ensino superior e seus programas educacionais.

2.2 A Reforma do Estado Brasileiro

O marco principal da reorganização do Estado brasileiro, após o fim do regime militar em 1985, foi a elaboração de uma nova Constituição Federal, a qual foi promulgada em 1988. Importantes, foram as discussões em torno das reivindicações sociais, discussões estas que antecederam a redação da nova CF. O grito das classes populares, de intenso, foi razoavelmente ouvido pelos deputados-constitucionalistas. Devido, sobretudo ao furor democrático que a nova CF causou, os menos privilegiados foram contemplados com direitos sociais que anteriormente não possuíam, pressionados que foram pelas mobilizações populares, mobilização estas incentivadas, sobretudo, pelo PT, centrais sindicais, determinado segmento da Igreja Católica, entre outros grupos sociais e partidos políticos mais comprometidos com as demandas das classes populares. Aquele povo todo no gramado do Palácio do Congresso Nacional gritando palavras de ordem e exigindo direitos, foi o início do processo de construção da democracia que desfrutamos hoje em nosso país. As se fazer o balanço dos erros e acertos no processo de elaboração da Carta Magna, perceberemos que o saldo foi positivo, não obstante o forte *lobby*¹³⁵ promovido por forças conservadoras a serviço do Capital, representada pelo Centrão¹³⁶,

¹³⁵ De legalidade questionável no Brasil, chama-se *lobby* um grupo de pessoas ou organização que tem como atividade buscar influenciar, aberta ou secretamente, decisões do poder público, especialmente do poder legislativo, em favor de determinados interesses privados (**grupo de pressão**).

¹³⁶ Principal grupo de deputados constitucionalistas, o **Centrão**, era formado por deputados e senadores de partidos como **PMDB, PFL, PDS e PTB**.

Ruralistas¹³⁷, entre outros grupos de pressão. Os que defendiam a privatização da Educação, também se posicionaram fortemente. No que pesem os conflitos entre as demandas das classes populares e os interesses dos grandes grupos empresariais, conseguimos, enfim, após 18 meses de acaloradas discussões, concluir a nova CF, a chamada Constituição Cidadã, cujo jubileu de prata foi recentemente comemorado.

Coincidentemente, o momento histórico da reorganização do Estado brasileiro, após a exaustão do regime militar, coincide com a nova situação geopolítica internacional resultante do final da Guerra Fria¹³⁸ (1945-1989). Deu-se que, a bipolaridade que caracterizava a governança mundial desde o fim da Segunda Guerra Mundial, deixou de existir com o desmantelamento da União Soviética e a derrocada de seu modelo econômico. Foi assim, em nossa percepção, que os EUA tornaram-se potência hegemônica, com poder suficiente para assegurar o retorno do liberalismo ao mundo ocidental, então rebatizado de *neoliberalismo*. Eram os tempos do Estado mínimo. Tempos em que o *Welfare State* foi duramente combatido mundo afora. Segundo seus opositores, o Estado não deveria se prestar a serviços sociais indistintamente. A iniciativa privada seria muito mais capaz ao prestar tais serviços, eram como justificam os defensores da privatização generalizada. O Estado, por sua vez, no que concerne seu modelo de gestão, era tido como ineficiente diante do êxito do modelo gerencial adotado pela iniciativa privada. Era senso comum, nos anos 1980, adentrando os 1990, que modelo de gestão da administração pública brasileira deveria seguir o modelo gerencial de Estado mínimo em sua e pretensa modernização. É nesse contexto que se busca reformar o Estado brasileiro, adequando-o ao modelo econômico determinado pelo Consenso de Washington e a um mundo globalizado proporcionado, sobretudo, pela virtualidade, mas que, por uniforme, favorece seu controle por uma única potência hegemônica.

Pródiga no reconhecimento de direitos sociais, a Carta Magna de 1988 foi importante para a compreensão mais clara, por parte da sociedade, do conceito de *políticas públicas sociais* na medida em que o novo texto constitucional incorpora uma série de demandas sociais, pressionado que foram os deputados constitucionais por forte mobilização da população. O povo e seus grupos de pressão chegavam a montar acampamento nos gramados do Palácio do Congresso Nacional. Semelhante anseio democrático deve-se, provavelmente, aos longos anos de arbítrio que silenciou toda uma geração.

¹³⁷ A bancada **ruralista** foi particularmente atuante na hora de contrapor-se a medidas com o objetivo de promover a reforma agrária.

¹³⁸ **Fria** por ser uma guerra ideológica, principalmente quando instaurada a *détente*. Apenas manipulações de pensamentos e a busca de manutenção de sua parte do mundo, além da ameaça pairante de uma hecatombe nuclear, que fatalmente destruíam-nos a todos.

Naquele momento histórico, cidadãos brasileiros vociferavam por liberdades civis, direitos sociais, equidade e toda sorte de reivindicações que se possa imaginar. Além de garantir a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, a nova CF contempla a educação superior com apenas um artigo, o de número 202, o qual estabelece que:

As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A menção ao tripé *ensino, pesquisa e extensão* como um princípio a ser obedecido pela nova CF fortalece, o que para alguns, é a razão de ser do PET. Isso se deve ao fato de que a prática da indissociabilidade é um dos fundamentos do Programa. Sua prática participa na avaliação dos grupos. Tal posicionamento aproxima-se ao conceito de *excelência acadêmica*, a qual as políticas públicas para o ensino superior pretendem alcançar, em nossa percepção.

Os primeiros presidentes civis após a volta dos militares à caserna (de onde, talvez, nunca deveriam ter saído), Sarney, Collor e Franco, tiveram governos tumultuados demais para se pensar corretamente a gestão das políticas públicas. Deu-se que a devastação econômica causada pela escalada inflacionária dos anos 1980, a década perdida, como alguns analistas a chamam, quase levou o país à bancarrota. Como resultado, tivemos que conviver com forte contenção orçamentária, o que não propiciava a discussão de políticas públicas sociais na forma e intensidade necessárias à sua implementação. As ações do Estado, naqueles tempos de reorganização, eram ainda muito imprevisíveis uma vez que não havia um planejamento mínimo. Como consequência desta quase ingovernabilidade, fomos vítimas de subseqüentes planos econômicos que não foram contínuos o suficiente para que políticas públicas sociais fossem instituídas seguindo seus necessários ciclos processuais¹³⁹.

Somente quando a inflação descomunal, que afligiu a população brasileira durante os anos 1980 e até meados dos anos 1990, foi finalmente controlada graças ao bem sucedido *Plano Real*, implementado no governo de Franco em 1994. FHC era ministro da economia à época e coordenou a afinada equipe de economistas¹⁴⁰ idealizadora do novo Plano, o qual criou uma nova moeda, o *Real*, nome que já houvera sido chamada no passado, nos tempo dos *mil réis*. O êxito do Plano Real qualificou FHC a vãos políticos mais altos, talvez nunca imaginados por este sociólogo paulista, perseguido pelo regime

¹³⁹ **Ciclo de uma política pública:** identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção.

¹⁴⁰ **Pedro Malan, Edmar Bacha, Clóvis Carvalho, Winston Fritsch**, entre outros.

militar, autor de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, importante referencial sociológico nas pesquisas sociais do Brasil e da América Latina.

As boas novas eram que, com a estabilização da economia, ainda no governo Itamar Franco, o tema políticas públicas voltou a ser discutido. O Estado começa assim (antes tarde do que nunca) a pensar, executar, ofertar enfim, ações governamentais que visam combater nossa vergonhosa desigualdade social, por meio de *políticas públicas sociais*. Levou-se, neste contexto, em consideração os conceitos inovadores, entre nós, relativos à políticas públicas e o uso correto de seus *ciclos*. Contudo, não obstante o espetacular êxito do Plano Real, ele se dá em um contexto de forte contenção de recursos. Foram anos difíceis para as universidades federais, fadadas ao sucateamento, se continuasse tal estado de coisas. Os oito anos do governo FHC (1995-2002), em seus dois mandatos, foram fortemente marcados pela busca da modernização da Administração Pública no sentido de livrá-la das velhas práticas patrimonialistas subsistentes, direcionando-a no sentido do modelo gerencial de gestão, mais próximo do modelo empregado por empresas privadas. O Estado retira-se (exime-se?) da oferta de garantias sociais, desarma sua *rede de proteção*, delega tais serviços, o mais que pode, à iniciativa privada. Como se não bastasse, favorece, por meio de emendas constitucionais, seu acesso à prestação de serviços sociais, anteriormente dever do Estado.

Naquele momento de contingência orçamentária, algumas de nossas políticas públicas sociais inadiáveis puderam ser executadas graças a financiamentos externos promovidos por órgãos multilaterais de cooperação, contanto que seguíssemos determinados pressupostos, ou seja, como diz o censo comum, que *lêssemos por sua cartilha*. Desnecessário dizer da proximidade desses órgãos fomentadores de desenvolvimento dos cânones do modelo econômico dominante. Corroborando essa posição, eis o que Abádia da Silva (2011, p. 331) nos esclarece com relação a estas prescrições externas:

[...] sabe-se ainda o quanto as elites econômicas desses países (países latino-americanos) tiveram que se sujeitar às pressões e prescrições externas oriundas do Consenso de Washington, de 1989, e assim, travestiram as políticas sociais como se fossem interesses nacionais e recompuseram por meio de medidas institucionais a educação pública dos países.

Foi nesse momento histórico que o governo FHC, no afã de reestruturar, modernizando o aparelho do Estado, buscou implementar, o que se chamou *nova administração pública*, que deveria tornar o Estado mais eficiente em seus resultados, livrando-o de práticas nefastas, há séculos presentes em seu âmbito. Para a propalada modernização da máquina estatal brasileira, foi criado o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) em 1995, com o intuito de formular um plano

integrado para as reformas. O economista da Fundação Getúlio Vargas, Bresser Pereira¹⁴¹, foi nomeado seu ministro. Sua mais relevante intervenção nos rumos da administração do aparelho estatal foi a publicação de um longo documento, que propunha as reformas, a seu ver, necessárias para a modernização da gestão de nossa administração pública: o *Plano diretor da reforma do estado* (Bresser-Pereira, 1996). No mencionado Plano Diretor é possível perceber os reais objetivos de uma gestão gerencial: a eficácia e eficiência do setor público, além de sua desburocratização.

2.3 A Modernização do Estado e a Educação Superior

No que concerne a educação superior pública, é clara, no documento, a tentativa de entregá-la à iniciativa privada. Esse tipo de interesse caracterizará o processo de *desresponsabilização* do Estado frente às políticas públicas sociais, entre as quais as educacionais, e, mais especificamente, as pertinentes à educação superior. Essa percepção deve-se ao fato de que a *nova administração pública* desenhada por Bresser-Pereira é audaciosa ao ponto de propor o fim da gratuidade das universidades públicas federais como explicitado no tal Plano Diretor, por ele assinado. Semelhante possibilidade pôs a comunidade acadêmica em polvorosa. Em linhas gerais, as reformas propostas pelo MARE, envolviam a transformação do status jurídico das universidades públicas, tornando-as organizações sociais, entidades públicas não estatais, fundações de direito privado ou sociedade civil sem fins lucrativos. Na visão de Carvalho¹⁴² (2006), a pressão desfavorável exercida pela opinião pública contra tal proposição foi tamanha que fez com que o Congresso Nacional não modificasse o sistema universitário brasileiro: as universidades públicas federais continuariam a usufruir da gratuidade oferecida pelo Estado e o vestibular continuaria a ser a forma tida como meritocrática e justa de nelas se ingressar. Uma pergunta impertinente: Esse processo seletivo favorece a diminuição da desigualdade social brasileira? É bem provável que não.

O critério de ingresso ao sistema público de ensino superior continuaria sendo a meritocracia, se é que podemos chamar meritocrática a maneira que a Casa Grande encontrou para impedir que aqueles da senzala ingressasse nas universidades públicas, notoriamente superiores às IES da iniciativa privada. A promoção do, em nossa opinião, desumano, *exame vestibular*, contradição do processo seletivo ao acesso às universidades públicas, favorece os estudantes que frequentaram boas escolas onde se pratica

¹⁴¹ **Bresser Pereira** foi ministro da Fazenda do Brasil durante o governo José Sarney, além ministro da Administração Federal, e ministro de Reforma do Estado (MARE) em todo o 1º mandato presidencial de FHC (1995–1998).

¹⁴² **Cristina Helena Almeida de Carvalho**, (UnB, Faculdade de Educação) pesquisadora sócia cuja área de atuação é Política Educacional, sobretudo, em expansão e financiamento da educação superior.

uma Educação de melhor qualidade. Dessa forma, os vestibulandos mais bem preparados são os *bem nascidos*, cujas famílias abastadas direcionaram vastos recursos financeiros para que sua prole estudasse em bons cursos pré-vestibulares, sem falar na formação proporcionada pelas boas e caras escolas particulares do ensino médio, em que a elite socioeconômica brasileira matricula sua descendência. É óbvio que estudantes do ensino médio oriundos de classes populares não se encontram em pé de igualdade na disputa por uma vaga na universidade pública, na medida em que não conseguem se preparar tão eficientemente para o polêmico exame quanto os alunos que, no ensino básico, cursaram boas escolas particulares – contradição do sistema educacional brasileiro, que persiste, infelizmente, nos dias de hoje, apesar do avanço promovido pelo ENEM¹⁴³ pelo SISU¹⁴⁴.

De um modo geral, o documento elaborado por Bresser-Pereira e sua equipe buscou reduzir gastos estatais com determinados tipos de serviços tidos como de má qualidade, transferindo-os ao o setor privado, supostamente mais eficiente, flexível e menos burocrático. Não por coincidência, a reforma do Estado cria condições favoráveis para que se aumentasse a fatia do *mercado educacional* representado pelo setor privado, na medida em que oferece incentivos fiscais, garantia de mercados cativos graças aos programas governamentais¹⁴⁵ para o acesso das camadas mais pobres da população ao ensino superior pago e de qualidade questionável. Os estudantes universitários das classes populares continuam em situação extremamente desfavorável (trabalham e estudam) exatamente da mesma maneira sofrida como cantava Martinho da Vila, em samba memorável¹⁴⁶ (1969), que fez muito sucesso em todo país:

Felicidade!
Passei no vestibular
Mas a faculdade
É particular
Livros tão caros
Tanta taxa prá pagar
Meu dinheiro muito raro
Alguém teve que emprestar
O meu dinheiro
Alguém teve que emprestar
Morei no subúrbio
Andei de trem atrasado
Do trabalho ia prá aula
Sem jantar e bem cansado

¹⁴³ **Exame Nacional do Ensino Médio**, foi criado em 1998 com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da educação básica, buscando contribuir para a melhoria da qualidade desse nível de escolaridade. A partir de 2009 passou a ser utilizado também como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior.

¹⁴⁴ **Sistema de Seleção Unificada**. É um sistema informatizado gerenciado pelo MEC que, por meio das instituições e universidades públicas de educação de nível superior, seleciona novos estudantes através das notas obtidas pelo **ENEM**.

¹⁴⁵ Como, por exemplo, o **PROUNI**.

¹⁴⁶ *O pequeno burguês* (1969), samba de Martinho da Vila.

Mas lá em casa
À meia-noite
Tinha sempre a me esperar
Um punhado de problemas
E criança prá criar...

Como podemos perceber, pouco ou quase nada mudou em mais de 40 anos. Por que esta realidade não foi ainda modificada?

2.4 A Lei de Diretrizes de Bases da Educação e a Educação Superior

Não obstante a determinação da nova CF que houvesse a votação de uma Lei Complementar com as diretrizes e bases para educação, somente em 1996, já no governo FHC, conseguiu-se aprová-la. Sua votação foi tumultuada e prevaleceu o texto proposto por Darcy Ribeiro. A nova LDB exerceu algum impacto no ensino superior na medida em que estabeleceu princípios pertinentes a este segmento educacional, entre eles o de descentralização e flexibilização. Entretanto, tais medidas favoreceram sobremaneira a participação de grandes grupos privados na oferta de educação superior de massa. A LC¹⁴⁷ da nova LDB também estabelece novas formas de controle e padronização do ensino superior por meio de *processos avaliativos uniformizados para todo o sistema federal*, sem, contudo, curiosamente, esclarecer o sentido de *excelência acadêmica*.

A administração petista pouco mudou esse estado de coisas, apesar do esforço aparente de maior abertura do ensino superior às classes populares com a criação dos programas PROUNI¹⁴⁸ e REUNI¹⁴⁹. Este tem a meta de dobrar o número de alunos nos cursos de graduação em dez anos, a partir de 2008, e permitir o ingresso de 680 mil alunos a mais nos cursos superiores. Aquele concede bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituições privadas de educação superior. As instituições que aderem ao PROUNI recebem isenção de tributos federais, a chamada *renúncia de impostos*.

Dados divulgados pelo INEP¹⁵⁰ com relação à educação superior em 30/11/2013 revelam que o

¹⁴⁷ **Lei Complementar.**

¹⁴⁸ **PROUNI** (Programa Universidade para Todos) é um programa do MEC, criado em 2004, que concede **bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de ensino superior**, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros, sem diploma de nível superior. Podem participar: estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais da própria escola.

¹⁴⁹ **Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)** tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior.

¹⁵⁰ O **Inep** realiza a coleta de dados sobre a educação superior com o objetivo de oferecer à comunidade acadêmica e à sociedade em geral informações detalhadas sobre a situação e as grandes tendências do setor.

número total de estudantes matrículas no ensino superior brasileiro superou os sete milhões em 2012 e cresceu de 81% entre 2003 e 2012. Há dez anos, o Censo da Educação Superior¹⁵¹ registrava 3.887.022 matrículas, número que subiu para 7.037.688 na edição mais recente do Censo. Os milhões de universitários brasileiros estão distribuídos em 31.866 cursos oferecidos por 2.416 instituições (304 públicas e 2.112 particulares). O total de estudantes que ingressaram na educação superior em 2012 chegou a 2.747.089. O número de concluintes foi de 1.050.413¹⁵².

O contexto de flexibilização do sistema instaurado pelos novos marcos legais viabiliza concessões fiscais à IES que oferecem bolsas de estudo a alunos advindos da escola pública. Outro importante programa educacional para educação superior que favorece claramente a iniciativa privada, proporcionando-lhe a garantia de mercado, é o FIES¹⁵³. Este é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. Em 2010 o FIES passou a funcionar em um novo formato. O FNDE passou a ser o agente operador do Programa e os juros caíram para 3,4% ao ano. Os grandes conglomerados educacionais, dessa forma, são os grandes beneficiários dessa política. Temos a impressão que a educação superior brasileira ainda é um imenso mercado consumidor, mercado este cobiçado pelas grandes corporações transnacionais ofertantes de educação, muitos deles já presentes entre nós, associados, por exemplo, a grupos educacionais nacionais. Corroborando esta nossa percepção, Vieira de Souza¹⁵⁴ (2011, p. 211) lança alguma luz para uma compreensão melhor da relação, às vezes promíscua, entre o público e o privado:

Considerando que houve uma redução do Estado com relação aos investimentos em educação superior, sua atuação vai se realizar via financiamento estudantil, como o Fundo de Financiamento ao Estudante (FIES) ou o Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado em 2004, com o objetivo de concessões de bolsas integrais ou parciais. A proposta do governo

¹⁵¹ **Censo da Educação Superior**: anualmente, o **Inep** realiza a coleta de dados sobre a educação superior com o objetivo de oferecer à comunidade acadêmica e à sociedade em geral informações detalhadas sobre a situação e as grandes tendências do setor.

¹⁵² **Fonte**: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior>>

¹⁵³ **Fundo de Financiamento Estudantil**, programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação.

¹⁵⁴ **José Vieira de Souza** (UnB, Faculdade de Educação), pesquisador cujo interesse especial é a organização da educação brasileira, políticas públicas educacionais e a gestão de seus programas e sistemas educacionais.

com tal programa é contribuir para que se atinja a meta constante no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o qual prevê que, até o ano de 2011, 30% dos jovens entre 18 e 24 anos estejam na educação superior.

2.5 A Gestão da Educação Superior: programas e órgãos de fiscalização e supervisão

A educação superior brasileira, seja ela ofertada por IES públicas ou privadas, é regulada e supervisionada pelo MEC, por meio da SESu e SERES¹⁵⁵ além de autarquias e/ou fundações vinculadas ao Ministério da Educação, a saber: FNDE¹⁵⁶, CAPES¹⁵⁷ e INEP. Há também o Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão colegiado integrante do MEC, o qual foi criado com o objetivo de colaborar na execução da Política Nacional de Educação e exercer atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro da Educação, como nos informa o portal eletrônico do MEC¹⁵⁸.

Nesta altura do relato da pesquisa, sentimos necessidade de retroceder aos tempos neoliberais do final do século XX. É importante ressaltar que houve, indubitavelmente, um movimento, a partir do governo FHC, no sentido de a Administração Pública aprimorar a execução de políticas públicas educacionais. Evidentemente, semelhante esforço de implementação de políticas educacionais bem sucedidas passa necessariamente pela *avaliação* de alunos, assim como a *avaliação das próprias IES*. Louve-se a decisão de se avaliar o sistema de ensino superior do Brasil, o qual passou a ser feito regularmente a partir de então. Tais processos de avaliação da Educação, iniciados no governo tucano de FHC, vêm sendo aperfeiçoados nos governos petistas que o sucederam. A continuidade das políticas públicas relativas à avaliação do sistema de educação em seus diferentes níveis denota certo amadurecimento do poder público uma vez que as boas práticas foram mantidas independentemente de interesses políticos do chefe do poder executivo do momento ou da sigla partidária (ideologia?) que defendeu ao ser eleito.

A seriedade com que o assunto foi tratado ficou clara após a promulgação, por FHC, da Lei nº 10.861/2004, que criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Segundo o portal eletrônico do MEC, acessado em agosto de 2013, o SINAES busca avaliar as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes de forma regular e padronizada. No que concerne a educação superior e, especificamente o PET, ainda segundo a mesma fonte¹⁵⁹: “O processo de avaliação leva em

¹⁵⁵ Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior

¹⁵⁶ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

¹⁵⁷ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

¹⁵⁸ Fonte: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12498&Itemid=820>

¹⁵⁹ Fonte: <<http://portal.mec.gov.br/index.html>>

consideração aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente”.

O SINAES reúne as informações obtidas em avaliação nacional anual dos estudantes universitários, denominado pelo acrônimo ENADE¹⁶⁰, implementado do governo de FHC (popularmente chamado de Provão), à época boicotado por parcela expressiva do alunato. Gradualmente a comunidade universitária foi aceitando e compreendendo a importância do exame e hoje não prestá-lo é algo impensável pelos que planejam minimamente suas carreiras profissionais e acadêmicas. O Sistema também considera as avaliações institucionais das IES e as avaliações dos cursos por elas oferecidos feitos pela CAPES ao incorporar a pontuação da IES e dos cursos auferido por esta autarquia. As informações obtidas por meio do SINAES são úteis, também, para o fornecimento de orientações institucionais das IES aos órgãos reguladores e assim subsidiar o processo de planejamento e implementação de políticas públicas educacionais. Algo importante concernente à transparência propiciada pela virtualidade é que os dados obtidos nas avaliações podem ser acessados na internet pelos cidadãos como uma referência quanto às condições de cursos e instituições de seu interesse. *A gestão societal da administração pública* indica que este é o caminho a seguir.

Os processos avaliativos do SINAES são coordenados e supervisionados pelo CONAES¹⁶¹. A operacionalização deles é de responsabilidade do INEP. Ainda, segundo o portal do MEC¹⁶²:

O SINAES busca avaliar aspectos das IES relacionados aos três eixos tradicionais da educação superior que são o ensino, a pesquisa, a extensão; além disso, essa avaliação também prioriza a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações físicas das instituições. As informações obtidas com o Sinaes são utilizadas tanto pelas instituições de ensino no sentido de aprimorar sua efetividade acadêmica e social, como por órgãos governamentais no planejamento de novos programas e na execução de políticas públicas para o ensino superior como um todo. Relevante é o fato de que, com a divulgação dos resultados, a sociedade civil tem informações sobre a realidade dos cursos e das instituições.

Como consequência da avaliação sistemática do ensino superior, os órgãos reguladores estabelecem *rankings* de IES (públicas e privadas) e dos cursos que oferecem. O mercado gosta muito disso, pois escolas privadas na liderança do *ranking* usam este fato em suas campanhas publicitárias. Não obstante essa distorção, velha conhecida do nosso sistema educacional, desigual quanto tudo o mais em nosso país, os resultados das avaliações servem para fornecer mais informação e transparência com relação à qualidade da educação superior. No que tange os processos que regulam a educação superior brasileira, o MEC implantou um sistema de informação eletrônico, o e-MEC, que pode ser

¹⁶⁰ Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

¹⁶¹ Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

¹⁶² Fonte: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12498&Itemid=82>

facilmente acessado pelo cidadão comum. Este sistema de informação tornou-se um importante aliado na gestão dos processos regulatórios aos quais as IES devem se submeter, pois lhes dá agilidade e transparência. Graças às inovações informacionais disponíveis hoje em dia, documentos relativos a credenciamento, reconhecimento de curso etc., tramitam eletronicamente no sistema. Qualquer cidadão pode, dessa forma, obter informações *online* confiáveis a respeito da realidade institucional de determinada IES junto ao MEC. Consideramos que essa interação e horizontalidade social vão ao encontro da *vertente societal de gestão* da Administração Pública e, de certa forma, um aprimoramento de nossa democracia.

As atividades de supervisão de instituições de educação superior e de cursos superiores de graduação no sistema federal de ensino, por sua vez, foram instituídas pela Lei nº 10.861/2004, e regulamentada pelo Decreto nº. 5.773/2006. Seu principal objetivo, segundo o portal do MEC¹⁶³, “é zelar pela conformidade entre a oferta da educação superior e a legislação vigente.” Ainda segundo a mesma fonte, acessado à mesma época:

A supervisão da educação superior exercida pelo Ministério é realizada em dois tipos de ações de supervisão: a ordinária e a especial. A Supervisão Ordinária é aquela que se origina de denúncias e representações de alunos, pais e professores, bem como de órgãos públicos e da imprensa, envolvendo casos isolados de instituições e cursos com indícios de irregularidades ou deficiências. Nesses casos, recebida a denúncia ou representação, ela é analisada pela Coordenação-Geral de Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação, que, constatando tratar-se de assunto de sua competência, e com indícios de irregularidades ou deficiências, notifica a instituição para que no prazo de dez dias manifeste-se sobre os fatos. Com a resposta da instituição, a Secretaria de Educação Superior pode adotar um dos seguintes encaminhamentos: concessão de prazo para saneamento de deficiências, visita de verificação *in loco*, abertura de processo administrativo para aplicação de sanções, ou arquivamento.

De acordo com a legislação educacional vigente, o MEC tem competência para supervisionar a educação superior, embora somente em assuntos relacionados com a qualidade e à regularidade do curso. Como foi dito anteriormente, o MEC exerce assim a Supervisão Especial, que segundo o mesmo portal¹⁶⁴:

[...] a qual é iniciada pelo próprio Ministério da Educação, a partir de seus indicadores de regularidade e qualidade da educação superior, e envolvem mais de um curso ou instituição, agrupados de acordo com o critério escolhido para a ação de supervisão. Esses critérios podem incluir resultados insatisfatórios no Enade e no IDD, o histórico de avaliações de cursos pelo INEP, bem como o atendimento de requisitos legais específicos, como, por exemplo, a porcentagem mínima de mestres e doutores em universidades e centros universitários.

¹⁶³ <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12498&Itemid=820>

¹⁶⁴ **Fonte:** <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=13384&Itemid=992>

2.6 O Programa de Educação Tutorial - Histórico

Segundo Martins¹⁶⁵ (2008), o PET foi criado pela CAPES, em 1979, com o nome de Programa Especial de Treinamento, permanecendo sob a execução dessa fundação de fomento à educação superior vinculada ao MEC até o final de 1999. O PET, no seu início, era desenvolvido em grupos organizados em cursos de graduação de diferentes IES do país. A idéia do Programa, quando foi criado, era incentivar a formação de grupos de *excelência acadêmica* na educação superior brasileira. A higidez com que o Programa atravessou momento difíceis, de quase extinção, e a dialética exercida no ser fazer cotidiano fez dele um dos programas mais longevos da SESu/MEC: 34 anos de existência.

O contexto de forte contenção orçamentária, ao mesmo tempo a certeza da necessidade de uma alternativa eficiente em seu custo/benefício que indicasse caminhos à inovação, em seu sentido amplo, fez com que a CAPES pensasse o PET, apresentando-o como o modelo possível no cenário de penúria em que atuavam as IES públicas. A ideia era a de que o desenvolvimento de atividades extracurriculares por seletos grupos de estudantes, orientados por docentes-tutores apontaria caminhos pedagógicos inovadores à comunidade acadêmica dos cursos aos quais os alunos dos grupos estavam inseridos, o quê por sua vez refletiria nas IES e quiçá em todo o sistema. Era o que se podia fazer diante da contingência orçamentária de então. Martins (2008, p. 18) assim descreve sua compreensão de relevante aspecto do Programa, assim como para a conceituação de *excelência acadêmica*:

Dentre os novos caminhos que se deseja para o PET está o de que ele se constitua em um elemento estratégico para refletir, conceituar e operacionalizar a educação tutorial e, por consequência, discutir a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, compreendendo estes conceitos dialéticamente e trabalhando-os como aspecto basilares do Programa.

De acordo com Danhoni Neves (2003), em 1997, havia 317 grupos PET em 59 IES, 317 tutores, 3.556 petianos de graduação e 157 petianos da pós-graduação. No entanto, o fato é que o governo neoliberal de FHC, seguindo as recomendações de órgão multilaterais financiadores da educação do Brasil e da América Latina, como foi dito, priorizou o ensino fundamental em detrimento da Educação como um todo e impôs dramáticas contenções orçamentárias ao ensino superior. Temeu-se que a educação e a pesquisa realizadas nas universidades públicas entrassem em colapso e fossem transferidas à iniciativa privada (Muller, 2003).

Apesar das dificuldades para a implementação de políticas públicas educacionais que oferecesse Educação de qualidade para todos naquele momento do final do século passado, o PET insistia em

¹⁶⁵ Profª. **Iguatemi Lucena Martins** (UFPB), ex-diretora do DEPEM/SESu. Teve papel relevante na reorganização do PET pós 2005.

praticar, dentro da universidade brasileira, um projeto pedagógico inovador que buscava propiciar a alunos e professores da graduação uma complementação de sua aprendizagem. Algo que os fizessem capazes de conviver mais facilmente com as modernidades tecnológicas comunicacionais que o mundo, agora uma aldeia, começava a nos apresentar. Era a segunda metade dos anos 1990. O ciberespaço fora ocupado por bilhões de internautas e tornara-se algo real, no que pese sua virtualidade.

Voltando ao PET, segundo Tosta *et al.* (2006), corroborando nossa percepção expressada acima, a idéia do Programa nasceu no contexto de falta de verbas com a qual conviviam as universidades públicas. Essa situação impunha sérias limitações financeiras e a consequente dificuldade de melhoras qualitativas na educação superior. Pensou-se, então, em destacar pequenos e seletos grupos de alunos que teriam acompanhamento acadêmico diferenciado e estímulo financeiro por meio de bolsas de iniciação científicas, pagas pela CAPES, a fim de que pudessem se dedicar, exclusiva e integralmente, à sua graduação e *formassem um grupo de excelência* que indicasse caminhos para abordagens inovadoras, sobretudo pedagógicas, aos outros alunos do curso, da universidade e, por que não, de todo o sistema federal de educação superior. Essa era a inovação pedagógica aplicada ao ensino superior, naquele tempo de vacas magras.

Neste cenário de extrema contingência orçamentária, o qual frustrou a possibilidade de investimentos relevantes em políticas públicas educacionais para o ensino superior, temeu-se pela continuação do PET. Esse temor esteve na iminência de se concretizar em 1999, quando a CAPES iniciou o processo de desativação do PET, para perplexidade da comunidade acadêmica. Nossa percepção é a de que, no novo modelo de gestão de políticas públicas educacionais de então, não havia lugar para um programa nos moldes do PET. Entretanto, para o gáudio dos que advogam *o modelo de gestão societal*, houve firme e coesa mobilização dos petianos (docentes incluídos) contra a medida impediu que tamanho retrocesso no desenvolvimento da qualidade do ensino superior acontecesse. Para tal vitória, foi fundamental a criação do Movimento em Defesa do PET, movimento esse bem relatado por Muller (2003) e Danhoni Neves (2003).

O fato é que, não fosse à aguerrida defesa do PET por parte da comunidade acadêmica, em especial dos beneficiários do Programa, ele teria ter sido extinto. Esse tipo de mobilização social é coerente com a maneira de se participar das ações do Estado, indicada pela *vertente societal de gestão da administração pública*, como propõe Paes de Paula (2005). A solução encontrada, ante a pressão exercida pelos defensores do Programa, foi transferi-lo, em 1999, para a responsabilidade do DEPEM,

uma diretoria da SESu/MEC. Esse órgão já não mais existe, desde 2008, quando a gestão do PET foi transferido para a DIFES, que a inseriu entre os programas executados por sua CGRE. Este ano, 2013, esta coordenação foi transferida para a DIPES/SESu. Na SESu, o PET sofreu algumas relevantes modificações. De acordo com Tosta *et al.* (2006), a mais importante delas foi o fato do PET ser agora identificado como *Programa de Educação Tutorial*, em vez *Programa Especial de Treinamento* como era designado anteriormente. A substituição da palavra *especial* por *tutorial* fortaleceu esta abordagem pedagógica inovadora, tratada por *educação tutorial*. Entretanto, não obstante a troca da palavra *treinamento* (termo utilizado nos cânones neoliberais - *training*, na língua inglesa, o qual, segundo nossa percepção, foi rechaçada por educadores brasileiros ao preferirem *capacitação*) o objetivo central do PET permaneceu o mesmo. A palavra *tutorial*, entretanto, dialoga com o *paradigma educacional emergente* o qual abordaremos oportunamente neste relatório. Em outras palavras, a razão de ser do Programa era, como ainda é, proporcionar a alunos e docentes da graduação, beneficiários do Programa, uma educação superior de qualidade, inovadora e compromissada com a formação de um ser humano mais completo, criticamente reflexivo, observador da ética e da cidadania na esperança de que tais inovações pedagógicas fossem replicadas em todo o sistema de educação superior.

O ano de 2005 foi especial para o PET. Foi nesse ano, o terceiro do governo Lula que, para contentamento dos petianos e da comunidade acadêmica, o Programa foi formalmente instituído por lei, a de nº 11.180, a Lei do PET, a qual foi seguida pela Portaria nº 3.385, também de 2005, que o regulamentava. A promulgação da Lei foi um divisor de águas na história do Programa. Segundo Martins (2007, p. 13), “Estes instrumentos normativos imprimiram um novo formato ao tempo em que lhe deram um caráter institucional.” Se a Lei não garantia, pelos menos fortalecia a continuidade do Programa, independentemente do posicionamento ideológico de eventuais governos de oposição, algo contumaz na maneira brasileira de se fazer política. Outro componente importante do Programa, que a Lei do PET institucionaliza, é o direito á uma *verba de custeio* calculada com base no número de alunos-bolsistas do grupo. Essa verba, segundo o marco legal que a regulamenta, deveria ser destinada aos grupos para o desenvolvimento de seus projetos. Seus valores deveriam ser proporcionais ao número de alunos do grupo; ou seja, o valor de uma bolsa paga aos alunos multiplicado pelo número deles no grupo. Infelizmente, a Administração Pública não tem conseguido executar o pagamento da verba de custeio como deveria. Ainda é grande o número de grupos que não conseguem ter acesso à ela. Na busca de superar tais obstáculos, a gestão nacional do PET mudou a forma deste repasse. O que era anteriormente responsabilidade da CAPES, passou neste ano de 2013, a ser executado pelo FNDE, como as determina a Portaria nº 343 de 24 de abril de 2013.

No que concerne o espaço de tempo, delimitado a para pesquisa que ora relatamos, foi feito um recorte temporal que vai do advento da Lei do PET (2005) a setembro de 2013, quando concluímos a coleta de dados. É sobre esse período de oito anos que nos debruçamos ao explorar as possibilidades das TICs virtuais, em especial as do FB, na gestão de um programa educacional para a educação superior do porte do PET. Nos limites desses oito anos, sobre os quais nos debruçamos, o Programa foi submetido a outra importante reforma em sua estrutura em 2010, reforma esta ainda hoje não muito bem assimilada por parte da comunidade petiana. Aconteceu que, em seus esforços visando a promoção da inclusão social como marca da gestão petista, o governo Lula da Silva, já no final de seu segundo mandato, abriu o PET para alunos advindos de classes populares: alunos socialmente mais fragilizados tais como o afro descendente, o indígena e o quilombola. Em uma inteligente articulação de políticas, uma segunda Secretaria do MEC, a SECADI¹⁶⁶, que traz em sua sigla o *i* de inclusão, foi chamada a contribuir para o exercício da inclusão e das políticas públicas afirmativas¹⁶⁷, no âmbito do PET. Para tanto, o Programa Conexões de Saberes, programa este voltado à ações visando a permanência de estudantes em fragilidade social na universidade, incorporou-se ao PET. A Portaria 976 do MEC de 27 de julho de 2010 abriu o PET a um novo tipo de público-alvo. O novo desenho do PET provocando um *tisunami* nas praias elitistas do Programa. Abordaremos nesse relatório a incorporação do Programa Conexões de Saberes ao PET em momento oportuno.

2.6.1 A Educação Tutorial

A educação ou aprendizagem tutorial é uma abordagem pedagógica que busca tornar a aprendizagem mais eficiente por meio de uma interação maior e mais personalizada entre o aluno e o professor. Este passa então a ser designado *tutor*. Os docentes-tutores acompanham seus alunos e se comunicam com eles de forma sistemática, planejando seu desenvolvimento e avaliando a qualidade das ações sob suas orientações de modo a resolver problemas que possam ocorrer durante o processo ensino-aprendizagem. Segundo Martins (2005, p. 15):

A tutoria justifica-se e se consolida, fundamentalmente, pela possibilidade de elaborar coletiva e criticamente as experiências de aprendizagem, como oportunidade ímpar para que professores e alunos se articulem de forma efetiva e organizada para conhecer e produzir conhecimento, potencializar capacidades individuais e coletivas e compreender os mecanismos de superação das dificuldades de aprendizagem.

¹⁶⁶ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

¹⁶⁷ **Ações afirmativas** são medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo estado, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros.

Espera-se, assim, que os alunos participantes do Programa possam se preparar para o exercício profissional de forma competente, crítica e ética. Junte-se a essa abordagem as emergências educacionais causadas pelas TICs virtuais e teremos, em nosso ponto de vista, a necessidade do estabelecimento de um novo paradigma educacional. Apoiamo-nos, teóricamente, no paradigma proposto Candida Moraes¹⁶⁸ (1999, p. 17), ao qual chama *paradigma educacional emergente*:

Um paradigma que reconhecesse a interdependência existente entre os processos de pensamento e de construção do conhecimento e o ambiente geral, que colaborasse para resgatar a visão do contexto, que não separasse o indivíduo do mundo em que vive e de seus relacionamentos, que os promovesse como seres independentes, reconhecendo a vida humana entrelaçada com o mundo natural

Nesse caminho da inovação pedagógica, o qual o PET se dispões a percorrer é alcançado por meio de atividades extra-curriculares propostas colaborativamente, sob o olhar experiente do docente-tutor, as quais compõem um projeto pedagógico inovador tanto para quem ensina como para quem aprende. Às vezes esses papéis se confundem. Os tutores, entretanto, exercem constante acompanhamento do que acontece, da maneira como os percebemos. O docente-tutor, dessa forma, guia o tutorando na busca do dialogismo com as disciplinas do curso. Seu conhecimento e experiência, teóricamente, proporcionam segurança aos alunos uma vez que o tutor, ciente dos desafios e dificuldades, conhece formas de superá-los por meio de atividades e projetos extracurriculares discutidos, deliberados e desenvolvidos colaborativamente no grupo. Inovador é fato de que as atividades dos grupos, ao serem pensadas e desenvolvidas colaborativamente, envolve a organização do dia-a-dia do grupo, sua administração e suas ações, algumas meramente burocrática – sua gestão, enfim; ou seja, todas as ações acontecidas no âmbito dos grupos e seus fazeres cotidianos são também considerados fatores de aprendizagem. Há uma saudável relação dialética entre prática e teoria.

No novo paradigma educacional ao qual nos referimos articula-se com a prática pedagógica do PET. Cândida Moraes (1999, p. 17), lança alguma luz para que visualizemos melhor a proposta de uma educação apropriada à sociedade da informação e suas inovações tecnológicas quando diz:

[...] uma proposta capaz de gerar um novo sistema ético respaldado por novos valores, novas percepções e novas ações e que nos levasse a um novo diálogo criativo do homem consigo mesmo, com a sociedade, e com a natureza, mas que, ao mesmo tempo, reconhecesse a importância das novas parcerias entre a educação e os avanços científicos e tecnológicos presentes no mundo de hoje.

¹⁶⁸ **Maria Cândida Moraes** (Universidade Católica de Brasília), pesquisadora nas áreas de Complexidade, Transdisciplinaridade e Educação epistemológica. Consultora do Banco Mundial e do Núcleo de Informática na Educação da Unicamp (Nied/Unicamp).

Nesse contexto, outro aspecto relevante no PET é sua capacidade de promover encontros regionais e um imenso encontro nacional, que ocorre geralmente, em conjunto com o congresso anual da SBPC¹⁶⁹. A organização, ações, decisões, o fazer acontecer enfim, desses eventos é algo que exige muito dos petianos. Como consequência, são nesses momentos de preparação para os encontros petianos que as TICs virtuais, em especial o FB, são usados de forma mais intensa. Há assim, no âmbito do PET, a clara necessidade do uso dos recursos virtuais, entre os quais as ferramentas da *Web 2.0*. Notamos, também, com alegria que alimenta nossa esperança, o trabalho colaborativo que acontece no espaço virtual entre petianos e, por exemplo, fornecedores de serviços imprescindíveis para a realização desses encontros.

2.6.2 A Legislação do PET

Como foi dito, a ano de 2005 foi um dos mais marcantes na memória do PET. Foi quando entrou em vigor a Lei nº 11.180. Curiosamente, a mesma lei que o institui, autoriza a concessão de *bolsas permanência* aos estudantes beneficiários do PROUNI¹⁷⁰. Coincidência? Segundo Martins (2007, p. 13), “Estes instrumentos normativos imprimiram um novo formato ao tempo em que lhe deram um caráter institucional.” Eis o que diz a Lei do PET (como ficou conhecida) em seu Artigo 12:

Fica instituído, no âmbito do Ministério da Educação, o Programa de Educação tutorial – PET, destinado a fomentar grupos de aprendizagem tutorial mediante a concessão de bolsas de iniciação científica a estudantes de graduação e bolsas de tutoria a professores tutores de grupos do PET.

O fato de o PET ter marcos legais que o instituem e o definem claramente foi tido pela comunidade acadêmica como uma garantia de que uma extinção repentina do Programa, como a que quase sucedeu no governo tucano de FHC, não viesse a acontecer no governo petista de Lula nem, especialmente, em governos futuros. Além disso, a regulamentação do PET estabeleceu critérios de gestão mais transparentes ao Programa e definiu seu funcionamento administrativo e acadêmico. Ela também determinou as normas e a periodicidade do processo da avaliação nacional dos grupos. A Lei do PET foi um divisor de águas, pois, de frágil e incerto, o PET passou a ser forte, importante, imprescindível.

¹⁶⁹ **Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência**

¹⁷⁰ **Programa Universidade para Todos** foi criado pela MP nº 213/2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.

São os seguintes os instrumentos que garantem a legalidade do Programa nos dias de hoje. Além da Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005, que institui o Programa e define seu desenho básico, a Portaria nº 976, de 27 de julho de 2010 implementa mudanças redefinidoras do Programa como a incorporação dos grupos do CS¹⁷¹ e a responsabilização (*accountability*) de um Pró-Reitor (ou equivalente) da IES em detrimento do poder antes atribuído ao docente-tutor. Ela consegue ser ainda mais abrangente ao possibilitar a existência de novos tipos de grupos PET, tais como os *interdisciplinares*. Contudo, o ponto da Portaria 976, que causou grande alarido, e veementes protestos por parte de alguns tutores, foi o estabelecimento de um limite ao período de tempo que um docente-tutor poderia permanecer beneficiário do Programa. Os seja, a Portaria estabelece que o docente-tutor exercerá mandatos de três anos renováveis por mais três. Seria, então, desta forma, dada a mesma chance a um outro docente da IES. Sua seleção será feita mediante edital, que permanecerá aberto por oito dias, seguindo os princípios da impessoalidade, publicidade e legalidade (ao seguir as diretrizes da Portaria 976).

O terceiro marco legal que viabiliza o funcionamento do Programa, além da Lei do PET e da Portaria 976, é a Portaria 343 de 24 de abril de 2013. Ela basicamente altera alguns dispositivos da Portaria anterior, entre outras mudanças. Já no seu artigo segundo, perceber-se claramente a nova ênfase às demandas das classes populares, assim como a forma mais incisiva como defende sua inclusão no Programa:

Art. 1º - A Portaria MEC nº 976, de 27 de julho de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 2º -

VI - introduzir novas práticas pedagógicas na graduação;

VII - contribuir para a consolidação e difusão da educação tutorial como prática de formação na graduação; e

VIII - contribuir com a política de diversidade na Instituição de Ensino Superior - IES, por meio de ações afirmativas em defesa da equidade socioeconômica, étnico-racial e de gênero.

É esta Portaria que regulamenta as mudanças relativas ao pagamento da verba de custeio, a qual passa a ser feita pelo FNDE, dada à dificuldade encontrada pela CAPES para a execução desses pagamentos, como relatam os três últimos Gestores MEC do Programa. Segundo a Portaria 353:

Art. 23 - O repasse dos recursos referentes ao valor de custeio das atividades dos respectivos grupos, de que trata o art. 16, será feito diretamente ao tutor pelo FNDE, mediante o repasse de recursos pela SESu/SECADI.

Parágrafo único - A prestação de contas da verba de custeio será efetuada pelo tutor, observada a legislação pertinente.

¹⁷¹ **Conexões de Saberes.**

Relevantes também são as diretrizes com relação à avaliação dos grupos estabelecidas por esta última Portaria, no que diz respeito à formação do Conselho Superior do PET, a instituição de uma Comissão de Avaliação, assim como as novas atribuições do CLAA, agora nomeado Conselho Local de Acompanhamento e Avaliação.

2.6.3 O PET Hoje

Com já relatado, em 2010, a Portaria 976 do MEC determinou relevantes mudanças no PET, que, de certa forma, aproximaram-no das políticas públicas sociais inclusivas e afirmativas defendidas pelo governo Lula. A relevância do PET para a consecução dessa agenda política foi claramente demonstrado pelos secretários da SESu, especialmente pela Secretária Maria Paula Dallari¹⁷², como atesta a entrevista com o gestor MEC à época (em anexo). O próprio Ministro Fernando Haddad, (atualmente prefeito de São Paulo) enquanto permaneceu à frente do MEC, manteve sua simpatia e apoio ao Programa como testemunha o gestor MEC em sua entrevista ao pesquisador (em anexo).

Dentre as mudanças estabelecidas pela Portaria 976, está a possibilidade da existência de diferentes tipos de grupos, além do tipo tradicional: grupo curso, em que todos os beneficiários estão vinculados ao um mesmo curso de uma determinada IES. Foi assim por, aproximadamente, 30 anos. A partir de 2010, o Programa também possibilitaria a formação de grupos multidisciplinares, com alunos de mais de um curso da IES, cursos estes convergentes a determinada área de conhecimento. Passam a existir também os grupos institucionais vinculados à própria IES e a realidade social de seu interesse. Importante é a percepção de que a Portaria 976 fortaleceu a IES em detrimento do docente-tutor. Tal empoderamento não ficou só nisso. A própria IES passa a ser a responsável por seus grupos PET. São os pró-reitores designados pelo reitor que exercerão a *accountability*¹⁷³ junto ao MEC e à sociedade. Os projetos desenvolvidos pelos grupos não serão mais autorais do docente-tutor, que agora pertencem à IES. Era como se ele deixasse de ser *dono do grupo*, como atesta entrevista do gestor MEC de então, em anexo. Essa evidente perda de poder dos docentes-tutores não ficou só nisso: eles teriam, a partir de então, mandatos de três anos, renováveis por mais três. Isso causou enorme descontentamento, sobretudo entre os que já ocupavam o posto há anos, alguns há décadas. Seriam tais mudanças, tentativas de implementação de uma gestão mais participativa, como queriam os movimentos populares apoiados pelos governos petistas? Nossa percepção é a de que sim.

¹⁷² Secretária de Educação Superior do Ministério da Educação (2008-2010).

¹⁷³ Aproximadamente, *responsabilização*.

Como se poderia facilmente antecipar, a nova Portaria não foi bem aceita de imediato pela comunidade petiana, como narra o gestor MEC, de então, em entrevista a nós concedida (em anexo). Não obstante a onda de protesto que o novo marco legal do Programa causou, o fato é que, como consequência da Portaria 976, o PET tem a oportunidade de se abrir para estudantes universitários em condição de risco social. Tal estado de coisas é coerente com a implementação das políticas inclusivas e afirmativas do governo Lula, as quais permitiram o acesso à universidade de um tipo de aluno que antes era raro nos *campi* das universidades públicas: o pobre, o negro, quilombolas e indígenas. Nesse contexto, a Portaria 976, de certo modo, participa na desconstrução da representação que habitualmente se faz dos petianos: a elite intelectual dos estudantes universitários. Realce-se o fato de que, no que tange as universidades públicas, alunos, em sua grande maioria, pertencem á classes socialmente privilegiadas. Os petianos seriam assim a elite de uma elite, *nerds*¹⁷⁴burgueses que freqüentaram boas escolas particulares e cursinhos pré-vestibular. Até então, o Programa não havia cogitado a abertura deste círculo à alunos oriundos das classes populares, os quais teriam concluído sua educação básica em escolas do sistema público de ensino. Nunca antes se havia considerado como um enriquecimento acadêmico a incorporação dos saberes detidos pelos mais pobres e/ou de etnias minoritárias, sem falar na ampliação das possibilidades sociais do PET.

Nem todos petianos aceitaram de pronto o novo desenho do Programa, sobretudo a incorporação dos grupos do Programa Conexões de Saberes¹⁷⁵ pelo PET, considerada por alguns, clara evidência da inclinação do governo petista às demandas sociais. Percebe-se, entretanto a diminuição desta resistência, e a conformação dos docentes-tutores. O PET tradicional tenha talvez enfrentado algo parecido com uma crise de identidade. Entretanto, acreditamos que, com o tempo, conseguiram ver com mais clareza os benefícios que grupos advindos de comunidades populares e os conhecimentos que trazem consigo, trarão ao Programa, como nos revela entrevistas dos gestores MEC (em anexo).

Seguiu-se, às mudanças ocasionadas pela nova Portaria, um novo Edital para seleção de novos grupos PET, cujo Edital foi publicado no final do governo Lula, segundo semestre de 2010. O novo concurso viabilizou a seleção de centenas de novos grupos, dentro dos parâmetros estabelecidos pelo

¹⁷⁴ Aproximadamente, um *nerd* é uma pessoa que tem dificuldades de integração social. Apesar de atrapalhada, nutre grande fascínio por conhecimento ou tecnologia.

¹⁷⁵ O **Conexões de Saberes** possibilita que os jovens universitários advindos das classes populares desenvolvam capacidade de produção de conhecimentos científicos e ampliem sua capacidade de intervenção em seu território de origem, oferecendo apoio financeiro.

novo marco legal. Assim, o PET expandiu-se substancialmente: teve o número de grupos mais que duplicado, chegando a 840 grupos e alcançando todos os estados da Federação, no momento em que foi finalizada a coleta de dados para nossa pesquisa.

2.6.4 A Incorporação do Programa Conexões de Saberes ao PET

Como dissemos anteriormente, esta trabalho busca desenvolver conhecimentos que venham a auxiliar a administração pública na gestão de suas políticas e de seus programas, sobretudo, os educacionais. Procuramos, por meio de uma pesquisa acadêmica, contribuir para a qualidade e transparência das ações do Estado. Não obstante estes anseios por parte do pesquisador, achamos importante resgatar, como forma de preservá-la, a memória de nossos programas educacionais. É o que se busca também aqui. O contexto da união dos grupos do CS ao PET precisa, certamente, ser aqui relatada para que tenha sua memória preservada para a posteridade e auxiliem na formação de políticas públicas.

Uma marca do governo petista de Lula, mantida pela presidente que o sucedeu, foi, em nossa percepção, foi a implementação de políticas cujo público-alvo era, como ainda é, estudantes advindos das classes populares. Foi no governo petista que se começou a pensar políticas as quais, não apenas permitisse o acesso ao ensino superior de estudantes advindos das classes populares, mas que também favorecem sua permanência nele. É nesse cenário que acontece a fusão de dois programas executados por duas Secretarias distintas, algo pouco comum no âmbito do MEC. Em inteligente articulação das duas Secretarias¹⁷⁶. A incorporação dos grupos do CS ao PET traz, para o centro do palco petiano, a presença do pobre, negro, indígena e quilombola. Como esse novo perfil de petiano contribuirá com as ações extracurriculares deliberadas pelo grupo? Trariam saberes enriquecedores à proposta do PET? O que essa união tem a ver com *excelência acadêmica*?

O CS foi criado em 2006 e tem caráter intervencionista, com foco no trabalho com comunidades populares urbanas, do campo, quilombolas ou indígenas. São voltados à diversidade social, constituído por bolsistas em condição de vulnerabilidade social e econômica. Como dissemos, foi a Portaria 976 que regulamentou a junção dos programas. Este ato aumentou substancialmente o número de grupos PET. Porém, foi o primeiro Edital após a nova Portaria, no segundo semestre de 2010, que mais que dobrou o número de grupos: 840 grupos em 2011. Este Edital também estabelecia critérios

¹⁷⁶ SESu e SECADI

socioeconômicos e étnicos, conforme o contexto em que CS se insere na seleção de grupos nos moldes deste programa. A elite intelectual que compunha os grupos PET tradicionais, formada, em sua maior parte, por estudantes da classe média, advindos de escolas particulares, terá, necessariamente, de adaptar-se a esta nova realidade, sem prejudicar, contudo, a identidade do Programa. Isso ainda não aconteceu por completo. Já estamos em 2013 e percebem-se conflitos aqui e ali. Do ponto de vista da dialética, essa ampliação do escopo do PET certamente contribuirá, por meio do diálogo, com a ampliação da consciência dos petianos e instauração da fraternidade entre eles. Esta fusão certamente causará algum impacto nos modelos de gestão utilizados pelos grupos. Espera-se que vá ao encontro dos *modelos sociais* presentes nos projetos do PT de antes da posse de Lula, pelo qual nos orientamos na análise da gestão das políticas públicas.

Capítulo III – Metodologia

Quanto aos procedimentos metodológicos observados nesta pesquisa, optamos pela *abordagem qualitativa*¹⁷⁷ como geralmente ocorre em pesquisas sociais do gênero. Desenvolvida no âmbito de um mestrado profissional em Educação, na área de políticas públicas e sistemas educacionais, este trabalho articula-se, conseqüentemente, com modelos de gestão das políticas públicas educacionais. De acordo com Gil (2010), ao classificar as pesquisas científicas sociais segundo seus objetivos mais gerais, as pesquisas podem ser *exploratórias, descritivas e explicativas*. A pesquisa exploratória presta-se a um estudo preliminar do principal objetivo da pesquisa. Posto de outra forma, a pesquisa exploratória busca familiarizar o pesquisador com o fenômeno que está sendo investigado, de modo que pesquisas subsequentes possam ser concebidas com maior compreensão do tema. Eis o que almejamos com esta *pesquisa exploração*: saber mais sobre problema, seu contexto e suas implicações. Fortalecendo esse posicionamento, Gil (2010) esclarece que as ações de uma pesquisa exploratória visam tornar o problema mais explícito, o que, por sua vez, torna a construção de hipóteses algo mais confiável, que tem em si mais confiabilidade.

Antonio Carlos Gil (2010), cientista social, amplamente difundido no meio acadêmico, também admite entrevistas com pessoas (sujeitos) que tiveram experiências práticas com o objeto de estudo como elementos empíricos de uma pesquisa social. Esta foi nossa situação no processo de coleta do *corpus*, e a subsequente análise aqui praticada. Encontramos na técnica de *análise de conteúdo* como prescreve Bardin (2009) que achamos ser a maneira mais simples e confiável em tais investigações sociais. Eis uma definição da análise de conteúdo advogado por Bardin (1979, p. 42) em suas palavras:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

Passamos agora à descrição dos tais elementos e as circunstâncias em que foram coletados. O *corpus* que foi aqui analisado é composto por textos orais resultantes de entrevistas semi-estruturadas feitas ao telefone com docentes-tutores de grupos PET Pedagogia/Educação (e de alguns outros grupos, cujos projetos se relacionam com o fazer pedagógico) e de entrevistas presenciais semi-estruturadas feitas com os três últimos coordenadores-geral da CGRE da SESu/MEC, que faz a gestão nacional do Programa e a qual está lotado o pesquisador. A soma do tempo de permanência do cargo de cada um

¹⁷⁷ A **abordagem qualitativa** trabalha com dados que não podem ou não têm como serem medidos, como por exemplo, crenças, valores, atitudes, situações.

desses três gestores cobre o espaço de tempo (sete anos) recortado para esta pesquisa. Ou seja, o espaço de tempo limitado pelo advento da Lei 11.180, de 2005, que institui o Programa, a setembro de 2013, quando encerramos a coleta de dados.

Para o tratamento do *corpus* coletado, após cuidadosa transcrição dos textos orais presenciais produzidos em entrevistas semi-estruturadas usamos a abordagem (ou técnica) da análise de conteúdo desenvolvido especialmente por Florence Bardin (2009). Tal manuseio dos dados em sua análise vem sendo utilizado com frequência nas pesquisas qualitativas no campo da administração, psicologia, ciência política, educação, publicidade e, principalmente, na sociologia. A compreensão do conceito de *inferência*, da forma como nos ensina Bardin, (2005) é relevante e fez com que lidássemos com os dados com certa segurança. Franco (2008, p. 28) lançou alguma luz para que o compreendêssemos melhor quando diz:

Diferente da estocagem e da indexação de informações, da leitura interpretativa ou da crítica literária, uma importante finalidade da análise de conteúdo é *produzir* (grifo nosso) inferências sobre qualquer um dos elementos básicos do processo codificador que resulta em uma mensagem; o detector ou recipiente da mensagem; e o processo decodificador.

Ainda a respeito do conceito de inferência, Franco (2008, p. 31) facilita nossa compreensão como esclarece:

[...] diríamos que produzir inferências em análise de conteúdo tem um significado bastante explícito e pressupõe a comparação dos dados, obtidos mediante discursos e símbolos, com os pressupostos teóricos de diferentes concepções de mundo, de indivíduo e de sociedade. Situação concreta que se expressa a partir de condições da *práxis* de seus produtores e receptores acrescida do momento histórico/social da produção e/ou recepção.

A obra de Bardin, por sua vez, traz em sua primeira parte uma exposição histórica, em cujo cenário desenvolveu essa técnica de análise. Segundo Bardin (2009, p.15), eis uma breve *insight* esta cientista social, não só o momento histórico, mas também uma outra forma de definir esta técnica:

[...] é essencialmente referenciar as diligências que nos Estados Unidos marcaram o desenvolvimento de um instrumento de análise de comunicações é seguir passo a passo o crescimento quantitativo e a diversificação qualitativa dos estudos empíricos apoiados na utilização de uma das técnicas classificadas sob a designação genérica de análise de conteúdo; é observar *a posteriori* os aperfeiçoamentos materiais e as aplicações abusivas de uma prática que funciona há mais de meio século.

Passando para o aspecto prático dessa metodologia, ainda de acordo com Bardin (2009, p. 121) o processo de análise de conteúdo se organiza em três fases:

- a) pré-análise;
- b) exploração do material;
- c) O tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação.

Procuramos seguir esse roteiro no tratamento dos dados coletados nas entrevistas. Eis o passo a passo de nossa análise. Tendo sido o *corpus* coletado e transcrito, primeiramente nos ativemos a uma leitura cuidadosa e repetida algumas vezes da transcrição dos textos orais recolhidos em entrevistas semi-estruturadas. A este encontro inicial com os textos, cujo conteúdo intencionamos analisar, Bardin (2009) chama *leitura flutuante*. Ao manuseamos atentamente determinado texto, percebemos a recorrência de padrões de linguagem, certas escolhas lexicais, por exemplo, que indicaram a existência de *categorias de análise*. À medida que definimos as categorias de análise pertinentes ao nosso estudo, começamos a localizar palavras, frases, enunciados, que, ao emergirem do texto, fortaleceram as *inferências* que fizemos a respeito de determinada categoria. Em textos, aos quais chamaremos *sínteses* estas pistas lingüísticas foram realçadas por determinada cor. Estabelece-se, assim, um código de cores. Determinada cor irá realçar no texto inferências a respeito de uma mesma categoria. Este procedimento, além de facilitar o estabelecimento de categorias e subcategorias de análise, como nos ensina Bardin (2009), serve como técnica para produção de *inferências* pelo pesquisador. Tais sínteses encontram-se entre os documentos inseridos em anexo á esse relatório. Pretende-se, assim, auxiliar pesquisadores de primeira-viagem, não totalmente familiarizado com esta técnica.

3.1 As Entrevistas

Os dados empíricos que compõem o *corpus* desta pesquisa exploratória são as transcrições de entrevistas semi-estruturadas com os docentes-tutores de 12 grupos PET Pedagogia/Educação e de três outros grupos de cursos pertinentes a esta pesquisa e à formação de professores. As referidas entrevistas aconteceram em tempo real. Além dos textos coletados junto aos docentes-tutores de grupos PET Educação/Pedagogia e afins, foram entrevistados os três últimos coordenadores-gerais da CGRE¹⁷⁸/SESu, a quem chamaremos Gestores MEC 1, 2 e três. Eram eles que respondiam pelo PET, e detinham sua *accountability* em nível nacional.

Seguindo as orientações de Bardin (2009), e conforme explicamos anteriormente, com o manuseio das transcrições das entrevistas, as categorias de análise emergiram. O uso de um código de

¹⁷⁸ Coordenação-Geral de Relações Estudantis

cores reunia, agrupando-as, informações afins relacionadas com o que foi definido como categorias de análise. No âmbito desta pesquisa exploratória, detivemo-nos nas seguintes categorias, diretamente pertinentes aos objetivos deste trabalho. São elas:

- a) o uso de TICs na comunicação (gestão) do grupo;
- b) o uso do *Facebook* na comunicação (gestão) local do grupo;
- c) inclinação ao modelo de gestão societal dos Gestores MEC;
- d) inclinação ao modelo de gestão gerencial soa Gestores MEC.

3.1.1 Com os Docentes-Tutores dos grupos PET Educação/Pedagogia (e grupos afins)

As entrevistas semi-estruturadas aplicadas aos docentes-tutores dos quinze grupos PET pesquisados, todos pertinentes à área educacional e à formação de professores aconteceram presencialmente (em tempo real) ainda que por meio do telefone. Elas tiveram a duração média de aproximadamente 10 minutos cada. Os diálogos aconteceram enquanto o pesquisador se encontrava nas dependências do MEC. O aparelho telefônico foi colocado no modo viva-voz para que possibilitasse a gravação das entrevistas. Um gravador de voz digital comum da marca Panasonic foi utilizado. O pesquisador deixou que os sujeitos falassem livremente, reconduzindo-os, quando necessário, aos temas de interesse da pesquisa. Os docentes-tutores explicam seus grupos, descrevem a forma como seus grupos se comunicam entre si e com pessoas de fora, em especial com as participantes de seus projetos de extensão. Os entrevistados também abordam a relação do grupo com as TICs virtuais, em especial com as redes sociais *online* da *Web 2.0*, com ênfase no Facebook.

A seguir, os textos orais produzidos nas entrevistas foram cuidadosamente transcritos pelo próprio pesquisador, tarefa esta que, apesar de árdua, foi extremamente proveitosa para a pesquisa, pois aproximou o pesquisador da subjetividade de cada um dos entrevistados, ao mesmo tempo em que auxiliou na produção das *inferências*, conforme as orientações de Bardin (2009).

O critério para a seleção dos docentes-tutores a serem entrevistados, foi, inicialmente, o critério da aceitabilidade por parte daqueles que se dispuseram a conversar conosco. Foram previamente agendadas 20 entrevistas. Alguns desses encontros, por razões diversas, não aconteceram. Assim, o *corpus* para nossa investigação foi oferecido pelo conteúdo de textos orais de quinze entrevistas semi-estruturadas com docentes-tutores de grupos PET, assim configurados:

- 12 grupos PET-Pedagogia/Educação,
- 1 grupo PET-Gestão Pública,
- 1 grupo PET-Tecnologia da informação, e
- 1 grupo PET-Endocomunicação.

Os 15 grupos pertencentes a 14 IES de diferentes estados e regiões do país, sendo 12 federais, uma estadual e uma particular. Dois grupos são de uma mesma IES. Há 35 grupos PET Educação/Pedagogia, ao todo, no Programa. A razão pela qual foi escolhida a área do conhecimento Educação/Pedagogia como objeto para esta pesquisa exploratória foi ao fato de a Educação ser a razão precípua desta nossa busca de conhecimento. Obviamente que a investigação da gestão das políticas públicas educacionais direciona este trabalho acadêmico. Relevante é o fato de que o pesquisador, Técnico em Assuntos Educacionais do MEC, lotado na CGRE da DIPES/SESu, vem colaborando na gestão nacional do PET nos últimos cinco anos, estando assim, bem familiarizado com as idiossincrasias burocráticas do Programa e do próprio Ministério e suas autarquias na condução das políticas públicas educacionais.

3.1.2 Com os Gestores MEC 1, 2 e 3 (Coordenadores-Gerais da CGRE)

Compõem também a parte empírica dessa pesquisa, entrevistas semi-estruturada mais longas (de aproximadamente 45 minutos cada), realizadas presencialmente com os três últimos coordenadores-geral da CGRE/SESu, seção que exerce a *accountability* da gestão nacional do PET. A soma dos períodos de tempo em que cada um dos coordenadores-geral entrevistados ocupou o cargo cobre o recorte temporal/histórico que esta pesquisa aborda, que vai de 2005, ano em que foi sancionada pelo presidente Lula, a da Lei do PET, até setembro de 2013, quando concluímos a coleta de dados. Seus relatos são relevantes para a preservação da memória administrativa da CGRE/SESu e de suas ações com relação ao PET. A análise de conteúdo de seus textos orais transcritos possibilitou a produção de *inferências* em relação a uma maior ou menor aproximação ao *modelo de gestão societal*, que advogamos. Observamos, também, nas entrevistas com estes sujeitos, a quem chamaremos Gestores MEC 1, 2 e 3, indícios da permanência do *modelo de gestão* gerencial, herdado do governo neoliberal de FHC. Torcemos para que seja apenas uma distorção a ser corrigida à medida que políticas publicas sociais são implementadas.

As transcrições completas das entrevistas se encontram em anexo por achamos que seus depoimentos oferecem importantes fontes para o resgate da memória administrativa do PET, da SESu e

do próprio MEC. Também na sessão de anexos deste relatório de pesquisa, foram adicionadas as sínteses codificadas por marcações coloridas e as inferências com relação às *vertentes gerencial e societal* e suas presenças da administração pública fruto da análise de conteúdo daqueles textos orais.

Capítulo IV - Análise dos Dados e Discussão dos Resultados

Uma vez feitas as marcações nas transcrição dos textos orais coletados segundo determinada código de cores, podemos identificar de categorias e subcategorias de análise e produzir inferências à respeito do conteúdo dos *corpus*, como nos orienta Bardin (2005).

4.1 As Entrevistas

Procederemos, a seguir, à análise do *corpus* recolhido nas entrevistas feitas com os docentes-tutores de doze grupos PET-Educação/Pedagogia e de três outros grupos PET de áreas de conhecimento pertinentes aos objetivos e contexto desta pesquisa. Apresentaremos também, na seqüência, a análise de conteúdo das entrevistas realizadas com os três últimos coordenadores-geral da CGRE/SESu.

4.1.1 Docentes-Tutores dos Grupos PET Educação/Pedagogia (e grupos afins)

No que tange o resultado das análises de conteúdo desenvolvidas a partir do que foi produzido nas entrevistas e tendo definido as categorias de análise pertinentes a este estudo, foram feitas sínteses das entrevistas e a elas aplicado um código de cores, que organiza as pistas que as análises dos textos revelam e que formam uma categoria de análise. Tais sínteses podem ser encontradas entre os textos em anexo a este relatório. Decidimos assim, ou seja, apresentar, no corpo deste relatório, as etapas de codificação e sinterização, conforme nos ensina Bardin (2009), na busca de inferências que nos leve à melhor compreensão do problema, a fim de que talvez possa ser algo didático para pesquisadores de primeira viagem. A análise de conteúdo em sua *leitura flutuante* indicou as seguintes categorias de análises:

a) Quanto ao uso de TICs, pelos docentes-tutores, na comunicação com/de seus grupos PET.

Com relação ao uso das TICs na comunicação do grupo, comunicação esta que supomos colabore/participe na gestão do grupo, o presente estudo indica que 100% dos grupos PET pesquisados fazem uso do FB. Este *website* de relacionamentos, o qual armazena seus dados no próprio ciberespaço característica dos serviços virtuais da *Web 2.0*, direta ou indiretamente, participa da gestão do grupo. O certo é que seu uso, claramente, auxilia na difusão de informações pertinentes aos trabalhos do grupo. Chamamos *participação direta*, quando o grupo tem sua própria *página oficial* no FB, espelhando a atitude do docente-tutor, no caso a de entusiasmo, frente às possibilidades pedagógicas e de gestão das TICs virtuais. Infelizmente, nem todos os tutores sujeitos desta pesquisa, estão/são assim tão receptivo à estas inovações tecnológicas. Tal indiferença, ou até mesmo oposição, ocorre por diversos motivos,

sobre os quais sugerimos que sejam feitas pesquisas complementares.

A participação deste *website* de relacionamento na gestão dos grupos PET pesquisados ocorre *indiretamente* quando este espaço virtual é usado em ações individuais, geralmente postagens, dos petianos por intermédio de seu *perfil individual*. Assim, rapidamente textos e/ou imagens pertinentes às ações do grupo são prontamente *compartilhado*, por petianos com os amigos de suas redes sociais individuais. Os estudantes, em sua mania hodierna de estar sempre *on-line* checando as mensagens (*posts*) que seus *smartphones* recebem, logo se inteiram dos movimentos do grupo. Acreditamos que tal comportamento, o de verificar com frequência as mensagens eletrônicas recebidas tornou-se mais frequente depois da portabilidade promovida pelos telefones celulares inteligentes. Quando as inovações tecnológicas não darão algum tempo para refletir sobre elas antes que se tornem obsoletas?

Mesmo quando o docente-tutor não demonstra entusiasmo por tais inovações digitais, o fato é que muito do que é comunicado, hoje em dia, aos grupos PET pesquisados, resultado da interação dos petianos com seus amigos virtuais de suas redes sociais, ou seja, vem pela *infovia* aberta pelo FB. No entanto, alguns docentes-tutores declararam, em suas entrevistas que, de fato, a comunicação de assuntos pertinentes aos trabalhos do grupo, torna-se mais ágil quando circula no espaço virtual criado pelo feice. A rapidez com que compartilham textos via FB não pode ser superada pelos *e-mails* das listas ou grupos de discussão, por exemplo, que tem sido a TIC virtual mais comumente usada na comunicação de docentes-tutores com petianos, assim como entre petianos entre si. As redes sociais virtuais, aparentemente, vêm aos poucos substituindo o uso desta ferramenta, pois suas possibilidades comunicacionais são bem maiores do que as daquela, tão popular nas salas de aula em um passado recente. O que era inovador tornou-se obsoleto em uma mesma geração.

A segunda TIC virtual mais usada pelos sujeitos desta etapa da pesquisa são as *listas ou grupos de discussão*, serviço oferecidos por gigantes do setor de tecnologias digitais. A pesquisa revelou que 93% dos grupos (14 dentre os 15) usam esta TIC virtual como meio regular de comunicação do grupo. Este espaço virtual tem sua entrada vedada a pessoas de fora e funciona da seguinte maneira: comunicados, deliberações, planejamentos, *papers*, artigos, definição de tarefas etc. são ali postados, o que dispara *e-mails* para todos os participantes do grupo. Percebemos que, apesar de sua popularidade (é quase unanimemente usado pelos docentes-tutores dos grupos pesquisados), tal ferramenta não se mostra tão ágil quanto o FB na difusão do que precisa ser informado. Isso se deve, sobretudo, ao fato de, como já mencionamos, os petianos (jovens cujas idades variam de 18 a 23 anos) estão mais

constantemente *logados*¹⁷⁹ no feice: *curtindo*, *comentando* ou *compartilhando*¹⁸⁰ informações circulantes (postadas) em sua rede social, que seja do interesse (pertinente) de interesse do Programa. O conteúdo dos textos postados, curtidos, comentados ou compartilhado ainda precisa ser mais bem estudado para que tenhamos uma compreensão mais ampla das implicações da virtualidade, sobretudo as do FB, na gestão de programas educacionais. Sabe-se, entretanto, que o feice deu voz a muitos petianos anteriormente silenciados. Críticas quanto eventuais atrasos no pagamento das bolsas, por exemplo, são assuntos recorrentes em suas redes sociais. Outras formas de pressão, mobilização, ação enfim, são cada vez mais publicadas/postadas nas redes sociais virtuais, de onde circulam o mundo por meio dos inúmeros compartilhamentos que acontecem.

A terceira TIC virtual mais utilizada pelos grupos PET pesquisados em sua comunicação cotidiana é o *blog*¹⁸¹. Oito grupos, gerando um percentual de 53,35%, têm um *blog*, onde são publicados textos e imagens de autoria de petianos, de professores colaboradores ou de outrem, sobre assuntos relacionados aos projetos dos grupos. Um petiano é geralmente destacado para gerenciar o *blog*, cujo endereço eletrônico é divulgado nas ações de extensão promovidas pelo grupo. Essa atitude estabelece uma possibilidade de contato direto com o membro da comunidade, se ele assim o desejar.

A quarta TIC virtual mais utilizada pelos grupos PET pesquisados é o velho *e-mail*, ou mensagem eletrônica. Diferenciamo-lo, no contexto dessa pesquisa, das mensagens eletrônicas possibilitadas pelos grupos de discussão, abordados anteriormente. Quatro grupos, dos 15 investigados, fazem uso de *e-mails* tradicionais em sua comunicação, correspondendo a uma fatia de 26,6%. Os endereços de *e-mails* (<http>) são aqueles disponibilizados pelo *website* da IES, ou, no caso dos projetos de extensão como, por exemplo, pelos *websites* das prefeituras dos municípios aos quais os extensionistas, muitos dos quais professores da rede municipal, estão vinculados.

Empatado com o *e-mail*, em quarta posição, está o *website* do grupo. Quatro grupos desenvolveram seus próprios *websites*, geralmente hospedado no portal da IES a qual pertence ou no de outras instituições parceiras, como o CNPq. Este meio é utilizado por 26,6% dos grupos. Uma fatia expressiva, em nosso modo de ver, dada a possibilidade de diálogo e transparência que um *website* oferece. Tal movimento demonstra o comprometimento do grupo com as inovações tecnológicas

¹⁷⁹ **Conectados**, neologismo oriundo de *log-on/off*

¹⁸⁰ **Modos de interação** que o **FB** proporciona

¹⁸¹ **Blogs** são um tipo de *websites* cujas estruturas permite a atualização rápida a partir de acréscimos dos chamados artigos, ou *posts*. Estes são, em geral, organizados de forma cronológica inversa, tendo como foco a temática proposta do *blog*, podendo ser escritos por um número variável de pessoas.

digitais, sobretudo com as possibilidades pedagógicas da virtualidade.

Na seqüência, temos o uso do telefone (fixo ou celular) na comunicação do grupo. Este meio, talvez o mais anacrônico de todos (seria uma TIC?), é usado por dois grupos, perfazendo um percentual de 13,13%. Um dos docentes-tutores, por exemplo, usa o telefone para avisar os petianos e extensionistas sobre postagens feitas no grupo de discussão. Tal situação nos oferece um exemplo tragicômico das dificuldades de acesso à internet, que ainda subsistem, principalmente em regiões do interior do país ou na periferia das grandes cidades. Boas conexões à internet ainda não são, como deveriam, um serviço acessível a todos.

Finalmente, empatados em último lugar, responsável por 6,66% dos grupos, o uso do Moodle¹⁸², ambiente virtual de aprendizagem, usada pelo único grupo de ensino à distância (EaD) e o uso do SMS¹⁸³, mensagens de texto para o telefone celular (torpedos), usado para informar àqueles com dificuldade de acesso à internet de postagens recentes no grupo de discussão.

É importante notar que o uso de determinada TIC virtual não exclui o uso de uma outra, visto que há grupos que fazem uso de mais de um desses meios. Uma TIC complementa a outra na difusão do que precisa ser divulgado. Ficamos, da mesma forma, surpresos com o fato de que 33,3% dos docentes-tutores, afirmarem em suas entrevistas, fazer uso intenso ou regular das TICs virtuais na administração dos grupos. A **Tabela 1**, que exibiremos a seguir, nos mostra, sinteticamente, o comportamento dos grupos PET pesquisados com relação ao uso que fazem das TICs virtuais em sua comunicação, em especial o uso que fazem do Facebook. Tenhamos em mente que consideramos, por óbvio, a comunicação parte integrante da gestão dos grupos PET.

¹⁸² Moodle é o acrônimo de "**Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment**", um software livre, de apoio à aprendizagem, executado num ambiente virtual.

¹⁸³ **Serviço de mensagens curtas** (em inglês: *Short Message Service*, SMS) é um serviço disponível em telefones celulares que permite o envio de mensagens curtas (até 160 caracteres) entre estes equipamentos e entre outros dispositivos de mão, conhecidas popularmente como **mensagens de texto**.

Tabela 1 – Uso de TICs por docentes-tutores e seus grupos PET

Ferramenta Digital	Quantidade de grupos	Percentual
<i>Facebook</i>	15	100%
Grupo de Discussão	14	93%
<i>Blog</i>	8	53%
<i>Websites</i>	4	26,6%
<i>e-mails</i>	4	26,6%
Plataforma Moodle	1	6,6%
Telefone celular/fixo	1	6,6%
SMS	1	6,6%

b) Quanto ao uso do Facebook pelos participantes dos grupos

Com relação ao uso que os grupos PET pesquisados fazem especificamente do FB, a pesquisa indica que 66,6% dos grupos têm sua *página oficial* neste *website*. O fato indica uma aceitação majoritária do FB na gestão dos grupos pesquisados por parte seus docentes-tutores. Consideramos essa situação uma agradável surpresa. Se considerarmos as interações que ocorrem por meio dos perfis individuais dos petianos, podemos afirmar que há um considerável movimento de textos pertinentes ao PET no ciberespaço oferecido pelo FB. A pesquisa que ora relatamos também nos revelou que oito docentes-tutores, 53,3% do total pesquisado, são entusiastas do uso do FB na gestão dos grupos. Seis outros (40,7%), no entanto, não compartilham o mesmo entusiasmo. A razão mais frequente para isso é o intenso ritmo cotidiano de trabalho na universidade, o qual não favorece a presença regular destes docentes-tutores em redes sociais virtuais. Ocasionalmente, ou quando solicitado, eles dão o ar de sua graça no espaço virtual do feice, curtindo, comentando ou compartilhando. Um docente-tutor não se posicionou.

Com relação à comunicação e interação do grupo com indivíduos de comunidades externas à IES, sobretudo os participantes de seus projetos de extensão, a pesquisa revelou que seis grupos (40% do total) interagem virtualmente com membros destas comunidades, uns mais, outros menos, dependendo da qualidade da conexão à internet utilizada pela comunidade, que, em geral, é péssima. O mesmo percentual (40%) não usa o FB como meio de interação com os extensionistas de seus projetos. Dois tutores (13,3%) não se manifestaram quanto a este assunto.

Quanto ao fato do FB proporcionar maior agilidade à comunicação do grupo, quatro grupos (26,6%) declaram que *sim*. Essa agilidade acontece devido ao fato de os petianos estarem mais constantemente *online* conectados a suas redes sociais. *Curtem, comentam* e, principalmente, *compartilham* muito do que está sendo trabalhado colaborativamente no grupo. Dessa forma, não nos surpreende o fato de as informações circularem mais rapidamente.

Com relação às funções do FB na gestão dos grupos (sua comunicação), docentes-tutores (gestores locais) de nove grupos (60%), indicaram funções desempenhadas pelo FB que colaboram para o bom desenvolvimento dos trabalhos do grupo, ou seja, com a qualidade de sua gestão. Dentre essas funções, a mais recorrente é de dar maior visibilidade às ações do grupo. Relevante é o fato de que é por ocasião da organização dos encontros regionais e nacionais do PET que as possibilidades do FB são mais utilizadas. Lembremo-nos que a organização desses eventos ocorre, como era de se esperar, de forma colaborativa.

Com referência ao uso mais recreacional (algo relacionado ao entretenimento) do feice pelos petianos, em detrimento ao uso acadêmico deste *website* de relacionamentos, 26,6% dos docentes-tutores (quatro grupos) disseram que o FB tem cunho tanto acadêmico quanto recreacional entre os petianos, sendo essa uma situação desejável já que preferem alunos felizes aos estressados. Refletindo-se um pouco mais a respeito deste estado de coisas, é bom lembrarmos que os alunos beneficiários do Programa são ainda jovens e é salutar que expressem sua alegria juvenil na confraternização com seus amigos do feice. Interessa-nos, entretanto, o resultado dialético desse movimento, o qual, esperamos, seja foco de futuras pesquisas.

Tabela 2 – Síntese da utilização do *Facebook* pelos docentes-tutores e seus grupos PET

Subcategorias de análise	Quantidade de grupos	Percentual
Tem página oficial no FB	10	66%
Indicam função do FB na gestão	9	60%
Tutor entusiasta do FB	8	53,3%
Tutor pouco entusiasta do FB	6	40%
Comunica-se com comunidade	6	40%
Não se comunica com comunidade	6	40%
Não tem página oficial no FB	5	33,3%
Indicam uso recreativo/acadêmico	4	26,6%

4.1.2 Gestores MEC (Coordenadores-Geral da CGRE/SESu/MEC)

Uma vez feitas as transcrições dos textos orais produzidos nas entrevistas semi-estruturadas presenciais feitas com os três últimos coordenadores-geral da CGRE/SESu, responsáveis pela gestão nacional do PET, e após sucessivas leituras iniciais, as quais Bardin (2009) chama *flutuantes*, buscou-se produzir *inferências* com relação a maior ou menor aplicação dos postulados da *gestão pública societal* defendidos por Paes de Paula (2005) na gestão do PET nesses últimos 8 anos. Como contrapontos de idéias, foram também realçadas, seguindo certo código de cores, as passagens dos textos que revelam indícios de uma inclinação à gestão gerencial, não obstante termos um governo petista no controle do aparelho do Estado desde 2003.

a) Quanto à aproximação ao modelo de gestão pública societal:

Gestor MEC 1 (2004-2008)

Baseado nas inferências produzidas no desenvolvimento da análise de conteúdo da entrevista semi-estruturada, presencial feito com o Gestor MEC 1, que exerceu o cargo de coordenador-geral da CGRE/SESu de 2004 a 2008. A entrevista aconteceu nas dependências da CAPES, em Brasília e teve a duração de minutos. Acontecimentos marcantes para o Programa tiveram lugar nesse período, entre os quais, obviamente, a promulgação da Lei do PET em 2005. Contudo, há que se reconhecer a praticidade operacional com que o Programa passou a desfrutar desde que a execução do pagamento das bolsas passou a ser feito pelo FNDE, por meio do SGB (Sistema de Gestão de Bolsas) seu sistema de informação, o qual administra e controla o pagamento das bolsas aos beneficiários de diversos programas do MEC.

Foi-nos revelado pelo Gestor MEC 1, que, não obstante as dificuldades iniciais devido aos procedimentos cadastrais de todos os beneficiários do Programa, ainda pouco acostumados com sistemas de informação, a partir do momento em que se conseguiu inserir corretamente todos os dados solicitados pelo SGB, este sistema passou a executar os pagamentos, de maneira geral, sem atrasos e sem maiores entraves burocráticos. Alunos e tutores passaram a sacar seus benefícios por meio de um cartão magnético fornecidos pelo Banco do Brasil, o qual criara um tipo específico de conta para este fim, a *Conta-Benefício*. A parceria com o FNDE facilitou, assim, enormemente a vida dos profissionais do MEC que cuidavam do PET. A CAPES, por sua vez, ficara responsável pela execução dos pagamentos da verba de custeio dos grupos, segundo o novo marco legal. Seu, desempenho, entretanto, como analisa um dos Gestores MEC em sua entrevista (em anexo), ficou aquém do esperado. Os

processos burocráticos seguidos por esta autarquia do MEC mostraram-se demasiadamente lentos. A comunicação com os docentes-tutores era arcaica, dependia do preenchimento de formulários (AUX-PE¹⁸⁴) em papel, o qual era enviado pelos correios, num vai-e-vem de documentos que nem sempre dava certo e o grupo ficava sem a verba por não terem se comunicado plenamente com a esta autarquia, cuja razão de ser é o aprimoramento da educação superior, paradoxalmente. Hoje, a execução do pagamento da verba de custeio aos grupos PET está sendo feita pelo FNDE, segundo a Portaria Normativa do MEC mais recente, a 353 de 24 de abril de 2013. Contudo, até a finalização da coleta de dados para este estudo, o novo modelo ainda não havia sido totalmente implementado.

A Lei do PET e a Portaria que a regulamenta também estabelecem normas para a avaliação dos grupos, como nos alerta o Gestor MEC 1. Percebe-se, nos novos marcos legais, um esforço de se oferecer mais transparência, equidade e maior participação dos petianos no complexo processo de avaliação dos grupos. Estas novas normas permitem que a avaliação dos docentes-tutores e as ações de seus grupos sejam feitas por seus pares, outros docentes-tutores cadastrados como consultores *ad-hoc* e até mesmo pelos alunos, que passaram a ter voz no processo avaliativo de seu grupo ao emitir apreciações a esse respeito. Tais inovações na avaliação dos grupos PET, as quais nos foram reveladas por este Gestor MEC, vão ao encontro do modelo de gestão societal proposto por Paes de Paula (2005), o qual nos serve de referência teórica. A entrevista com este gestor nacional do PET na ocasião da promulgação da Lei do PET nos faz perceber claramente que já havia, naquele momento, a consciência da necessidade de uma maior participação da comunidade acadêmica na definição das ações que regulam o Programa, como, por exemplo, na avaliação dos grupos. O *modelo de gestão societal* se concretiza neste momento no Programa na medida em que ele favorece iniciativas locais de organização e de gestão, como as trazidas pela Lei do PET.

O modelo, ou vertente, como a ele se refere Paes de Paula (2005), de gestão societal também se revela, no âmbito da gestão nacional do PET, quando, nesse período, a coordenação nacional do Programa, em parceria com a CAPES, consegue com que a verba de custeio do programa, estabelecida por lei, seja depositada diretamente na conta corrente do docente-tutor, uma conta especial do Banco do Brasil chamada *Conta-Pesquisador*. O docente-tutor e seu grupo, dessa maneira, seriam capazes de, mais facilmente, atender as necessidades de custeio do grupo e de seus projetos. Essa descentralização orçamentária proporciona autonomia ao grupo para ficar mais próximo de seu público-alvo. Tal

¹⁸⁴ Regulamento da concessão, aplicação e prestação de contas do **Auxílio Financeiro a Projeto Educacional ou de Pesquisa**. Tipo de formulário em papel, algo bastante anacrônico, que estabelece a comunicação entre a CAPES e os docentes-tutores.

inovação na maneira como o grupo executa sua verba de custeio alinha-se aos princípios defendidos por Paes de Paula (2005) em sua concepção societal da gestão da administração pública. Como nos referimos acima, a CAPES não foi capaz de executar esses pagamentos com eficácia, o nova mudança no processo de pagamento da verba de custeio foi pensada pela CGRE/SESu, a qual está ocorrendo ao longo de 2013.

Percebe-se, por meio das informações coletadas junto ao Gestor MEC 1, que, pelo menos desde 2005, havia um esforço de submeter o PET ao olhar de seus diferentes atores, sobretudo ao dos próprios alunos-bolsistas. Percebe-se também em suas palavras, que houve um esforço da gestão nacional do PET de então, para que as demandas dos petianos fossem ouvidas e, na medida do possível, atendidas pelos gestores do MEC, anteriormente quase inacessíveis aos alunos-bolsistas. Ao elaborarmos *inferências* baseadas no que nos foi declarado pelo Gestor MEC 1, percebemos que havia, no período em que coordenou o Programa, uma preocupação social mais nítida por parte da gestão nacional do PET, como atesta a **Tabela 3a**.

Tabela 3a – Síntese da entrevista do Gestor MEC 1 e a Gestão Pública Societal

<p>Gestor MEC 1 (2004-2008)</p>	<p>“Ou seja, como é que a educação podia ser mais integrada, usando o ensino, pesquisa, extensão e a formação cidadã.”</p> <p>“Então, nós demos início a avaliação do Planejamento; começamos a estimular, a exercitar, a avaliação pelos pares.”</p> <p>“...cada tutor do PET ter liberdade de usar o dinheiro de uma maneira mais eficiente com relação a seu grupo.”</p> <p>“...mas com a colaboração muito importante do pessoal do FNDE, nós conseguimos começar o pagamento.”</p> <p>“é importante que ele seja olhado por todos os olhares da academia: o olhar da extensão, o olhar da pesquisa, o olhar do ensino, o olhar do próprio PET.”</p> <p>“idéias no sentido de como um programa acadêmico dessa importância poderia impactar mais a universidade.”</p> <p>“...era normal que os alunos reclamassem.”</p> <p>“Todo mundo queria resolver os problemas.”</p> <p>“Esse DNA do PET, essa preocupação com a responsabilidade social, com a qualidade de vida do povo brasileiro, a excelência acadêmica.”</p>
--	---

Gestor MEC 2 (2008-2010)

Ao analisarmos a transcrição da entrevista feita com o Gestor MEC 2, o qual coordenou o PET em seu momento de relevantes mudanças estruturais em 2010, no final do governo Lula, promovidas pela Portaria 976. Foi um momento de importantes mudanças na estrutura do PET. A mais significativa destas mudanças, em nossa opinião, foi o Programa ter aderido à política de inclusão enfatizada pelo governo petista, como veremos oportunamente.

Como fizemos com o gestor MEC anterior, foram também produzidas, a partir de suas palavras, inferências quanto à gestão nacional do PET e sua eventual inclinação à gestão societal, como a descreve Paes de Paula (2005). Interessamo-nos também pela eventual continuação do modelo de gestão adotado pelo governo FHC, o da *gestão gerencial*, característica da, assim chamada, *nova administração pública (new public management)* que buscou implementar em seus mandatos (1995-2002).

Segundo este gestor, a Portaria 976, publicada em 2010, causou forte impacto na comunidade petiana e não foi aceita facilmente por parte dela, principalmente dos docentes-tutores, que deixavam de ser, digamos, *donos* dos grupos, gerindo-os como se fosse um projeto pessoal, não obstante o fato de ser beneficiário de uma bolsa, paga pelo Estado, nada desprezível de R\$ 2.000. Ainda segundo o gestor nacional naquele período (Gestor MEC 2), as modificações estabelecidas por esta Portaria possibilitaram uma maior democratização do PET, entre elas, a incorporação ao PET, do grupos do Programa Conexões de Saberes. Relevante é o fato de o CS ser executado por uma outra Secretaria do MEC, a SECADI. De acordo com gestor nacional do PET de então, tal medida proporcionou o acesso ao PET de jovens brasileiros fragilizados socialmente, como os advindos de escolas públicas, os afro descendentes, os quilombolas e os indígenas. O PET abriu-se, assim (antes tarde do que nunca), a estudantes universitários cujos perfis eram distintos daqueles dos petianos tradicionais.

Percebemos, também, ao analisarmos a entrevista do Gestor MEC 2, a preocupação recorrente, em sua gestão, em tornar o PET mais acessível à uma gama maior de alunos, além de ficar diretamente subordinado ao planejamento estratégico da IES ao ter sua *accountability* transferida para uma Pró-Reitoria. Como podemos observar, essas mudanças aproximam-se claramente do *modelo societal de gestão*. A palavra transparência foi frequentemente utilizada por este gestor, sinalizando seu entusiasmo com as TICs da *Web 2.0* e suas redes sociais, inclusive o FB, na promoção dessa transparência. Tal posicionamento também fortalece a produção de *inferência* de que há um movimento em direção à

vertente de gestão societal, como propõe Paes de Paula (2005), como podemos verificar na síntese desta entrevista apresentada na **Tabela 3b**.

Tabela 3b – Síntese da entrevista do Gestor MEC 2 e a Gestão Societal

<p>Gestor MEC 2 (2008-2010)</p>	<p>“Então, a gente teve, a partir de 2004/2005, um crescente movimento nas IES públicas de fomento à maior democratização da universidade no sentido de ter cotas para estudantes negros, cotas sociais, ações afirmativas de forma geral.”</p> <p>“Então o objetivo era fazer com que aqueles estudantes ingressantes dessas classes mais populares tivessem o mesmo nível de oportunidade que os outros.”</p> <p>“...para que eles (alunos advindos de classes populares) tivessem a mesma chance que outros.”</p> <p>“...para que eles pudessem [...] fazer uma rotatividade e favorecer outros (docentes) a passar também pela experiência de tutoria do PET.”</p> <p>“...uma forma alinhada ao projeto pedagógico institucional da universidade.”</p> <p>“Seria assim mais democrático.”</p> <p>“... alinhar também o projeto pedagógico do curso com uma articulação com o coordenador do curso, com todo o colegiado;</p> <p>“... poderia se abrir muito mais no sentido de ter a possibilidade mais grupos, e estudantes envolvidos.”</p> <p>“... é importante que os espaços de sala de aula, os espaços acadêmicos, sejam abertos.”</p> <p>“... questões que tornariam o programa mais transparente de um grupo para o outro, e para a sociedade inteira.”</p> <p>“Transparência é muito saudável. Então, a falta de transparência, para mim, principalmente quando utilizamos recursos públicos, é grave.”</p>
--	---

Gestor MEC 3 (2010-2013)

A análise de conteúdo da transcrição do texto oral coletado em entrevista semi-estruturada e presencial de aproximadamente 50 minutos ao Gestor MEC 3, curiosamente em seu último dia frente à CGRE/SESu, permite-nos produzir algumas *inferências* importantes. Buscou-se, sobretudo, como fizemos com os textos das entrevistas do outros dois gestores MEC, indicações que apontassem alguma inclinação ao *modelo de gestão societal*. Como podemos observar na síntese de sua entrevista na **Tabela 3c**.

A análise de conteúdo de sua entrevista aponta, em alguns momentos, para uma aproximação maior e mais explícita das políticas públicas sociais dos governos petistas, entre as quais as políticas

inclusivas e afirmativas. Tal consciência favorece a *gestão societal*, na medida em defende as demandas das classes populares, como propões Paes de Paula (2005). Outra inferência que fomos capazes de produzir, ao analisarmos o conteúdo do texto de sua entrevista, é o favorecimento dos projetos locais das próprias IES, as quais passam a ter maior autonomia (Portaria 976) com relação à gestão de seus grupos, tornando-se, dessa forma, mais próxima do público-alvo de seus projetos sociais. Outras inferências com relação a esta categoria de análise é a aproximação da gestão do PET à vertente societal. Elaboramos evidências que indicam certa preocupação por parte deste gestor MEC em dar voz aos beneficiários do Programa. Tal atitude caracteriza a natureza dialógica, por isso mesmo mais democrática e aberta à participação popular, como prescreve Paes de Paula, (2005). As sínteses que nos levam a essas inferências estão em anexo a este relatório.

Tabela 3c - Síntese da entrevista do Gestor MEC 3 e a Gestão Pública Societal

<p>Gestor MEC 3 (2010-2013)</p>	<p>“quando o presidente Lula assume, tem início uma série de políticas de cunho popular e de promoção do projeto de desenvolvimento nacional a política de educação superior ela sofre uma inflexão.”</p> <p>“...o Programa vira lei, a 11.180, que é a mesma lei que cria o PROUNI, que é um marco na educação superior porque permite a inclusão de uma série de jovens na educação superior.”</p> <p>“A questão de acesso a educação superior trouxe para universidade uma série de atores sociais, que até então se viam excluído da universidade, então o Conexões de Saberes vem neste sentido.”</p> <p>“... aqueles que estavam de fora de PET e que viram nessa medida uma oportunidade de democratização do Programa, inclusive de participação de outros atores..”</p> <p>“... e passa a ser um programa institucional, com o qual os gestores podem contar para promover suas próprias políticas institucionais.”</p> <p>“...um comitê local de avaliação, responsáveis por fazer a avaliação dos grupos em nível local da IES; “(o custeio) seria passada diretamente para o pesquisador.”</p> <p>“(o nova manual) foi submetido à apreciação dos beneficiários do Programa e eles entenderam que era melhor amadurecer mais as discussões sobre a (nova) Portaria.”</p>
--	--

b) Quanto à aproximação ao modelo de gestão pública gerencial:

A análise de conteúdo dos textos orais produzidos em entrevistas semi-estruturadas e presenciais com os três últimos gestores MEC do PET mostram, paradoxalmente, que em um governo tido como de esquerda, como os dos presidentes petistas, há indícios (resquícius?) da utilização do modelo de gestão gerencial na administração nacional do PET. Percebe-se, por exemplo, as implicações do processo de

descentralização (nos casos da IES públicas federais) ou convênio (nos casos das IES particulares, públicas estaduais), como entraves burocráticos pertinentes à *vertente gerencial*. A análise de conteúdo também permite a elaboração inferências relativas à dificuldades impostas à gestão do PET pela ocorrência de alguma descontinuidade administrativa ocorrida no MEC ou em suas autarquias. Sínteses desta análise podem ser vistas, formatadas em tabelas (4a, 4b, 4c), nas páginas seguintes.

Tabela 4a - Quanto à aproximação da Gestão Pública Gerencial

Gestor MEC 1	<p>“Nesse sentido, os grupos eram sujeitos a compras de acordo com a política da IES; eles não usavam o dinheiro para comprar coisas específicas do grupo deles. O dinheiro ia para o orçamento da IES. Uma vez que você fazia a descentralização, esse dinheiro caía no orçamento”.</p> <p>“... e todos os entraves burocráticos...”</p> <p>“... tinham que preencher corretamente formulários,”</p> <p>“Houve situações, na Capes (por exemplo) que quando tudo estava resolvido, a pessoa responsável saía, ou ia para um outro setor, aí tínhamos que começar tudo de novo, o que era uma coisa limitante.”</p>
---------------------	---

Tabela 4b - Quanto à aproximação da Gestão Pública Gerencial

Gestor MEC 2	<p>“... no caso aqueles PETs mais tradicionais, mas que não tivessem a figura de um professor que controlasse tudo ali a despeito, por exemplo, de uma política pedagógica institucional ou do curso, como em muitos casos acontecia. Alguns tutores do PET diziam, não, a gente é financiado pelo MEC para fazer essa política, faziam o que eles bem queriam usando o nome do Ministério.”</p> <p>“Alguns coordenadores (tutores) que estavam ali há décadas reagiram brutalmente, de uma maneira bastante selvagem, manipulando estudantes.”</p>
---------------------	---

Constata-se ainda a ausência de Editais para a seleção dos grupos, o que passou a ser feito regularmente, sobretudo após a Lei do PET. Há menção também quanto a dificuldades burocráticas na execução do orçamento. Não obstante tais obstáculos burocráticos, são claros os indícios que apontam para uma crescente consciência social na condução do Programa.

Tabela 4c - Quanto à aproximação da Gestão Pública Gerencial

<p>Gestor MEC 3</p>	<p>“Em um primeiro momento, eu sei que não tinha editais. A solicitação era feita diretamente á CAPES, que avaliava se o currículo e a proposta do professor e se implantava ou não.”</p> <p>“Na década de noventa quando começou a se aprofundar o período neoliberal no país, a política de educação sentiu isso aí e o PET sofreu corte de gastos; não foram criados mais programas... as bolsas deixaram de ser pagas.”</p> <p>“Os próprios formadores de políticas publicas entendiam aquilo como um gasto talvez desnecessário ou um luxo. Nesse período, a educação superior era tida como um luxo que não caberia ao Estado manter.”</p> <p>“O convênio é uma estrutura de repasse orçamentário muito amarrada.”</p> <p>“Se o órgão tiver algum problema com a Administração, ele fica impedido de firmar outros convênios. Então, não foram poucos os casos de bolsas que deixaram de ser pagas porque o convênio não é a forma adequada de fazer isso. A descentralização orçamentária, no caso das federais, idem, a mesma coisa também.”</p> <p>“[...] depois, a universidade tem toda uma burocracia para conseguir executar esse recurso, de forma que a execução era muito difícil.”</p> <p>“[...] que a execução era muito difícil.”</p>
----------------------------	--

Como podemos observar, nas palavras do Gestor MEC 3, que ele se posiciona de forma mais incisiva com relação aos compromissos do governo petista com práticas de gestão mais autônomas e desburocratizantes, diferentemente das exercidas pelos governos anteriores. Notamos também que grande parte desta inclinação gerencial, apesar de acontecer no governo petista, são referidas pelo Gestor MEC 3 como práticas pretéritas.

b) Quanto ao uso do Facebook pelos participantes dos grupos

Com relação ao uso que os grupos PET pesquisados fazem especificamente do FB, a pesquisa indica que 66,6% dos grupos têm sua *página oficial* neste *website*. O fato indica uma aceitação majoritária do FB na gestão dos grupos pesquisados por parte seus docentes-tutores. Consideramos essa situação uma agradável surpresa. Se considerarmos as interações que ocorrem por meio dos perfis individuais dos petianos, podemos afirmar que há um considerável movimento de textos pertinentes ao PET no ciberespaço oferecido pelo FB. A pesquisa que ora relatamos também nos revelou que oito docentes-tutores, 53,3% do total pesquisado, são entusiastas do uso do FB na gestão dos grupos. Seis outros (40,7%), no entanto, não compartilham o mesmo entusiasmo. A razão mais frequente para isso é o intenso ritmo cotidiano de trabalho na universidade, o qual não favorece a presença regular destes docentes-tutores em redes sociais virtuais. Ocasionalmente, ou quando solicitado, eles dão o ar de sua graça no espaço virtual do feice, curtindo, comentando ou compartilhando. Um docente-tutor não se posicionou.

Com relação à comunicação e interação do grupo com indivíduos de comunidades externas à IES, sobretudo os participantes de seus projetos de extensão, a pesquisa revelou que seis grupos (40% do total) interagem virtualmente com membros destas comunidades, uns mais, outros menos, dependendo da qualidade da conexão à internet utilizada pela comunidade, que, em geral, é péssima. O mesmo percentual (40%) não usa o FB como meio de interação com os extensionistas de seus projetos. Dois tutores (13,3%) não se manifestaram quanto a este assunto.

Quanto ao fato do FB proporcionar maior agilidade à comunicação do grupo, quatro grupos (26,6%) declaram que *sim*. Essa agilidade acontece devido ao fato de os petianos estarem mais constantemente *online* conectados a suas redes sociais. *Curtem, comentam* e, principalmente, *compartilham* muito do que está sendo trabalhado colaborativamente no grupo. Dessa forma, não nos surpreende o fato de as informações circularem mais rapidamente.

Com relação às funções do FB na gestão dos grupos (sua comunicação), docentes-tutores (gestores locais) de nove grupos (60%), indicaram funções desempenhadas pelo FB que colaboram para o bom desenvolvimento dos trabalhos do grupo, ou seja, com a qualidade de sua gestão. Dentre essas funções, a mais recorrente é de dar maior visibilidade às ações do grupo. Relevante é o fato de que é por ocasião da organização dos encontros regionais e nacionais do PET que as possibilidades do FB são mais utilizadas. Lembremo-nos que a organização desses eventos ocorre, como era de se esperar, de forma colaborativa.

Com referência ao uso mais recreacional (algo relacionado ao entretenimento) do feice pelos petianos, em detrimento ao uso acadêmico deste *website* de relacionamentos, 26,6% dos docentes-tutores (quatro grupos) disseram que o FB tem cunho tanto acadêmico quanto recreacional entre os petianos, sendo essa uma situação desejável já que preferem alunos felizes aos estressados. Refletindo-se um pouco mais a respeito deste estado de coisas, é bom lembrarmos que os alunos beneficiários do Programa são ainda jovens e é salutar que expressem sua alegria juvenil na confraternização com seus amigos do feice. Interessa-nos, entretanto, o resultado dialético desse movimento, o qual, esperamos, seja foco de futuras pesquisas.

Capítulo V – Considerações Finais

Esta pesquisa exploratória, cujo objetivo geral foi investigar o uso que os participantes dos grupos PET Pedagogia/Educação fazem das TICs da *Web 2.0*, em especial do *website* de relacionamentos Facebook, no desenvolvimento dos trabalhos dos grupos. A esse respeito, algumas questões nos foram esclarecidas. Outras, entretanto, permanecem a espera de estudos mais aprofundados para que se possa ver com mais clareza em que medida as inovações tecnológicas cibernéticas auxiliam na gestão de um programa público de educação superior em um programa do porte do PET. Considerando que a comunicação interna e externa dos participantes do PET no desenvolvimento de seus trabalhos é parte da gestão dos grupos, chegamos a algumas considerações que precisam ser aprofundadas caso se pretenda aplicar os conhecimentos aqui produzidos na Administração Pública, em especial na gestão de suas políticas e programas educacionais. Contudo, esta pesquisa exploratória revelou que, de fato, o uso de TICs virtuais é, de alguma forma, feito por todos os grupos PET pesquisados em sua gestão, sobretudo o uso de *grupos de discussão*. A pesquisa revelou também que, apesar de o uso do FB ser feito regularmente por todos os grupos, esse uso é feito, sobretudo, de forma individual e independente pelos alunos devido à rapidez de comunicação que suas redes sociais pessoais proporcionam, uma vez que, a rigor, estão todos *online* o tempo todo, compartilhando assuntos pertinentes aos projetos de seus respectivos grupos.

Entretanto, o uso regular do FB pelos docentes-tutores dos grupos em sua gestão, ainda não é feito de maneira ampla. Chegamos a esta conclusão devido ao fato de que nem todos os grupos têm *página oficial* no FB. Um número relevante dos docentes-tutores se diz atarefado demais para acompanhar os assuntos desenvolvidos nas redes sociais. Não obstante tais empecilhos, a pesquisa mostrou que o FB é relevante na organização dos encontros regionais e nacionais do Programa.

Quanto à comunicação com indivíduos pertencentes aos projetos de extensão desenvolvidos pelos grupos, notamos ainda serem escassas estes tipos de interação. A razão principal para este estado de coisas é que as classes populares, seja no campo ou nas grandes cidades, não dispõem de conexões para a internet banda larga, ou as tem precariamente, inviabilizando o tipo de interação que a *Web 2.0* possibilita. Como podemos nos apropriar destas tecnologias nesse contexto? Com relação aos gestores nacionais do PET cujo local de trabalho é o prédio do MEC, a pesquisa revelou, surpreendentemente, que eles não fizeram uso do FB devido ao fato de que o próprio Ministério da Educação desencorajava a utilização de tais *modernidades* uma vez que acesso ao FB era terminantemente proibido nas dependências do MEC. Em casos excepcionais, quando autorizados, o acesso era liberado a

determinado servidor. Esta situação permanecia em setembro de 2013, quando concluímos a coleta de dados. Essa atitude, bastante retrógrada do MEC, não se justifica, na visão do pesquisador. Não está clara, também, a razão dessa proibição. Espera-se que esse órgão da Administração Pública direta reveja seus conceitos de gestão no sentido de permitir, e até mesmo incentivar, o acesso às redes sociais *online* no local de trabalho. Favorece-se, desse modo, a comunicação e a interação com seus beneficiários das políticas e seus programas educacionais. Reafirmamos, assim, nossa adesão aos que lutam pela participação democrática da sociedade na condução das ações do Estado.

Tudo considerado, relevante é o fato do artista popular em sua arte servir de antena (parabólica?) que captam ondas do futuro. O compositor, Gilberto Gil que prefaciou esta obra, soube perceber a relevância do momento da chegada entre nós da virtualidade. Por coesão, concluímos este relatório citando a canção¹⁸⁵ (1997) com que ele saúda os novos tempos:

Criar meu web site
Fazer minha home-page
Com quantos gigabytes
Se faz uma jangada
Um barco que veleje
Que veleje nesse informar
Que aproveite a vazante da infomaré
Que leve um oriki do meu velho orixá
Ao porto de um disquete de um micro em Taipé
Um barco que veleje nesse infomar
Que aproveite a vazante da infomaré
Que leve meu e-mail até Calcutá
Depois de um hot-link
Num site de Helsinque
Para abastecer
Eu quero entrar na rede
Promover um debate
Juntar via Internet
Um grupo de tietes de Connecticut
De Connecticut de acessar
O chefe da Mac Milícia de Milão
Um hacker mafioso acaba de soltar
Um vírus para atacar os programas no Japão
Eu quero entrar na rede para contatar
Os lares do Nepal, os bares do Gabão
Que o chefe da polícia carioca avisa pelo celular
Que lá na praça Onze tem um videopôquer para se jogar...

¹⁸⁵ *Pela Internet* (1997), canção de Gilberto Gil em *Quanta*

Referências Bibliográficas

ABÁDIA DA SILVA, Maria. *Banco Mundial: intervenção e consentimento*. in Políticas públicas de educação na América Latina: lições aprendidas e desafios. Org. Cunha, C; Souza, J. V.; Abadia da Silva, M. Ed. Autores Associados Ltda. Campinas. 2011.

ALMEIDA MORAES, Raquel de *et al.* *As Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação: as perspectivas de Freire e Bakhtin*. UNIrevista - Vol. 1, nº 3 : (julho 2006). São Leopoldo. Unisinos.

ASSARÉ, Patativa. *Inspiração nordestina*. São Paulo: Hedra. 2003

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Edição Revista e Atualizada. Lisboa: Edições 70, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud; Yara Frateschi Vieira. 5.ed. São Paulo: Hucitec, 1995

_____. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós- industrial: uma tentativa de previsão social*. 1º ed. São Paulo: Ed Cultrix. 1973.

BOBBIO, Norberto *et al.* Dicionário de política. 12 ed. Brasília: UNB. 2004.

BRASIL. Constituição da Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. 1988.

_____. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília, DF. 1995.

_____. Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005.

_____. Lei nº 11.180 de do PET de 22 de setembro de 2005.

CANDIDA MORAES, Maria. *O paradigma social emergente*. Campinas SP: Papirus, 1997 (Coleção Práxis)

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. *Política para o ensino superior no Brasil (1995-2006): ruptura e continuidade nas relações entre público e privado*. IE/UNICAMP. 2006

CASTELLS, Manuel. *A Galáxia da Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003.

_____. *Sociedade em rede*. vol. 1 São Paulo: Paz e Terra, 2005.

_____. *Communication, power and counter-power in the network society*. International Journal of Communication 1. 2007.

_____. *A era da informação* (2005, p. 43), primeiro volume da trilogia *A era da informação: economia, sociedade e cultura*

DANHONI NEVES, M. C. *PET: correspondência de uma guerra particular*. Maringá, PR: Editora Massoni/LVC Edições, 2003.

DIAS, Ana Maria Iório *et al.* *Estudo sobre os egressos do Programa de Educação Tutorial: PET (1979-2008)*. Fortaleza: Tropical. 2009.

ECO, Humberto. *Como se faz uma tese em ciências humanas*. 13º ed. Lisboa: Editora Presença. 2001.

FEENBERG, Andrew. *A fábrica ou a cidade: qual o modelo de educação a distância via web?* In *Technology and cultural values: on the edge of the third millennium*. University of Hawai Press. (2004), pp. 528-547.

FRANCO, Maria Laura P. B. *Análise de Conteúdo*. 3. Edição. Série Pesquisa v. 6. Brasília: Líber Livros. 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.
_____. *Extensão ou comunicação?* 11ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2001a

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisas*. 5º ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010

HARASIM, Linda *et al.* *Redes de aprendizagem: um guia para ensino e aprendizagem*. São Paulo: Editora Senac. 2005.

KUHN, T.S. (1994) *As estruturas das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.

LÈVY, Robert. *A inteligência coletiva*. São Paulo: Loyola, 1999a.
_____. *Cibercultura: educação e cibercultura*. 34 ed. São Paulo: Loyola, 1999b
_____. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. 5º ed. São Paulo: Loyola. 2007.

MARTINS, Iguatemy Lucena. *Educação Tutorial no ensino presencial: uma análise sobre o PET*. In *PET Programa de Educação Tutorial: estratégia para o desenvolvimento da graduação*. Ministério da Educação. Brasília: 2008

MARTINS, Francisco Menezes e DA SILVA, Juremir Machado. Orgs. *A genealogia do virtual – comunicação, cultura e tecnologia do imaginário*. Porto Alegre: 2. Edição, Sulina, 2008

MATTELART, Armand. *A era da informação: gênese de uma denominação descontrolada*. In: *revistaseletronicas.pucrs.br vol. 1, nº. 15*. Porto Alegre: Edipucrs. 2014.
_____. *A genealogia do virtual: comunicação, cultura e tecnologias do imaginário*. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 81-107
_____. *A globalização da comunicação*. Bauru, SP: Edusc, 2000.

McLUHAN, Marshall. *A Galáxia de Gutenberg*. São Paulo: Cultrix. 1967.
_____. *O meio é a mensagem*. São Paulo: Ed. Record. 1969.
_____. *Os meios de comunicação como extensões do homem (Understanding media)*. São Paulo: Cultrix, 1969.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *PET - Programa de Educação Tutorial: estratégia para o desenvolvimento da graduação*. Brasília. 2007.
_____. Portaria nº 976, de 27 de julho de 2010.
_____. Portaria nº 343 de 24 de abril de 2013.

MULLER, A. *Qualidade no ensino superior – a luta em defesa do Programa Especial de Treinamento*. Rio de Janeiro, Garamond, 2003.

O'REILLY, Tim. *What is web 2.0?*. New York: O'Reilly Media, Inc. 2005

PAES DE PAULA, Ana Paula. *Administração Pública Brasileira entre o Gerencialismo e a Gestão Social*. Revista de Administração de Empresas. vol.45 no.1 São Paulo Jan/Mar 2005.

_____. *Teoria crítica nas organizações*. São Paulo: Thompson, 2008.

_____. *Por uma nova gestão pública*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005

RUA, Maria das Graças. *Análise de política públicas: conceitos básicos*. In: O Estudo da Política: Tópicos Seleccionados. Brasília: Paralelo. 2009.

SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análises: casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning. 2010.

SOUZA, Celina. *Políticas públicas: uma revisão da literatura*. Sociologias. Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

TOSTA, Rosa Maria *et al.* *Programa de Educação Tutorial (PET): uma alternativa para a melhoria da graduação*. In: Psicologia para América Latina, n.8. Nov, 2006.

VIEIRA DE SOUZA, José (Org.) (2011) *Educação superior no Brasil: expansão, avaliação e tendências na formação de professor*. in *Políticas públicas de educação na América Latina: lições aprendidas e desafios*. Org. Cunha, C; Souza, J. V.; Abadia da Silva, M. Ed. Autores Associados Ltda. Campinas. 2011.

TEIXEIRA, Anísio. O pensamento precursor de McLuhan. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v.54, n.119, jul./set. 1970. p.242-248.

Anexos

1. Síntese relativa ao uso de TICs pelos grupos.

Código de cores:

(Amarelo): grupo de discussão (do tipo Yahoo Grupos, Google etc.) - 14 - 93%

(Verde brilhante): Uso regular de TICs - 5 - 33,3%

(Azul-piscina): Usa FB na gestão do grupo - 15 - 100%.

(Rosa): e-mails - 4 - 26,6%

Azul: *website* - 4 - 26,6%

(Vermelho): Moodle - 1 - 6,66%

Azul-escuro: blog - 8 - 53,35%

(Azul-petróleo): SMS - 1 - 6,66%

(Verde): telefone celular/fixo - 2 - 13%

Tutor 01

Grupo faz uso frequentes das TICs. Usam o grupo de discussão, via de regra. Não têm página oficial no FB, mas alunos são incentivados a compartilhar conteúdos com outras pessoas. Alunos usam FB entre si com frequência. Tutor só eventualmente. Ele tem perfil e adiciona amigos de outros grupos da universidade e do estado. Não tem blog. Divulga atividades via FB. A comunidade envolvida nos projetos de extensão usa o site da universidade e o FB. Fazem uso das TICs com frequência: na universidade, nas secretarias municipais de educação, nos assentamentos e nas escolas do campo. O tutor tem perfil no FB e aceita petianos (e outros) como amigos. Nos encontros regionais, adicionam grupos PET de outras universidades. Usam as ferramentas digitais da universidade (ensino e extensão) na divulgação dos projetos. A comunidade se comunica como grupo pelo e-mail da universidade, FB e e-mails dos professores da rede municipal.

Tutor 2

O grupo tem página oficial no FB. Tem um grupo de discussão de uso frequente. Petianos usam muito o FB, entre eles pois estão sempre *on-line*; as comunicações chegam mais rápido por meio de suas postagens no FB. Tutora prioriza o grupo de discussão para se comunicar com alunos. Entre si, alunos usam muito o FB. “Eu respondo uma ou outra coisa que eles colocam no FB”. Há basicamente duas frentes de extensão: um grupo trabalha com idosos de manhã e outro trabalha com professores da rede pública e as TICs à noite. “Então, prá conversarem entre si, para prepararem aulas, esse tipo de coisa,

eles usam o FB. Para lidar com a comunidade, não”; “...as ações de ensino e de pesquisa eles utilizam o FB; as ações de extensão, não.” As ações de extensão são “muito ‘in loco”; “...as ações de estudo, grupos de estudo e discussão, eles usam muito a internet e em particular o FB.” Tutor tem perfil no FB e os alunos sabem. “Tem alguns professores colaboradores que entram, conversam com eles. Funciona como um mural de recados, podemos dizer.” “E os alunos usam muito para distribuir informações entre eles.” O Tutor se comunica com outros tutores por meio de um grupo de discussão O grupo não tem blog e sim um site que é hospedado no portal da IES.

Tutor 03

O grupo faz uso da plataforma Moodle e toda comunicação acontece nessa plataforma. Tutor não usa muito o FB com o grupo. Ele o usa eventualmente para comunicados, combinações, etc. Grupo não têm página oficial no FB. A comunicação nos projetos de expansão acontece presencialmente nas próprias escolas. Acontecem contatos pessoais no FB. O FB e as redes sociais não são formalmente partes do processo. FB é apenas um meio de se combinar algumas coisas. Tutor tem perfil individual no FB, mas a comunicação acontece no Moodle e seus chats e fóruns. FB mais usado pelos alunos numa perspectiva de socialização/recreação.

Tutor 04

Grupo desenvolve a pedagogia da alternância: tempo-escola x tempo-comunidade. Durante o tempo-escola ele eles tem reuniões presenciais semanais. Quando no tempo-comunidade usam o grupo de discussão. O grupo então se coordena através das postagens dos participantes. Todos interagem. Têm um blog (pet educação no campo) criado pelos alunos. As pessoas de fora não participam deste espaço visto que o grupo tem um website no portal da IES. Esse parece ser o canal de comunicação preferido pelas pessoas de fora do grupo. Quanto ao FB, “acaba sendo uma ferramenta muito mais individual dos estudantes. Então ela acaba sendo muito mais uma ferramenta dos estudantes do que propriamente uma ferramenta de articulação de trabalho” “Ele acaba sendo um espaço mais informal de comunicação.” Não tem página no FB. Os alunos tem seu perfis e usam o FB com frequência : “Ele acaba sendo uma forma, não sei se de recreação, mas uma forma de comunicação mais informal.” Função do FB: socialização. Lê as postagens dos alunos mas declara haver vários espaços virtuais na IES para que ele dê contas de todos com frequência.

Tutor 05

Quanto a comunicação: “nós temos um gmail/google do próprio pet”. Petianos se listam e se comunicam intensamente. Têm um blog e uma pagina no FB. Tutor participa da interação pois é “acionado” pelos petianos. Tem enfoque de difusão de novas mídias e TICs educacionais. Petianos compartilham conteúdos no FB; tutor busca interagir para “aproximar diálogo”. O FB torna-se forte no

processo de organização dos encontros regionais e nacionais. Acha que o FB é tanto recreacional como educacional mas há entretenimento e socialização “principalmente das imagens, as fotos, os eventos, mas ela também, de certa forma, acaba atingindo esse caráter formativo”. Os alunos a convidaram a participar do grupo. Ela também orienta por ali. É mais fácil encontra um aluno específico no FB. Alunos demoram mais abrir os e-mails. As postagens do FB são acessados mais rapidamente. Tutor manda recados pelo FB. Nos projetos de extensão com adultos da zona rural são mais escassos. Quando a clientela é de “jovens” recorre-se mais as redes sociais como “ferramenta de conversa”.

Tutor 06

Comunicam-se basicamente com o FB por ser “bem mais ágil”. Tem pagina oficial no FB (cidadania e direitos humanos) e um grupo de discussão. FB é a ferramenta mais importante por ser mais eficaz. Dentro da pagina há um grupo (o PET Gestão Pública). O benefício é a efetividade na comunicação que é disseminada rapidamente.

Tutor 07

Grupo tem uma página oficial no FB, e um grupo de discussão. Tem um blog. Alunos usam muito o FB. Tutor tem perfil no FB e interage com alunos Usam o FB nos projetos de extensão com os líderes das comunidades. A comunidade em si, nem todos tem “inserção digital”. Segundo o Tutor os jovens usam o FB mais para recreação e socialização entre eles do que por razões acadêmicas. Acha que eles devem ser educados no sentido da possibilidade política e acadêmica do FB. Tutor usa mais o grupo de discussão para comunicados oficiais. A pagina do FB é aberta a outros grupos PET e o estudantes universitário. Desenvolvem projeto de inserção digital para idosos e estes acabam sendo “amigos” da página.

Tutor 08

Comunicam-se pelos meios “tradicionais” (encontros presenciais) já que nem todos estão inseridos digitalmente e as conexões são “péssimas”. Tem grupo de discussão. Petianos têm perfis individuais no FB. Tutor usa o SMS para informações (comandos) urgentes. Tutor gosta do FB e da possibilidade de compartilhamento. Não tem pagina oficial, mas tem um blog, este m vaiis inclinado a Pesquisa. Tutor tem perfil no FB, mas sua rotina não permite acompanhar tudo tal a frequencia das postagens. Parte da comunidade dos projetos de extensão (os inserido) fazem uso do FB. Enfatiza a ida do grupo a campos onde não há internet. Nesses povoados, a escola tem computadores mas não tem internet. “Ficam os computadores sem uso.” Quando enviam um e-mail para o professor, informam-no do feito pelo celular.

Tutor 09

A comunicação acontece primordialmente em encontros presenciais. Contudo, tem grupo de discussão e o que tem que ser comunicado circula por e-mails. Tem um blog que é atualizado por petiano responsável. Tem uma página no FB, “que tem servido para dar visibilidade as atividades do PET.” Não usam o FB com sujeitos dos projetos de extensão, porém qdo vão a uma comunidade, divulgam os endereços de seus espaços virtuais. São as pessoas da comunidade que vêm a nós, dessa forma. Tutor interage com alunos, posta atividades, conversa com eles qdo estão on-line. Há o uso disperso entre socialização (recreação) e questões acadêmicas. “Eu, qdo entro lá, trato de assuntos acadêmicos com eles.”, enfatiza.

Tutor 10

Comunicam-se principalmente em uma reunião presencial semanal, que aciona/proporciona postagens no FB e no grupo de discussão. Esta ferramenta é a mais utilizada em geral, onde há mais troca. Armazenam tudo no google e disponibiliza para os outros alunos. A comunidade não se comunica com o grupo via FB. Usam mais o portal da IES, por onde acessam o website de grupo. Não têm pagina no FB. Membro tem perfis no FB, onde repercutem/compartilham conteúdos pertinentes. Tem um blog. Os alunos não são intimidados e são até mais adiantados que ela (“nessas coisas de tecnologias”).

Tutor 11

Comunicam-se por meio de encontro presencial semanais e por orientações individuais agendadas e por meio, sobretudo, de um “e-mail coletivo” (grupo de discussão da google) onde são postadas todas as ações do grupo (memória de reuniões, resoluções de problemas, etc.) Tem uma pagina no FB que é atualizada por petianos; alguns tem dificuldade devido as muitas tarefas que desempenham. Os amigos do grupo são os alunos da pedagogia, docentes e egressos. Alunos do mestrado em educação também acessam. O FB é relevante apesar da dificuldade que alguns encontram, dificuldades até culturais; algumas pessoas tem resistência as redes sociais, mas Tutor as considera importante. Esse medo é relativo a questão da privacidade. Tutor tem seu perfil no FB e interage com petianos eventualmente. Tem um blog atualmente desativado. Grupo tem plano de voltar a utilizá-lo.

Tutor 12

O grupo tem página oficial no FB, um blog e um grupo de discussão, esse último, por ser fechando, é por onde se passa a comunicações oficiais das atividades em andamento. A pagina do FB é usada para comunicação pessoal (?) divulgação de eventos, etc. Nosso grupo é agregado a um linha de pesquisa do CNPq e sua página é também usada pelo grupo. Tutor tem perfil no FB que não é relacionada ao PET, mas ele interage com alunos ali. Acha que a socialização e o acadêmico se associam no FB. Mas é basicamente divulgador de informações. A comunidade não interagem com o grupo via FB devido a

sua exclusão digital (a dificuldade de acesso em casa). Acha que muitos ainda não sabem usar as TICs. Seus alunos são advindos de classes sociais populares e precisam se deslocar para universidade para o acesso à internet.

Tutor 13

Usam o e-mail do grupo de discussão para comunicação, além dos encontros semanais presenciais. Tem um blog com o tema tecnologia da informação onde os alunos publicam seus próprios textos (“pra praticar bastante a escrita...”). Grupo tem página oficial no FB que é mais usada como meio de comunicação com o público externo: estudantes não participantes do PET, o público geral da cidade do interior onde o campus da IES está localizado. A página do é aberta a todos. Divulgam, compartilham comunicações a respeito da tics, inovações etc. Acho o FB mais socializante mas publicam links para lugares virtuais importantes para formação dos alunos. Tutor não participa do FB com perfil pessoal, mas pode eventualmente interagir no espaço da página oficial do PET.

Tutor 14

Tutor comunica-se com alunos por meio do grupo de discussão. Entre eles, Tutor sinaliza que “vale tudo.” Os sujeitos dos projetos se comunicam pessoalmente, por telefone por estarem próximos. Usam o FB para contatar outras pessoas, relacionadas a um encontro regional, por exemplo. Alunos usam muito o FB. Tutor não participa “desse tipo parte desse tipo de comunicação” Sua agenda é muito restrita. Teme não dar conta. O grupo pensa diferente. Não sei a dimensão, mas sei que é muito. O grupo não tem página oficial no FB mas tem um blog. Tutor se diz não avesso ao FB, mas FB não cabe na organização do seu processo de trabalho. Nosso grupo se comunica muito presencialmente. As discussões são presenciais.

Tutor 15

A comunicação ocorre em “rodas”. A roda do PET. Fora das rodas do pet, há o encontro dos subgrupos em dias diferentes. Há muita comunicação via internet. O mais comum é o grupo de discussão. Tem página no FB. “A gente descobriu que os e-mails levam menos tempo para ser lidos quando os que estão *on-line* no FB postam algo a respeito.” “Então, usamos o FB direto.” Com as pessoas de fora a comunicação é menor. São informados por e-mail e telefone, as pessoas-chave. O ambiente virtual da universidade também é usado. Usamos e-mails com ONGs. Os amigos da página limitam-se aos diretamente relacionado ao programa. mas há também petianos novos e antigos. Estão em contato direto lá. A página é fechada e tem um petiano coordenando. Participa também de outras listas, como a de tutores. Do ponto de vista do PET, o uso que fazem do FB é “totalmente acadêmico” apesar de haver brincadeiras as vezes.

1. Grupo de discussão (do tipo google groups)

T1 - Usam o grupo de discussão, via de regra; T1 – Tem um grupo de discussão de uso freqüente. T3 – não dito; T4 – “Quando no tempo-comunidade usam o grupo de discussão.”; T5 – “...nós temos um gmail/google do próprio pet”. Petianos se listam e se comunicam intensamente; T6 – ...um grupo de discussão; T7 – Tem grupo de discussão. Tutor usa mais o grupo de discussão para comunicados oficiais; T8 – Tem grupo de discussão; T9 - Contudo, tem grupo de discussão; T10 ...e no grupo de discussão. “Esta ferramenta é a mais utilizada em geral, onde há mais troca. Armazenam tudo no google e disponibiliza para os outros alunos.” T11 – ...sobretudo, de um “e-mail coletivo” (grupo de discussão Google) onde são postadas todas as ações do grupo (memória de reuniões, resoluções de problemas, etc.) T12 – ... e um grupo de discussão, esse último, por ser fechado, é por onde se passa a comunicações oficiais das atividades em andamento. T13 – Usam o e-mail do grupo de discussão para comunicação. T14 – Tutor comunica-se com alunos por meio do grupo de discussão. T15 – O mais comum é o grupo de discussão.

2. Uso intenso/regular de TICs

T1 – Grupo faz uso freqüentes das TICs; T2 – Há basicamente duas frentes de extensão: um grupo trabalha com idosos de manhã e outro trabalha com professores da rede pública e as TICs à noite. T3 – não diz; T4 – não diz; T5 – Tem enfoque de difusão de novas mídias e TICs educacionais. T6 – não diz; T7 – não diz; T8 – não diz; T9 – não diz; T10 – não diz; T11 – não diz; T12 – não diz; T13 – não diz; T14 – Entre petianos, Tutor diz que “vale tudo”; T15 – não diz.

3. FB é usado na gestão do grupo.

T1 – Não têm página oficial no FB, mas alunos são incentivados á compartilhar conteúdos com outras pessoas. Petianos usam FB entre si com frequência. Tutor só eventualmente. Ele tem perfil e adiciona amigos de outros grupos PET. Divulga atividades via FB. A comunidade envolvida nos projetos de extensão usa o site da IES e o FB. O tutor tem perfil no FB e aceita petianos (e outros) como amigos. Nos encontros regionais, tutor adiciona a sua lista de amigos petianos e grupos PET de outras IES; T2 – O grupo tem página oficial no FB. Petianos usam muito o FB, entre si pois estão sempre *on-line*; as comunicações relativas ao funcionamento do grupo chegam mais rápido por meio de suas postagens/compartilhamentos no FB. Entre si, petianos usam muito o FB. “Então, prá conversarem entre si, para prepararem aulas, esse tipo de coisa, eles usam o FB. Para lidar com a comunidade, não”; “...as ações de ensino e de pesquisa eles utilizam o FB; as ações de extensão, não.” “Eu respondo uma ou outra coisa que eles colocam no FB”. “Então, prá conversarem entre si, para prepararem aulas, esse tipo de coisa, eles usam o FB. “...as ações de estudo, grupos de estudo e discussão, eles usam muito a internet e em particular o FB.” Tutor tem

perfil no FB e os alunos sabem. “Tem alguns professores-colaboradores que entram, conversam com eles. Funciona como um mural de recados, podemos dizer.” “E os alunos usam muito para distribuir informações entre eles.” T3 – Tutor não usa muito o FB com o grupo. Ele o usa eventualmente para comunicados, combinações, etc. Grupo não têm página oficial no FB. Acontecem contatos pessoais no FB. FB não é formalmente parte do processo. FB é apenas um meio de se combinar algumas coisas. Tutor tem perfil individual no FB. FB mais usado por petiano numa perspectiva de socialização/recreação; T4 – Quanto ao FB, “...acaba sendo uma ferramenta muito mais individual dos estudantes.” Não tem página no FB. Petianos têm seus perfis individuais e usam o FB com frequência: “Ele (FB) acaba sendo uma forma, não sei se de recreação, mas uma forma de comunicação mais informal.” Tutor lê as postagens/compartilhamentos de petianos mas declara haver vários espaços virtuais na IES para que ele consiga acompanhar todos esses espaços. T5 – Grupo tem página no FB. Tutor participa da interação pois é “acionado” por petianos. Petianos compartilham conteúdos no FB; Tutor busca interagir para “aproximar diálogo”. FB importante no processo de organização dos encontros regionais e nacionais. Acha que o FB é tanto recreacional como educacional; há muito entretenimento e socialização também “principalmente na postagem/compartilhamento de imagens, fotos, divulgação dos eventos, mas FB também, de certa forma, acaba atingindo esse caráter formativo”. Os alunos a convidaram a participar do grupo. Tutor também orienta por ali. “É mais fácil encontra um aluno específico no FB. Alunos demoram mais abrir os e-mails. As postagens do FB são acessadas mais rapidamente.” Tutor manda recados pelo FB. Quando a clientela é de “jovens” recorre-se mais as redes sociais como “ferramenta de conversa”. T6 – Tem página oficial no FB. FB é a ferramenta mais importante por ser mais eficaz. O benefício é a efetividade na comunicação, que é disseminada rapidamente. T7 – Grupo tem uma página oficial no FB. Petianos usam muito o FB. Tutor tem perfil no FB e interage com petianos. Grupo usa FB nos projetos de extensão com os líderes das comunidades. Tutor aponta que petianos usam o FB mais para recreação e socialização entre eles do que por razões acadêmicas. Acha que petianos devem ser educados no sentido da possibilidade política e acadêmica do FB. A página do FB é aberta a outros grupos PET e estudantes universitários. Desenvolvem projeto de inserção digital para idosos e estes acabam sendo “amigos” da página. T8 – Petianos têm perfis individuais no FB. Tutor gosta do FB e da possibilidade de compartilhamento. Grupo não tem página oficial no FB. Tutor tem perfil no FB, mas sua rotina não permite acompanhar tudo tal a frequência das postagens. Parte da comunidade do projetos de extensão (os inserido) fazem uso do FB. T9 – Grupo tem página oficial no FB, “que tem servido para dar visibilidade as atividades do PET.”

Não usam o *FB* com sujeitos dos projetos de extensão, porém, quando vão a uma comunidade em projetos de extensão, divulgam os endereços de seus espaços virtuais. São as pessoas da comunidade que vêm a nós. Tutor interage com alunos, posta atividades, conversa com eles quando estão *on-line*. Há o uso disperso entre socialização (recreação) e questões acadêmicas. “Eu, quando entro lá, trato de assuntos acadêmicos com eles.”, enfatiza. T10 – Comunicam-se principalmente em uma reunião presencial semanal, que aciona/proporciona postagens no *FB*. Petianos têm perfis individuais no *FB*, onde repercutem/compartilham conteúdos pertinentes. T11 – Grupo tem página oficial no *FB*, que é atualizada por petianos. Os amigos do grupo são os alunos da pedagogia, docentes e egressos do Programa. Alunos do mestrado em Educação também o acessam. *FB* é relevante apesar da dificuldade que alguns encontram, dificuldades até culturais; algumas pessoas tem resistência ao *FB* devido, principalmente, a questão da privacidade. Tutor considera *FB* importante. Tutor tem perfil individual no *FB* e interage com petianos eventualmente. T12 – O grupo tem página oficial no *FB*. Página do *FB* é usada para comunicação pessoal (?) divulgação de eventos, etc. Tutor tem perfil individual no *FB*. Tutor eventualmente interage com petianos ali. Tutor defende que as área sociais e acadêmica estão juntas no *FB*. Para Tutor, *FB* é basicamente divulgador de informações. T13 – Grupo tem página oficial no *FB* que é mais usada como meio de comunicação com o público externo: estudantes não participantes do PET, os moradores da cidade do interior onde o campus da IES está localizado. A página do *FB* é aberta a todos. Divulgam/compartilham comunicações a respeito da TICs, inovações tecnológicas etc. “Acho o *FB* mais socializante; porém, ali são compartilhados *links* para espaços virtuais importantes para formação dos alunos”. Tutor não participa do *FB* com perfil pessoal, mas pode eventualmente interagir no espaço da página oficial do PET. T14 – Usam o *FB* para contatar outras pessoas, relacionadas a um encontro regional, por exemplo. Petiano usam *FB* intensamente. O grupo não tem página oficial no *FB*. Tutor se diz não avesso ao *FB*, mas *FB* não cabe na organização do seu processo de trabalho. T15 – Grupo tem página oficial no *FB*. “A gente descobriu que os e-mails levam menos tempo para ser lidos quando estão *on-line* no *FB* por meio de alguma postagem de petianos de algo pertinente.” “Então, usamos o *FB* direto.” Os amigos da página oficial do PET limitam-se a indivíduos diretamente relacionado ao Programa. Há também petianos novos e antigos. “Estão em contato direto lá.” A página é fechada e tem um petiano que a coordena. Do ponto de vista do PET, o uso que fazem do *FB* é “totalmente acadêmico” apesar de haver brincadeiras às vezes.

4) Grupo usa e-mails.

T1) A comunidade se comunica com grupo pelo e-mail da IES [...] e-mails dos professores da rede municipal; T2) não diz; T3) não diz; T4) não diz; T5) não diz; T6) não diz; T7) não diz; T8) Quando enviam um e-mail para o professor, informam-no do feito pelo celular; T9) ...o que tem que ser comunicado circula por e-mails; T10) não diz; T11) não diz; T12) não diz; T13) não diz; T14) não diz; T15) Com as pessoas de fora, a comunicação é menor. Pessoas-chave são informados por e-mail e/ou telefone.

5) Grupo tem próprio website.

T1) não diz; T2) Grupo tem website que é hospedado no portal da IES; T3) não diz; T4) ...o grupo tem website no portal da IES; T5) não diz; T6) não diz; T7) não diz; T8) não diz; T9) não diz; T10) ...mais o portal da IES, por onde acessam o website de grupo; T11) Nosso grupo é agregado a um linha de pesquisa do CNPq e sua página é também usada pelo grupo; T12) não diz; T13) não diz; T14) não diz; T15) não diz.

6) Grupo usa plataforma Moodle:

T1) não; T2) não; T3) O grupo faz uso da plataforma Moodle e toda comunicação acontece em seus chats e fóruns; T4) não; T5) não; T6) não; T7) não; T8) não; T9) não; T10) não; T11) não; T12) não; T13) não; T14) não; T15) não.

7) Grupo tem blog.

T1) não; T2) Grupo não tem blog; T3) não; T4) Tem blog criado por petianos T5) Tem blog. T6) não; T7) Tem blog; T8) "...mas tem um blog."; T9) Grupo tem blog que é atualizado por petiano responsável; T10) Tem um blog; T11) não; T12) ... (tem) um blog; T13) Tem um blog com o tema tecnologia da informação onde os alunos publicam seus próprios textos T14) ...mas tem um blog. T15) não.

8) Grupo faz uso de SMS

T1) não; T2) não; T3) não; T4) não; T5) não; T6) não; T7) não; T8) Tutor usa o SMS para informações (comandos) urgentes; T9) não; T10) não; T11) não; T12) não; T13) não; T14) não; T15) não.

9) Grupo faz uso de telefone fixo/celular

T1) não; T2) não; T3) não; T4) não; T5) não; T6) não; T7) não. T8) Quando enviam um e-mail para o professor, informam-no do feito pelo celular. T9) não; T10) não; T11) não; T12) não; T13) não. T14) Os sujeitos dos projetos de extensão se comunicam com grupo pessoalmente ou por telefone. T15) Com as pessoas de fora a comunicação é menor. São informados por e-mail e telefone, as pessoas-chave.

2. Síntese relativa ao uso do *FB* pelos grupos

Código de cores:

Amarelo: Tem página oficial no *FB*: 10 – 66,6%

Verde brilhante: Não tem para página no *FB*: 5 – 33,3%

Turquesa: Tutor entusiasta do uso do *FB* na gestão do grupo: 8 – 53,3%

Rosa : Tutor pouco entusiasta do uso do *FB* na gestão do grupo: 6 – 40%

Azul: Grupo se comunica com comunidade de projetos de extensão no *FB*: 6 – 40%

Vermelho: Grupo não se comunica com comunidade de projetos de extensão no *FB*: 6 – 40%

Azul escuro: *FB* proporciona mais rapidez de petianos no acesso à informes de Tutor: 4 – 26,6%

Azul-petróleo: Indicam função do *FB*: 9 – 60%

Verde: Indica uso socializante/recreativo: 4 – 26,6%

Tutor 01

Grupo têm página oficial no *FB*, mas petianos são incentivados á compartilhar conteúdos com outras pessoas. Petianos usam *FB* entre si com frequência; Tutor, eventualmente. Tutor tem perfil no *FB* e tem “amigos” de outros grupos do Programa. Divulga atividades via *FB*. Membros da comunidade envolvidos nos projetos de extensão usa o site da IES e o *FB*. Estão inseridos digitalmente apesar de não possuírem ainda uma página oficial no *FB*. Petianos têm perfis no *FB* e o usam com frequência para compartilhar informações com mais pessoas. Tutor tem perfil no *FB* e aceita petianos (e outros) como amigos. Nos encontros regionais, adicionam grupos *PET* de outras IES. Usa *FB* na divulgação dos projetos. A comunidade se comunica pelo e-mail da universidade, *FB* e e-mails de professores da rede municipal.

Tutor 2

Grupo tem página oficial no *FB*, que e é coordenada pela Tutora. Grupo a usa muito para trocar mensagens. “Os alunos usam muito o *FB*, entre eles pois estão sempre conectados (*on-line*) e as mensagens chegam mais rápido por meio dos posts do *FB* que eles mesmo postam.” Tutor nem tanto. Ele prioriza o grupo de discussão para falar com petianos. “Entre si, eles usam muito o *FB*.” “Eu respondo uma ou outra coisa que eles colocam no *FB*”. “Então, prá conversarem entre si, para prepararem aulas, esse tipo de coisa, eles usam o *FB*. Para lidar com a comunidade, não”; “...nas ações de ensino e de pesquisa eles utilizam o *FB*; nas ações de extensão, não.” As ações de extensão são “muito ‘in loco’”; “...as ações de estudo, grupos de estudo e discussão, eles usam muito a internet e em particular o *FB*.” Apesar de ser uma pagina fechada, não há maiores obstáculos para a adesão de novos

amigos. “É fechado para evitar que qualquer um fique postando.” “Tem alguns professores colaboradores que entram, conversam com eles. “Funciona como um mural de recados, podemos dizer.” “E os alunos usam muito para distribuir informações entre eles.”

Tutor 03

Tutor não usa muito o FB com o grupo. Usa-o para comunicados, combinações etc., mas não têm uma página oficial no FB. FB não é formalmente utilizado do processo pedagógico. “Ele é apenas um meio de se combinar algumas coisas”. Tutor tem perfil no FB, mas a comunicação acontece no Moodle e seus chats e fóruns. FB é mais usado pelos petianos numa perspectiva de socialização principalmente.

Tutor 04

FB “acaba sendo uma ferramenta muito mais individual dos estudantes. “Ele (FB) é muito mais uma ferramenta dos estudantes do que propriamente uma ferramenta de articulação de trabalho” “Ele acaba sendo um espaço mais informal de comunicação.” Não tem página oficial no FB. Petianos têm seu perfis no FB e usam o FB com frequência : “Ele acaba sendo uma forma, não sei se de recreação, mas uma forma de comunicação mais informal.” Função do FB: socialização. Tutor lê as postagens de petianos, mas declara haver muitos espaços virtuais na IES para que “dê conta” de todos com assiduidade. “É um volume de informação muito grande que a gente recebe todo dia.”

Tutor 05

Grupo tem página oficial no FB. Tutor participa da interação pois é “acionada” por petianos. Petianos compartilham conteúdos no FB. Tutora procura interagir para “aproximar diálogo”. Os membros da página são os alunos do curso de Pedagogia. O FB é importante ferramenta na organização de encontros regionais e nacionais. Tutor acha que o FB é tanto recreacional como educacional. Há entretenimento e socialização “principalmente no compartilhamento das imagens, fotos, os eventos, mas também, de certa forma, acaba atingindo um caráter formativo”. Tutor orienta pelo FB. “É mais fácil encontra um aluno específico.” Petianos demoram mais abrir e-mails. As postagens do FB são mais rápidas. Tutor manda recados a petianos pelo FB. Nos projetos de extensão com sujeitos adulto da zona rural interação via FB é mais “escasso”. “Quando a clientela é de jovens recorre-se mais ao FB como “ferramenta de conversa”.

Tutor 06

Comunicam-se “basicamente” pelo FB por ser “bem mais ágil”. Tem página oficial no FB. FB é a ferramenta mais importante por ser mais “eficaz”. “O benefício é a efetividade na comunicação que é disseminada rapidamente.”

Tutor 07

Grupo tem página oficial no FB. Petianos usam muito o FB. Tutor tem perfil no FB e interage com petianos. Grupo usa “muito o FB nos projetos de extensão com os líderes das comunidades. Não usa FB com a comunidade em si, pois nem todos ‘tem inserção digital’”. Segundo Tutor, os “jovens”, usam o FB mais para recreação e socialização entre eles do que por razões acadêmicas. Tutor acha que petianos devem “ser educados no sentido da possibilidade política e acadêmica do FB”. Tutor acha que ele, tutor, deve “passar isso aos petianos”. Pagina no FB é aberta para outros grupos PET e o publico universitário. Desenvolvem projeto de inserção digital para idosos e estes acabam sendo um dos “amigos da pagina”.

Tutor 08

Comunicam-se com os meios “tradicionais” (encontros presenciais) já que nem todos estão inseridos digitalmente e as conexões são “péssimas”. Petianos, porem, “estão *on-line* na internet”, tem e-mail (grupo de discussão) e perfis do FB. Tutor gosta do FB e da possibilidade de compartilhamento. Não tem pagina oficial no FB. Tutor tem perfil no FB, mas sua rotina não permite acompanhar postagens tal é sua frequencia. Parte da comunidade (os inserido) fazem uso do FB. Enfatiza a ida do grupo a campo em lugares onde não há internet. Nesses povoados, a escola tem computadores mas não tem internet. “Ficam os computadores ficam sem uso.” Quando enviam um e-mail para o professor, informam-no do feito pelo celular.

Tutor 09

Tem página oficial no FB, “...(que) tem servido para dar visibilidade as atividades do PET.” Não usam o FB com sujeitos dos projetos de Extensão, porém, quando vão a uma comunidade, divulgam os endereços de seus espaços virtuais. “São as pessoas da comunidade que vêm a nós, dessa forma.” Tutor interage com petianos no FB, posta atividades, conversa com petianos. “Há o uso disperso de recreação e questões acadêmicas. “Eu, quando entro lá, trato de assuntos acadêmicos com eles.”

Tutor 10

Comunicam-se principalmente em reunião presencial semanal, que proporciona postagens no FB. Comunidade envolvidas em projetos de Extensão não se comunica com o grupo via FB. Não têm pagina oficial no FB. Membro tem perfis individuais no FB onde repercutem coisas do grupo. Tutor aparentemente distante do FB.

Tutor 11

Grupo tem pagina oficial no FB que é atualizada por petianos. Os “amigos” (além de petianos) são alunos do curso de Pedagogia, docentes e egressos. Alunos do mestrado em Educação também acessam a pagina. FB é relevante apesar das “dificuldades” que algumas “pessoas” encontram,

dificuldades até culturais; algumas “pessoas tem resistência”. Tutor as considera FB importante. Esse “medo” é relativo a questão da privacidade. Tutor tem seu perfil no FB e interage com petianos esporadicamente. Tutor raramente interage com outros tutores via FB. Indivíduos externos dos projetos de Extensão não se comunicam com grupo pelo FB, pois escolas com as quais o grupo trabalha não usa FB.

Tutor 12

Grupo tem pagina no FB, usada para “comunicação social”, divulgação de eventos, etc. Tutor tem perfil individual no FB e interage ali com petianos. Tutor acha que a socialização e o acadêmico se associam no FB. FB é basicamente “divulgador de informações”. Indivíduos de comunidade onde projetos de Extensão são desenvolvidos não interage com o grupo via FB devido a dificuldade de acesso à internet.

Tutor 13

Tem uma pagina oficial no FB que é mais usada como meio de comunicação com o publico externo: estudantes não participantes do PET, o publico geral da cidade do interior onde se acha o campus da IES. A pagina é aberta a todos. Divulgam, compartilham comunicações a respeito de TICs, inovações etc. Tutor acha que o FB tem papel mais socializate/recreativo, entretanto publicam links para lugares vituais importantes para formação dos alunos. Tutor não participa do FB com perfil pessoal, mas pode eventualmente interagir no espaço da pagina oficial do PET no FB.

Tutor 14

Tutor não usa FB na gestão do Programa, a rigor/de forma geral. “Usamos o FB para contatar outras pessoas, relacionadas a um encontro regional, por exemplo.” Petianos, individualmente usam FB. Tutor não participa “desse tipo de comunicação” Sua agenda é muito restrita. Teme não conseguir acompanhar o que acontece no FB. “O grupo pensa diferente. Não sei a dimensão, mas sei que é muito.” Grupo não tem pagina oficial no FB. Tutor se diz “não é avesso ao FB”, mas FB não cabe na organização do seu processo de trabalho. “Nosso grupo se comunica muito presencialmente. As discussões são presenciais.”

Tutor 15

Há muita comunicação no FB. “A gente descobriu que os e-mails levam menos tempo para ser lidos quando são informados no FB quando alguém posta algo a respeito (do conteúdo dos e-mails).” “Então, usamos o FB direto.” “Com as pessoas de fora da IES em projetos de extensão, a comunicação via FB é menor.” Tem página oficial no FB. Os “amigos” da página limitam-se a pessoas diretamente relacionado ao Programa, mas há também egressos. “Estão em contato direto lá.” A página é fechada e

tem um petiano coordenando. “Do ponto de vista do PET, o uso que os alunos fazem do FB é basicamente acadêmico apesar de haver brincadeiras às vezes.”

Análise de Dados: Inferências com relação ao uso do Facebook

1) Quanto ao grupo ter ou não página oficial no FB:

T1 - Grupo têm página oficial no FB; T2 - Grupo tem página oficial no FB; T3 -... não têm uma página oficial no FB; T4 - Não tem página oficial no FB; T5 - Grupo tem página oficial no FB; T6 - Tem página oficial no FB; T7 - Grupo tem página oficial no FB; T8 - Não tem página oficial no FB; T9 - Tem página oficial no FB; T10 - Não têm página oficial no FB; T11 - Grupo tem página oficial no FB; T12 - Grupo tem página no FB; T13 - Tem uma página oficial no FB; T14 - Grupo não tem página oficial no FB; T15 - Tem página oficial no FB.

2) Quanto ao menor ou maior grau de envolvimento/entusiasmo do Tutor com FB:

T1 - Tutor tem perfil no FB e tem “amigos” de outros grupos PET no FB; T2 - Tutor nem tanto. Ele prioriza o grupo de discussão para falar com petianos. “Eu respondo uma ou outra coisa que eles colocam no FB”; T3 - Tutor não usa muito o FB com o grupo; T4 - Tutor lê as postagens de petianos, mas declara haver muitos espaços virtuais na IES para que “dê conta” de todos com assiduidade. “É um volume de informação muito grande que a gente recebe todo dia.” T5 - Tutor participa da interação pois é “acionada” por petianos. Petianos compartilham conteúdos no FB. Tutora procura interagir para “aproximar diálogo”. Tutor orienta pelo FB. “É mais fácil encontrar um aluno específico.” Tutor manda recados a petianos pelo FB; T6 - não diz; T7 - Tutor tem perfil no FB e interage com petianos. Tutor acha que petianos devem “ser educados no sentido da possibilidade política e acadêmica do FB”. Tutor acha que ele, tutor, deve “passar isso aos petianos” ; T8 - Tutor gosta do FB e da possibilidade de compartilhamento; T9 - Tutor interage com petianos no FB, posta atividades, conversa com petianos; T10 - Tutor aparentemente distante do/alheio ao FB; T11 - FB é relevante apesar das “dificuldades” que algumas “pessoas” encontram, dificuldades até culturais; algumas “pessoas tem resistência”. Tutor as considera FB importante. Tutor raramente interage com outros tutores via FB; T12 - Tutor tem perfil individual no FB e interage ali com petianos; T13 - Tutor não participa do FB com perfil pessoal, mas pode eventualmente interagir no espaço da página oficial do PET no FB; T14 - Tutor não usa FB na gestão do Programa, a rigor/de forma geral. T15 - “Então, usamos o FB direto.”

3) Quanto ao uso do FB com extensionistas:

T1 - A comunidade se comunica pelo e-mail da universidade e FB; T2 - “Para lidar com a comunidade, não”; “...nas ações de ensino e de pesquisa eles utilizam o FB; nas ações de extensão, não.”; T3 - não diz; T4 - não diz; T5 - “Quando a clientela é de jovens recorre-se mais ao FB como “ferramenta de conversa””; T6 - não diz; T7 - Grupo usa “muito o FB nos projetos de extensão com os líderes das comunidades”; T8 - Parte pequena dos membros da comunidade (os digitalmente inseridos) fazem uso do FB; T9 - “São as pessoas da comunidade que vêm a nós.”; T10 - Comunidade envolvida em projetos de extensão não se comunica com o grupo via FB; T11 - Indivíduos externos dos projetos de extensão não se comunicam com grupo pelo FB, pois escolas com as quais o grupo trabalha não usa FB; T12 - Indivíduos de comunidade onde projetos de extensão são desenvolvidos não interage com o grupo via FB devido à dificuldade de acesso à internet; T13 - não diz; T14) não diz; T15 - “Com as pessoas de fora da IES em projetos de extensão, a comunicação via FB é menor.”

4) Quanto à menção de que FB proporciona mais fluidez aos informes do grupo:

T1 - não há; T2 - “Os alunos usam muito o FB, entre eles pois estão sempre conectados (*online*) e as mensagens chegam mais rápido por meio dos posts do FB que eles mesmo postam.”; T3 - não há; T4) não há; T5 - Petianos demoram mais abrir e-mails. As postagens do FB são mais rápidas; T6 - Comunicam-se “basicamente” pelo FB por ser “bem mais ágil”; T7 - não há; T8 - não há; T9 - não há; T10 - não há; T11 - não há. T12 - não há; T13 - não há; T14 - não há. T15 - “A gente descobriu que os e-mails levam menos tempo para ser lidos quando são informados no FB quando alguém posta algo a respeito (do conteúdo dos e-mails).”

5) Quando sujeitos indicam função ao FB (usam-no para quê?)

T1 - não indica; T2 - “Funciona como um mural de recados, podemos dizer.”; T3 - não indica; T4 - “Ele (o FB) é muito mais uma ferramenta dos estudantes do que propriamente uma ferramenta de articulação de trabalho”; T5 - O FB é importante ferramenta na organização de encontros regionais e nacionais Tutor acha que o FB é tanto recreacional como educacional. Há entretenimento e socialização “principalmente no compartilhamento das imagens, fotos, os eventos, mas também, de certa forma, acaba atingindo um caráter formativo”; T6 - Comunicam-se “basicamente” pelo FB por ser “bem mais ágil”; T7 - não indica; T8) não indica; T9 - Página oficial no FB, tem servido para dar visibilidade às atividades do PET.”; T10 - Comunicam-se principalmente em reunião presencial semanal, que proporciona postagens no FB; T11 - não indica; T12 - Pagina oficial no FB usada para “comunicação social”, divulgação de eventos, etc. T13 - Tem uma pagina oficial no FB que é mais usada como meio de comunicação com o

publico externo: estudantes não participantes do PET, o publico geral da cidade do interior onde se acha o campus da IES. Divulgam, compartilham comunicações a respeito de TICs, inovações etc. “...publicam links para lugares virtuais importantes para formação dos alunos.”

T14 - “Usamos o FB para contatar outras pessoas, relacionadas a um encontro regional, por exemplo.”; T15 - não indica.

6) Se indicam uso meramente socializante/recreativo do FB.

T1 - não diz; T2) não diz; T3 - FB é mais usado é mais usado pelos alunos numa perspectiva de socialização principalmente. T4 - não diz; T5 - não diz; T6 - não diz; T7 - Segundo Tutor, os “jovens”, usam o FB mais para recreação e socialização entre eles do que por razões acadêmicas T8 - não diz; T9 - Há o uso disperso de recreação e questões acadêmicas “Eu, quando entro lá, trato de assuntos acadêmicos com eles.”; T10 - não diz; T11) não diz; T12 - Tutor acha que a socialização/recreação e o acadêmico se associam no FB; T13 - não diz; T14 - não diz; T15 - não diz.

3 Transcrição das entrevistas dos Gestores MEC

a) Gestor MEC 1 (Colhido em 12/08/13)

“Inicialmente eu fui convidado para participar de uma avaliação do PET, ainda antes da Lei do PET. (Não lembro exatamente a data): era final de 94, início de 95. O prof. Maculan era secretário da SESu; o diretor da DEPEM (?) era o prof. Celso Carneiro [...] e a prof. Iguatemi, que era então a coordenadora do PET. Ela que atuava na coordenação do PET. Ai, nós participamos dessa avaliação. Fomos convidados a participar da comissão de avaliação. Posteriormente (01:07), foi criado, em função da lei que aprovou o PET, foi criada a primeira avaliação e um Conselho que avaliava essas avaliações. Então, num primeiro instante, com a presidência do prof. Maculan (?), foi feita essa avaliação. Na época, ainda, o Secretário Executivo seria o futuro Ministro do MEC, Fernando Haddad, atual prefeito de São Paulo. Ele também participou de várias reuniões que havia da Comissão de Avaliação, mostrando o interesse e a preocupação do Ministério com o Programa. (01:57) Toda essa trajetória. Tanto é que no prazo, (relativamente curto) ... Eu não lembro exatamente quando o Tarso Genro assumiu, mas quando eles assumiram, o PET estava numa situação que... ele era da CAPES depois foi pra SESu e ficou numa situação meio complexa no final do governo FHC (02:24). Logo em seguida, com as ações do prof. maculan (?), do ministro Fernando Haddad, veio a regulamentação do PET. Saiu a Lei. O pagamento das bolsas e todo o problema do custeio era um entrave muito grande para o desenvolvimento (02:41). Não aumentava o número de grupos. Logo em seguida veio o primeiro Edital para mais grupos. Os número de grupos estava congelado. Então, com a regulamentação do Programa, a prof. Iguatemi lança o primeiro Edital para a criação de novos grupos. Ela, com o prof. Celso e com o prof. Maculan. Tem a avaliação. O conselho se reuniu para fazer essa avaliação. Essa foi a primeira avaliação depois da legislação: ou seja depois da Lei e da Portaria, [...] os quais eram os dois marcos regulatórios do PET (03:34). Houve uma avaliação antes da regulamentação, para qual eu fui chamado (a participar), como fui chamado a participar da primeira avaliação depois da lei e da portaria, se não me engano, foi em agosto ou setembro de 2005 (03:40). Em 2006, houve algumas reuniões, alguma coisa ...; mas quando vem 2007, o Ministro Haddad continua Ministro no segundo mandato do governo Lula e a prof. Iguatemi foi convidada para ser, na época, a Diretora da DEPEM (o que é?) (04:08) e ela me convidou para assumir a coordenação do

PET, na DEPEM, o cargo que ela até então ocupava (04:19). Aí, eu vim para o MEC e comecei a atuar na coordenação do Programa. Antes disso, eu era então o representante dos avaliadores no Conselho Superior do PET. Não sei se esse era o nome na época [...] (04:58). Quando da minha vinda para o MEC, juntamente com a prof. Iguatemi, a parte mais difícil já estava toda pronta. Foi um trabalho muito árduo da prof. Iguatemi, do prof. Celso, do prof. Maculan e do Ministro Haddad. Então todo esse trabalho de novos editais para novos grupos, o conselho superior, a avaliação... Então isso já vinha dentro de um fluxo... tudo funcionando... já em movimento (05:30). O grande desafio, e isso era a grande dificuldade na época, era exatamente o problema de como repassar o dinheiro para as instituições: as descentralizações e convênios. A dificuldade era devido ao fato de que algumas IES demoravam em mandar o Plano de Trabalho ou tinha problemas para receber o dinheiro por alguma pendência que a IES tinha (com a Administração Pública). Enfim, todo começo de ano era uma dificuldade muito grande. (06:01) Outro ponto também foi que, nesse período, foi feito um trabalho, um levantamento, um estudo coordenado pela prof. Ana e a prof. Iguatemi, do qual eu também participei, de um estudo do PET. Foi feito um estudo, foi feito um trabalho onde se tentava ver os egressos do PET. (06:25) A prof. Iguatemi era ainda a Diretora. Eu e a prof. Ana Iole (?), da UFC trabalhamos nesse programa (projeto?), então foi feita essa avaliação dos egressos do PET. Então tivemos esses dois instrumentos (de avaliação?) e nesse período, já havia uma discussão (sobre) importância do PET como programa acadêmico. Ou seja, sendo a Sesu a Secretaria de Educação Superior, o PET, dentro das várias ações que havia, era um programa de inovação acadêmica dentro do MEC. Ele se transformava numa maneira de como que o MEC incentivava, financiava grupos que discutiam formas de como você podia trabalhar melhor vários conceitos. Ou seja, como é que a educação podia ser mais integrada, usando o ensino, pesquisa, extensão e a formação cidadã. (07:40) Então, envolvendo esses quatro aspectos, todo o trabalho do MEC era no sentido de vocês (quem?) desenvolver essas ações. Nesse período, regulariza-se... tudo já começa a ter o aumento de grupos, cuja previsão já havia sido estudado anteriormente. A partir desse momento, o Programa... o grande desafio do Programa era como resolver o problema do pagamento das bolsas, para evitar os atrasos, e melhorar a avaliação (08:18). Já havia a estrutura de você ter uma situação de você ter o Planejamento. Então, nós demos início a avaliação do Planejamento; começamos a estimular, a exercitar, a avaliação pelos pares; então, nós começamos a enviar aos tutores para que eles avaliassem, o Planejamento de outros pares (08:40). Isso tinha o efeito tanto de fazer uma avaliação e também ver o que os outros estavam fazendo. Isso possibilitou um efeito pedagógico muito interessante na medida em que você começa a ver o que os outros estão fazendo também. Então, as boas práticas começam a ser disseminadas e aquilo começa a fazer parte da coisa (09:04). Ainda, num primeiro instante, a coisa era feita pelo Correio; havia demora no envio e demora na resposta; então, ainda não era ainda uma situação razoável: de você ter uma agilidade necessária para você ter uma avaliação mais efetiva (09:21). Houve também nesse período um trabalho no sentido de estruturar o PET com sistemas computacionais minimamente funcionais (09:32), um sistema de informação, para que toda essa parte da (logística) da avaliação, o planejamento, o envio de documentos, essa coisa toda, pudesse ser de um maneira mais rápida e que você pudesse distribuir isso entre comunidade para fazer uma avaliação pelos pares (09:51).

Como se dava/era estruturado o pagamento/a transferência da verba de custeio aos grupos?

(09:57) Nos primeiros anos (depois da regulamentação?) eram feitas as descentralizações (e convênios) era repassado o dinheiro para a IES e esta fazia a distribuição entre seus grupos. Nesse sentido, os grupos eram sujeitos a compras de acordo com a política da IES; eles não usavam o dinheiro para comprar coisas específicas do grupo deles (10:26). O dinheiro ia para o orçamento da IES. Uma vez que você fazia a descentralização, esse dinheiro caía no orçamento. Quando da discussão (da situação), o ministro Haddad e o Secretário Executivo, Paim, eles trabalham no sentido de viabilizar que esse (transferência) dinheiro pudesse ser feito de outra maneira (10:48). Numa reunião com o Prof. Jorge Guimarães, da CAPES, ficou acertado, na oportunidade, que a parte do

custeio ficaria de responsabilidade da CAPES. Por quê? A CAPES tinha uma tradição bastante grande de agilidade nesse (tipo de) processo e era uma maneira de cada tutor do PET ter liberdade de usar o dinheiro de uma maneira mais eficiente com relação a seu grupo. Então, a bolsa seria paga pelo FNDE e o custeio seria feito (pago) pela CAPES (11:22). Foi o acertado. Essa era uma maneira de fazer com que o dinheiro chegasse mais rapidamente ao tutor. Isso aí (esse arranjo) depois teve alguns outros problemas, que, acredito os coordenadores que me sucederam saberão descrever melhor. Nesse ínterim, o que temos? Nós temos o PET como sendo um programa de inovação acadêmica; ele, de certa forma, é muito importante por que é nesse período que acontece o REUNI (11:54). Dentro dos programas do REUNI, havia toda uma preocupação de inovação acadêmica, essa coisa toda (12:04). E se estimulou a formação de novos grupos [...] antigos, no sentido de mostrar o monte de coisas que já estavam sendo feitas pelos grupos PET e muito de inovação acadêmica já vinha acontecendo (12:22). O PET tem toda uma trajetória virtuosa de coisas que vêm sendo feitas desde sua criação. Nesse ínterim, era possível você estimular e propagar as boas práticas dos grupos PET, que vinham trabalhando nos vários segmentos. (12:41)

Como foi o processo de implantação dos sistemas de informação?

Havia dois problemas. O primeiro era a um sistema de informação para os pagamentos das bolsas e dos custeios; e o outro era um sistema de informação de gerencia; de como avaliar os Planejamentos e os Relatórios. Na medida em que o PET começou a ficar uma coisa grande - se olharmos o crescimento do PET nesses últimos cinco anos, é uma coisa impressionante. (13:31) Hoje ele é um programa muito mais robusto de quando da aprovação da lei. Se você comparar o PET em 2005 e em 2013, houve um grande aumento de grupos. Houve, depois, posteriormente a junção com o Conexões de Saberes, após a qual o PET começa a ter também um outro tipo de visão, no sentido de explorar outras vertentes de inovação acadêmica, algumas mais de um lado outras mais de outro; então esse programa de excelência acadêmica, formação cidadã e inovação acadêmica, ele vem se consolidando; ele já uma prática já consolidada, ele simplesmente ampliou-se e, hoje em dia, você tem grupos PET em praticamente todas as universidades do Brasil (14:34). Outro ponto foi com relação ... assim, você tinha que ter um sistema de informação que desse agilidade para o gestor e para os próprios... que oferecessem respostas. Porque a avaliação não é só para você arrumar números. Ela é importante para o grupo em si, para o avaliado, de forma que esse grupo ele consiga, de posse de uma avaliação rápida, corrigir algumas distorções ou contra-argumentar mesmo: “olha eu não concordo com essa avaliação; eu acho que o que estou fazendo é a melhor prática”, etc. De qualquer maneira, ter esse espaço do contraditório... Então, isso tem que ser ágil. (15:18) E para você ser ágil, você tem que ter uma resposta rápida dos consultores ad-hoc, que, em sua maior parte, são os próprios (tutores, e não consultores) (15:30) então tínhamos que ter esse sistema. Inicialmente, a gente começou a usar o SigProj, que era um sistema que estava na época ... todo esse trabalho da mudança para o pagamento das bolsas diretamente na conta corrente... Isso era um desejo do ministro Haddad e todos os entraves burocráticos... a coisa mais importante aqui agora é que eles foram, de (certa maneira), facilitados com a ajuda da Secretária na época, a prof. Maria Paula Dallari (16:09). Ela deu uma grande contribuição com sua inteligência e disposição no sentido de como contornar os entraves que havia para que se pudesse repassar o dinheiro para o FNDE, para CAPES, essa coisa toda. Isso deu (muito) trabalho na época, mas, com a ajuda da Secretária (consequimos o que planejávamos) (16:28)

Como foram as negociações com a CAPES?

Foram tranquilas. Num primeiro instante deu um pouco de trabalho, o que é inerente a quando você coloca um programa relativamente pequeno dentro de uma estrutura muito grande. Isso dá (causa) certa dificuldade, mas com a colaboração muito importante do pessoal do FNDE, nós conseguimos começar o pagamento. E a partir do momento que começou... o sistema (SGB) não facilitava a gestão: você não tinha como executar uma gestão mais eficiente. Ele era um sistema de pagamento e o (gestor) tinha que fazê-lo meio que manualmente (17:18). (Em um sistema de gestão ideal) você pode fazer perguntas do tipo: qual o tempo médio de um bolsista, por que (determinado) grupo está

trocando bolsistas com muita frequência, qual o prazo (?) do tutor (etc.). Ou seja, você senta lá e você tem essas perguntas (respostas?) e o gestor do sistema tem condições de verificar (17:39): qual a universidade que troca de alunos mais rapidamente, qual o grupo que está trocando a toda hora de tutor, qual o tempo médio (etc.) Essas coisas são importantes e o SGB não possibilitava isso diretamente. Então, a gente usava o SIGProj para o pessoal encaminhar os planejamentos e as avaliações e aí, começa né, os editais e a submissão de novas propostas. Isso foi interessante porque todo o corpo de tutores começa a participar da avaliação (18:17). Considerando que o PET é um programa acadêmico é importante que ele seja olhado por todos os olhares da academia: o olhar da extensão, o olhar da pesquisa, o olhar do ensino, o olhar do próprio PET. As Comissões de Avaliação elas eram mitigadas (?) por membros de todos os segmentos e isso dava o tempero correto para pontuar o sistema como um todo. As boas práticas eram estimuladas, divulgadas (pois) era importante que uma pessoa da pesquisa olhasse a pesquisa que estava sendo feito no PET; o da extensão a mesma coisa; da formação cidadã, a mesma coisa. Isso foi uma prática que a prof. Iguatemi já tinha dado início, ou seja, a de possibilitar essa mitigação com todos os segmentos da universidade: o segmento científico, o segmento da extensão, o segmento do ensino. Em alguns casos, essas pessoas são as mesmas, mas era importante que você tivesse a visão do administrador. Muitos dos nossos avaliadores eram vice-reitores, reitores, como, por exemplo, o reitor da UnB, que foi membro da Comissão de Avaliação do PET. Ele tinha sido pró-reitor de graduação. A gente sempre convidava pessoas que tinham transitado..., que tinham idéias no sentido de como um programa acadêmico dessa importância poderia impactar mais a universidade (20:02).

Como vocês se comunicavam?

Usávamos o e-mail do MEC. Não tínhamos nenhum grupo de discussão específico. Os tutores tinham seus grupos, tinham suas listas de discussão, mas nós não, nós especificamente falávamos ponto a ponto. Quando tínhamos que mandar mensagem para todos os avaliadores, nós mandávamos mensagens para cada um deles (20:43).

Qual o papel do CENAPET?

Ele realizava reuniões regionais e uma reunião nacional anual durante o Encontro Nacional do PET que era realizado junto com o congresso anual da SBPC. Sempre que fomos convidados e nossa agenda permitiu, nós participamos desses eventos. Em alguns casos, principalmente quando ainda tínhamos problemas para o pagamento das bolsas, era normal que os alunos reclamassem. A Principal reclamação era que a gente sempre recebeu era com relação ao problema da bolsa; por parte dos tutores era seu desejo de contribuir na avaliação do Programa, achando que a contribuição deles tinha que ser maior e nós mostrando que essa contribuição vinha se ampliando, tanto é que posteriormente na Comissão de Avaliação do PET, nós tínhamos um número muito grande de tutores que atuavam diretamente na avaliação também (22:16). Eles eram indicados e faziam parte do Conselho Superior do PET. Eles tinham suas reivindicações, mas nós tínhamos de colocar claramente que o PET era um programa da SESu e a SESu tinha, através de sua diretoria, da SESu e do MEC, tinha uma política clara do que queria fazer com relação a esse programa que é um programa importantíssimo de inovação acadêmica. Era uma relação que eu entendo como normal: eles representando os tutores com uma agenda própria, e nós representando o MEC com a nossa agenda. Então, acho que essa é uma coisa normal de dois grupos... Uma coisa importante é que os dois grupos, eu entendi sempre assim, que qualquer que fosse a reivindicação ou situação mais forte por parte de qualquer um dos setores, os dois grupos pensavam uma coisa só: o engrandecimento do PET (23:39). Durante o período em que eu estive à frente do Programa, eu sempre entendi que eles lutavam para que o PET aumentasse o número de grupos, para que se aumentasse o (valor) das bolsas, o aumento do custeio... Então, era uma agenda normal e natural. Eles acreditavam no Programa e eles tinham a certeza que queriam o melhor para o Programa; e nós, pelo lado do MEC, nós dávamos o máximo da gente, com as dificuldades inerentes de você gerenciar um programa dentro de uma estrutura grande como essa, e nós sempre fizemos o que achávamos fosse o melhor, dando nossa contribuição e inteligência no sentido de que o Programa

crescesse, tivesse uma estrutura de avaliação que fosse cada vez mais melhorando (24:40). Na medida em que o pagamento das bolsas passa a ser feito (eletronicamente), depois do cadastro inicial, que nos deu muito trabalho, a agenda muda (25:00). Então aquele negócio (problema) do pagamento das bolsas em dia já não existe. Aí, tivemos a dificuldade com o pagamento do custeio (pela CAPES). Eu saí nessa época e só acompanhei um pouco de longe. Infelizmente, as coisas não saíram à contento. Houve grupos que conseguiram receber o custeio tiveram uma rapidez; (outros não) pois tinham que preencher corretamente formulários, a estrutura era diferente, e tudo aconteceu muito rapidamente. Não tenho os números, mas acho que a maioria dos grupos tenha conseguido receber o custeio. Mas isso não é suficiente. O importante para o gestor é que 100% dos grupos recebessem a verba de custeio corretamente, na hora certa. Eu saí do MEC em novembro de 2009. A partir daí, o prof. Murilo entrou e toda a parte informatizada (tinha sido instalada) o dinheiro estava descentralizado... [...] tem todo o trâmite de como repassar o dinheiro de um órgão para o outro, das 3 burocracias, do MEC, do FNDE e da Capes se azeitassem para que o dinheiro saísse na hora certa (27:00), o repasse, essa coisa toda, isso deu um certo trabalho até essa coisa entrar no dia a dia, mas com o apoio tanto do MEC na SESu quanto da Capes e do FNDE, sempre encontramos muito boa vontade para resolver os problemas. Sempre os técnicos estavam dispostos a contornar dificuldades. Houve situações, na Capes (por exemplo) que quando tudo estava resolvido, a pessoa responsável saía, ou ia para um outro setor, aí tínhamos que começar tudo de novo, o que era uma coisa limitante. Na época isso era subordinado a uma coordenação, da diretoria do prof. Emídio que eram solícitos e com boa vontade, com dedicação e vontade de resolver. Todo mundo queria resolver os problemas. Então acho que isso foi um fator que possibilitou esse desenlace dessa forma (28:36). Infelizmente, a parte relacionada ao custeio não funcionou direito, mas parece que ela foi resolvida agora. A gente falou mais da parte operacional, mas é extremamente importante que fique bem claro a importância do PET e o significado do PET nesse período todo como inovação acadêmica e que formou um grupo de alunos (e tutores) que ao saírem do PET, que não só são excelentes alunos do ponto de vista acadêmico, mas, mais que isso, são pessoas comprometidas com a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro. Isso eles sempre desenvolveram com muita competência no PET. Fizemos um estudo sobre os egressos do Programa, e sempre que a gente, conversando informalmente um com o outro, a gente sempre (comentava) que ao encontrar alguém que participou do PET, sentia-se o orgulho de ter participado do Programa; a forma de se expressar de forma clara [...] uma pessoa comprometida... Esse DNA do PET, essa preocupação com a responsabilidade social, com a qualidade de vida do povo brasileiro, a excelência acadêmica. Percebe-se isso claramente ao se conversar com um aluno do PET.

Obrigado, Prof. (30:45)

b) Gestor MEC 2 (Colhida em 23/05/2013)

(00:02) [...] para servir de subsídio naquela expansão do PET que houve em 2010. Ali a gente fez uma avaliação de quantos programas existiam, como estavam distribuídos etc., para justamente lidar com aquela expansão que era também a integração do Conexões de Saberes com o PET.

Como aconteceu a junção/união dos programas PET e Conexões de Saberes?

(00:36) Essa é uma história interessante. O PET tem uma lei específica através da qual é possível o pagamento de bolsas para os tutores-professores e para os estudantes. Uma coisa toda regulada direitinho etc. Por outro lado, aí estou falando de uma primeira vertente, por outro lado, o Conexões de Saberes era um programa que existia baseado em editais, baseado em descentralização de recursos para as universidades para que as universidades pagassem as bolsas aos estudante, e tudo, e havia uma preocupação muito grande na época, 2010, para consolidação do programa Conexões de Saberes por parte da SECADI através do André Lázaro. A gente conversou muito.

Consolidação é o quê?

(01:55) Antes, digamos assim, o Conexões de Saberes ele era, digamos assim, um programa baseado em descentralização de recursos para que as bolsas pudessem ser pagas pelas universidades. Tinha uma Portaria Normativa do Ministério da Educação, mas só isso. O PET, não. O PET é um programa que tem uma lei específica, é bem organizado etc. E a demanda dos Conexões de Saberes, ou grande parte deles (grupos?) precisavam ter uma consolidação desses programas para que, com eventuais mudanças no governo, como aconteceu de 2010 para 2011. (Os programas ficariam?) assim salvo-guardados e poderiam, digamos, perseverar (?). O Conexões de Saberes é um programa interessante. Essa foi a demanda que foi colocada pelo André Lazaro para que a gente pudesse integrar os programas PET com o Conexões de Saberes num mesmo contexto. Por outro lado, na SESu, nós tínhamos também o interesse, muito discutido com a Secretária Maria Paula na época, até com o Ministro, de ampliar o contexto e objetivos do programa PET para que se visse além do foco atual existente, que seria os grupos PET orientados aos cursos, para que se tivesse uma movimentação de qualidade nos cursos, mas que servisse também para fazer com que alguns grupos tivessem um escopo mais amplo dentro da universidade. A gente não queria mudar o PET que já existia. Os grupos PET curso. O que a gente queria era criar outros programas aos moldes do PET para favorecer nas universidades grupos PET com escopo mais institucional, para favorecer que houvesse uma melhor formação dos estudantes ingressantes. (04:00). Ou seja, grupos de estudantes, já na universidade com boas notas, poderiam ser tutorados por um professor e esses estudantes, junto com o professor-tutor, organizasse um movimento para tutoria de estudantes ingressantes e (que?) facilitasse ou viabilizasse uma melhor (04:28) afiação (?) a vida universitárias dos estudantes ingressantes. Então, a gente teve, a partir de 2004/2005, um crescente movimento nas universidades públicas de fomento a maior democratização da universidade no sentido de ter cotas para estudantes negros, cotas sociais, ações afirmativas de forma geral. (04:55) E com isso a universidade começou a receber estudantes de classes populares que não tinham aquela formação que era esperado daqueles que passam no vestibular, aquele processo seletivo todo. Então o objetivo era fazer com que aqueles estudantes ingressantes dessas classes mais populares tivessem o mesmo nível de oportunidade que os outros. (05:21) Então, para isso, esses grupos PET institucionais atuavam. Então juntou três escopos diferentes: primeiro, uma consolidação maior do programa PET através do aumento do número de grupos; segundo, a criação dessa categoria nova de grupos PET de contexto institucional para que a instituição pudesse melhorar o envolvimento dos estudantes ingressantes através de programas de cotas (05:44) ou estudantes de classes populares que não tinham a formação básica no sentido de oferecer a integração desses estudantes na universidade, para que eles tivessem a mesma chance que outros e também a consolidação do foco no Conexões de Saberes através da introdução (inserção?) desses grupos dentro do programa PET. (06:04) A idéia foi essa. Isso foi muito bem discutido com muita gente. (No entanto, houve gritaria). Existia um nível de elitização (ênfatisa a palavra) bastante acentuado de muitos grupos PET. Alguns não aceitaram bem. Não tem que mexer em nada, etc. Na realidade, o que a gente queria era não mexer naqueles que existiam, nem na política (?), (06:40) que deviam continuar da maneira que fosse (?) com aqueles mesmos objetivos, mas ampliar para outras categorias de grupos. Tanto é que, na reformulação da (nova) Portaria Normativa do PET a gente deixou de ter especificamente o limite de 12 alunos e um tutor. Os grupos poderiam ser maior (07:03) dependendo do contexto e do objetivo. Então, o que a gente fez foi, de certa maneira, flexibilizar o Programa de maneira de, não só de (comportar?) o Programa que existia, mas também (ter?) um viés de PET para o Conexões de Saberes e um outro viés do PET, digamos, mais institucional (07:21). Inclusive houve (reações?), no contexto desta Portaria (a 976), foi (saiu) às véspera do encontro nacional do PET de julho de 2010; a Portaria foi publicada num dia, e dois dias depois eu estava na encontro nacional da SBPC (encontro nacional do PET também). Aí, (vi) todo mundo se movimentando: os tutores, digamos mais conservadores, queriam acabar com aquilo (08:00). (Insisti) que não vamos acabar com nada. O que aconteceu também na época é que, na Portaria, nós mudamos um dispositivo que deixava de favorecer aqueles tutores que estavam quase que vitalícios no Programa. A gente (tinha colocado) um prazo determinado para que eles pudessem,

digamos assim, fazer uma rotatividade e favorecer outros professores a passar também pela experiência de tutoria do PET [...] (08:35). O projeto deveria ser institucional, um projeto do curso, coordenado com o projeto pedagógico do curso que ele (o grupo) está associado, no caso aqueles PETs mais tradicionais, mas que não tivessem a figura de um professor que controlasse tudo ali a despeito, por exemplo, de uma política pedagógica institucional ou do curso, como em muitos casos acontecia (08:59). [...] Alguns tutores do PET diziam, “não, a gente é financiado pelo MEC para fazer essa política, faziam o que eles bem queriam usando o nome do Ministério. Na realidade, o que se queria era que os grupos PET trabalhassem articulados nas coordenações dos cursos, das unidades acadêmicas e também da área de graduação das universidades de uma forma alinhada ao projeto pedagógico institucional da universidade (09:31) O que a gente fez foi isso. A experiência de ser tutor do Programa PET enriquece muito um professor no sentido de melhora suas práticas educativas. Como não temos a possibilidade de ter um número de grupos igual ao número de professores que quisessem ter um experiência no Programa, (idéia) é propiciar (a todos) um certo tempo de experiência, no caso três anos, (renováveis por) mais três, então seis anos de passagem pelo PET (10:09) depois, então, o professor-tutor, que passou por essa experiência, passaria (a tutoria) para um outro que teria também essa oportunidade. Seria assim mais democrático (10:17). Na realidade, o ponto que pegou (que causou essa reação) não foi a pela ampliação do Programa no sentido de incluir o Conexões de Saberes nem os (grupos) PET (de cunho? de âmbito?) institucional. O que pegou na mudança toda foi justamente a mudança (causada pela) da Portaria que limita, coloca ali um tempo máximo de permanência do tutor (10:41). Essa foi a (causa) da grande reação. Alguns coordenadores (tutores) que estavam ali há décadas reagiram brutalmente, de uma maneira bastante selvagem (ri...), manipulando estudantes, etc. (10:58). A idéia era que os grupos PET, digamos, devem ser trabalhados de forma coordenada com a instituição (em um) digamos um procedimento que o fizesse alcançara o projeto pedagógico da instituição. No caso do curso, alinhar também o projeto pedagógico do curso com uma articulação com o coordenador do curso, com todo o colegiado; é o que se quer, que a coisa (seja) o mais integrada possível (11:33). O que tinha antes era uma certa independência total e as vezes quase em direções antagônicas.

As avaliações mudaram no bojo dessas mudanças trazidas pela Portaria 976?

(11:49) Depois que houve a mudança da Portaria, a gente não teve reflexos ainda, na época em que estava lá, da avaliação nesse contexto porque (11:55) as avaliações feitas até 2011/2012, durante o tempo que eu estava lá, a última avaliação que participei foi em dezembro de 2011; então foi feita avaliações em períodos anteriores onde essas Portaria não estava vigente ainda. (12:10) Esse é processo que vai aí um pouco mais ao longo do tempo, me acredito que, pra ter uma experiência avaliativa interessante deveria se passar cinco a dez anos para que todas essas experiências pudessem, digamos, demonstrar o que aconteceu (12:26). Ou quais os objetivos e tudo, a questão desse alinhamento; as possibilidades todas; na realidade, então, objetivo que se teve (12:34) no PET, digamos, foi ampliar sua abrangência no sentido de permitir a que fosse feito o que já estava sendo feito, mas também, digamos assim, novas possibilidades de educação tutorial. A gente pode fazer outras coisas também? Pode. Além do que já foi feito. Então... (12:53)

A educação tutorial continua ser a aposta de inovação pedagógica?

Na realidade, a educação tutorial não é aposta de inovação pedagogia; ela é uma abordagem, digamos, possível de ser tratado além do contexto de inovação pedagógica (13:14) no caso do PET, inclusive, o PET tem como seus objetivos você lidar com inovações e processos e metodologias pedagógicas para favorecer o desenvolvimento do estudante e a formação plena deles. (13:33)

Você acha que isso acontece na realidade?

Acontece; de forma geral, acontece. Mas aí você tem que abrir mais o programa, e isso foi feito em 2010 mas acho que de uma forma muito pequena ainda, poderia se abrir muito mais (13:53) no sentido de ter a possibilidade de muito mais grupos, de muito mais estudantes envolvidos. (13:58). Porque senão você vai pegar sempre aqueles estudantes que já são muito bons [...] todas as possibilidades: ou

os PETs institucionais, ou os PETs assim com uma orientação mais do Conexões de Saberes ou esses PETs tradicionais. Então, (14:16) essas três categorias ali, ou seja, programas de educação tutorial para a universidade. Então, eu acho que se ampliar muito aí você vai ter realmente ali uma avaliação mais sensível, digamos, do quanto esse tipo de programa ajuda no desenvolvimento acadêmico dos estudantes, na formação deles. (14:38) Porque antes eram poucos e aí esses 430 (chegar) grupos que tinham antes (foi aumentado em 350) (14:53). [...] Então se ampliasse mais ainda seria interessante porque daria pra ter uma margem maior de avaliação sobre o quanto estudantes que passam por esse programa digamos ali têm um melhor desenvolvimento acadêmico. (15:19) Porque antes, se tinha, claro, uma correlação alta entre um bom desenvolvimento acadêmico do estudante (por ele) participar de um programa PET. Porque também só participavam do PET os estudantes mais (bonitinhos? ricos?) (15:34) Então, no sentido que você pega estudantes, digamos ali do Conexões de Saberes (os indígenas, os muito pobres) [interrompo]

Você acha que há espaço para essas pessoas na proposta do PET?

Claro! Não tenho dúvida nenhuma disso. Aí você vai poder avaliar de fato: para aquele estudante que está participando ali daquela proposta, que são estudantes das classes mais populares e que não tiveram possibilidade formativa que um estudante de classe média alta em grandes escolas e tudo, aí você vê que ele tem um desenvolvimento acadêmico tão bom quanto aquele outro; aí é uma coisa que dá pra dizer: olha, realmente faz sentido, faz diferença a experiência a passagem pelo PET. (16:22) [...]

Foquemos agora na gestão administrativa do PET e o uso das redes sociais. Como o Sr. vê o uso das TICs?

(16:50) Eu vejo (as TICs) um pouco mais abrangentes do que o Facebook e o Twitter. O Facebook pode ser bastante útil do ponto de vista de interação de grupos, digamos, ao mesmo tempo. Então você pega, por exemplo, os grupos PET Pedagogia. Então, se você tem, digamos, ali grupos dentro do Facebook que incorporam, ou nacionalmente ou então dentro de cada instituição os integrantes do Programa PET, acho muito interessante. (17:22) Acho que ter uma página institucional no Facebook é muito importante até para ter transparência. (17:33) Então a página institucional daria transparência aberta, ou seja a página institucional de um grupo PET Pedagogia de uma certa universidade, também uma página institucional do coletivo dos grupos PET [...] ou digamos, grupos em que houvesse toda essa dinâmica, no sentido de compartilhar experiências, tudo isso é absolutamente interessante, importante. Até dois anos atrás a gente não tinha praticamente isso. (17:59). O Facebook virou um boom realmente acho que de dois anos para cá, então, eu não tenho acompanhado o movimento dos grupos PET dentro do facebook nestes últimos dois anos, mas eu acho que tem um potencial brutal.

O que eu observo é alguma timidez dos tutores no uso dessas ferramentas.

Agora eu pergunto a você, você acha que é timidez mesmo? (ri...)

Seria intimidação?

Pra mim, é o seguinte: é importante que os espaços de sala de aula, os espaços acadêmicos eles sejam abertos. Então se você pega (18:42), digamos, ali, a disciplina e aí começa a abrir ela, coloca todo o material que foi dado na internet e tudo; as pessoas começam a saber o que está sendo tratado; há uma certa transparência. Então do envolvimento, do movimento dos estudantes, tudo; então isso é uma coisa muito boa. Se isso foi levado, digamos assim, a mesma proposta, não das disciplinas, mas dos grupos PET, assim, aberto, é fantástico. Então, o que cada grupo PET está fazendo? (19:08) Quais são atividades que os grupos estão desenvolvendo? Então, isso permite um certo grau de comparação. Aí você sai de uma certa caixa preta e começa a se expor de uma forma mais aberta. (19:19) Eu acho que essa é a grande virtude da utilização do Facebook nesse contexto, ali, dos grupos PET. (19:25) O Twitter talvez assim de uma forma mais restrita porque acho que tudo que o Twitter faz o Facebook faz e a recíproca não é verdadeira. Então, eu acho que, no contexto do movimento para qualidade e transparência e da abertura dos programas, eu acho que é fundamental, digamos ali, uma certa dinamicidade dos grupos dentro do facebook ou outras redes sociais. (19:56) Não sei se você lembra, em 2010, a gente estava trabalhando com a proposta do sistema (de informação?) PET. Aí começou a

ser feito um desenho, primeiro para fazer uma mais burocrática, de pagamento e tudo. Mas depois, tinha uma proposta de juntar o sistema que foi desenvolvido para o Conexões de Saberes com algumas das funcionalidades já dentro do sistema PET. Esse sistema ele permitiria, digamos assim, uma série de questões interessantes que tornariam também o programa mais transparente de um grupo para o outro, para os grupos (20:38) e para a sociedade inteira. Então, no sentido de mostrar o que cada um faz ... Então, essa é uma abordagem interessante também no sentido de não ficar dependendo apenas de um contexto do Facebook, mas conceber um sistema próprio onde você tivesse ali o relato das experiências, das atividades, dos relatórios, do envolvimento dos estudantes de uma forma bastante transparente. Então, ali, você poderia, de certa maneira, usar parte dessas informações para a gestão do Programa e depois gerar relatórios, avaliação e tudo, mas você também poderia pegar recortes, digamos, dessas informações e deixa-las como páginas abertas em uma página padrão de informações, digamos assim, publicas para a sociedade inteira (sobre) o que os grupos estão fazendo. (21:26)

Você acha que as Redes Sociais favorece a indissociabilidade de Ensino, Pesquisa e Extensão?

Acho que (o tripé) em maior ou menor grau é o objetivo. Então a gente vê que existe uma [...] forma grupo fazer isso. Agora, como a gente não conhece todos, e não saiba avaliar todos, as avaliações são feitas de tempos em tempos, então as Redes Sociais, elas colaborariam muito no sentido de mostrar com transparência quais são as atividades que estão sendo realizadas, para que qualquer observador externo da sociedade, possa verificar se aquelas atividades ali estão sendo realizadas. Ou seja, que pesquisa foi feita? Que atividade de Ensino articulada com atividades de Extensão é desenvolvida. Isso favorece o desenvolvimento acadêmico (22:31) dos estudantes como um todo. Pode ajudar bastante.

É uma questão de transparência?

(22:43) Para mim, transparência é um requisito básico que devem ter os grupos PET. Para atingir esse requisito, transparência, as redes sociais cabem muito bem, mas também, o próprio sistema (de informação) do MEC cabe um trem parecido. Então, a transparência para mim é um requisito, digamos, básico, que os grupos PET têm que ter. Por quê? Primeiro, eles têm uma proposta, aquela proposta é pública, apresentada para editais etc., são aprovadas institucionalmente, são custeadas com recurso público (23:24) então, um vez que tem todas essas dinâmicas, elas também precisam estar sendo públicas para (que haja) a transparência absoluta; até para que se possa observar se os objetivos estão sendo cumpridos: os objetivos, as ações propostas (23:40), essas coisas todas. Cotidianamente, isso é muito simples (por meio de) rede social. Seria melhor, aí eu coloco, se um sistema de gestão do MEC incorporasse dados que deveriam ser prestados cotidianamente dessas categorias de atividades de ensino, pesquisa (23:59) e extensão (24:00) que estão sendo desenvolvidas para serem incorporadas no sistema e que depois isso pudesse, com um recorte específico, ser publicizado através de páginas de cada um dos grupos PET do Brasil, transparentes e abertos para a sociedade inteira. (24:17)

Você acha que esse (as redes sociais) é o caminho da inovação em educação superior?

(24:28) Eu acho que as redes sociais têm um foco bastante interessante, pelo menos se a gente pega as redes sociais [...] como é o caso do *Facebook*. Mas, se você pega as redes sociais mais fechadas, elas são públicas também, essa proposta do sistema MEC incorporaria as informações e seria uma coisa desse tipo, só que mais fechadas, onde apenas algum grau de informação é aberto (24:52) para a sociedade inteira. Mas também existem outros tipos de redes sociais que são conectadas de uma forma mais restritas, dentro do contexto acadêmico. (25:02) Por exemplo, a USP utiliza, ou utilizou, um sistema que permite fazer algo parecido com o que feito no Orkut ou no Facebook no sentido em que você tem fins (25:21) são dos integrantes ali, dos estudante, então todas as atividades de interação, com a diferença de que, diferentemente do Facebook, Orkut, Twitter e outros (25:32) você pode criar um usuário *fake* qualquer numa rede institucional dessas você tem usuário sempre. Então, o grau de interação dele vai ser com a responsabilidade adicional de sempre ser ele mesmo que está se comunicando, mas uma troca, digamos ali, de ... (interrompo)

A interação é importante para a gestão do grupo?

(26:00) Sim, transparência, interação, com certeza. (26:01) Na realidade, todo esse processo, ele tem que ser viabilizado, facilitado e ,digamos ali aberto, para que possa ser observado. (26:11)

Percebo que parte dos tutores são, digamos, mais ou menos avessos ao uso do FB, você concorda?

(26:31) Transparência é muito saudável. Então, a falta de transparência para mim, principalmente quando utilizamos recursos públicos, é grave. Então, eu acho que deveria ser um esforço bastante importante dos tutores para lidar com todo esse movimento para tornar suas atividades suas atividades o mais transparentes possível para justificar muito bem como aqueles recursos estão sendo utilizados, como é que os objetivos da proposta (projeto) estão sendo encaminhados, etc. Então, eu acho que envolveria até ter um estímulo para fazer com que ... (interrompo). (27:11) (Falo por tempo demais sobre minha hipótese (inicial) e assuntos não pertinente à pesquisa: de que os tutores fugiam das tics, fiz mal) (27:25) Talvez pudesse ter espaço (27:44) prá isso tudo, prá esse diálogo mais corriqueiro, essa coisa mais... mas também um diálogo mais acadêmico. (27:49) A criação da organização de grupos específicos que discutissem determinadas situações e tudo vem vindo aí. Se os tutores avançassem nessa direção trazer junto os estudantes, em vez de ficar só [...] se evolvessem (28:09) também no diálogo tratado de forma mais positiva.(interrompo) (28:13) Se eu fosse um tutor (certamente eu usaria o FB) no contexto das atividades programadas, que foram previstas, foram colocadas ali, com objetivos a serem atingidos e tudo... Com certeza.

c) Gestor MEC 3 (colhida em 04/05/2013)

Qual sua contribuição como coordenador-geral da CGRE para a o desenvolvimento do PET?

(01:09) Bem, Francisco, primeiro eu queria te parabenizar pelo desenvolvimento da pesquisa e por você ter conseguido associar o seu trabalho profissional com o processo de pesquisa acadêmica, o que certamente vai contribuir para formulação de políticas, a melhoria do programa, etc. Isso será muito bom. (01:37) O PET, como você sabe, é um programa muito antigo. Ele tem mais de 30 anos de história. Ao longo desse tempo, o programa sofreu várias alterações. Desde os primórdios, quando ele começou, lá na CAPES, até hoje ele sofreu algumas modificações. Quando ele estava na Capes, no início, eu atribuo à primeira década de existência dele de 1979 até 1988 ele tinha muito mais a característica de ser um programa piloto, de experimentação, balão de ensaio feito pela Capes para estimular determinados professores a desenvolverem grupos de excelência. Mas era uma coisa muito pequena. Um caráter de projeto piloto mesmo. (02:43) Na década seguinte de 89 a 94 começou a crescer a quantidade de grupos criados por meio da Capes. Os editais começaram a ficar mais freqüentes, enfim o programa começou a tomar mais corpo, começou a tomar mais consistência no âmbito da comunidade acadêmica. Eu falei editais, mas na verdade nem tinha editais nessa época ainda. Era muito de solicitação. Na verdade, eu tenho duvidas de como era esse período. No primeiro momento eu sei que não tinha editais. A solicitação era feita diretamente a capes. A Capes avaliava se o currículo e a proposta do professor e implatava-se ou não. Era a característica de programa piloto. Nesse período subsequente, de 88 a meados da década de noventa eu tenho dúvidas se os editais já tinham começado a ser usado como ferramenta de criação de novos grupos. Eu tenho duvida quanto a isso. É até bom averiguar, mas independentemente de ter sido por meio de editais, ou não, nesse período a quantidade de grupos pet começou a crescer e começou a ganhar a comunidade acadêmica como uma política de graduação voltada para a criação de grupos de excelência; voltada sobretudo para a pesquisa; para formação de jovens, para prepará-los para o mestrado e o doutorado, a pós-graduação. Na década de noventa quando começou a se aprofundar o período neoliberal no país, a política de educação sentiu isso aí e o programa PET sofreu corte de gastos; não foram criados mais programas (sic) as bolsas deixaram de ser pagas. Foi uma década inteira sem financiamento ou financiamento aos trancos e barrancos com vários problemas, o programa não estava mais crescendo, pois houve um decréscimo dos grupos criados.

Houve perigo de extinção do Programa? (05:10)

Sim. Os próprios formadores de políticas públicas entendiam aquilo como um gasto talvez desnecessário ou um luxo. Nesse período, a educação superior era tida como um luxo que não caberia ao Estado manter, mas que deveria passar para a iniciativa privada e foi nesse período que houve uma grade proliferação das universidades particulares e foi uma política clara implantada pelo MEC e evidentemente pelas suas autarquias e fundações de apoio, FNDE e Capes [...] processo. No âmbito do PET, teve toda uma movimentação dos professores e da comunidade acadêmica para que o programa não se extinguisse. Para que ele perdurasse e foi criada então a comissão executiva nacional do programa de educação tutorial com o objetivo de lutar pelos interesses programa. Isso criou uma série de apoiadores da política enquanto iniciativa de apoio a graduação e da promoção da excelência acadêmica. Formou-se um coletivo que começou uma série de articulações políticas etc. essa luta pelo pet numa dimensão maior também ocorreu na luta pela defesa da universidade pública, de qualidade no Brasil inteiro. Teve grandes greves no país inteiro. Sempre associado a um movimento maior de nível nacional. O pet apenas reflete um pouco essa conjuntura que estava acontecendo no país inteiro. Isso foi um período ao longo da década de 90. No início do século 21, quando o presidente Lula assume e tem início uma série de políticas de cunho popular e de promoção do projeto de desenvolvimento nacional a política de educação superior ela sofre uma inflexão, tem uma clara opção por investir na iniciativa pública. Você tem aí um projeto como o Reuni, por exemplo, que dobrou o número de vagas em universidades federais, retomaram-se os investimentos, construíram-se muitos *campi*, etc. e o Programa voltou a ser fortalecido e apoiado e começou novamente o processo de apoio a expansão do programa por meio de editais. (07:57) É nesse processo também que o programa sai da CAPES e vem para SESu, é nesse momento também que o Programa vira lei, a 11.180, que é a mesma lei que cria o PROUNI, que é um marco na educação superior porque ele permite a inclusão de uma série de jovens (08:22) na educação superior [...] Entender o PET nesse contexto da conjuntura maior da educação no país é importante. Aí você tem uma inflexão (?) na política educacional brasileira; você tem uma clara preocupação com o acesso à educação superior. Dá-se tanto por meio da educação pública via REUNI e expansão das vagas nas universidades federais, como também por meio das vagas das universidade privadas por meio do PROUNI. Ele cria um marco interessante que é regulamentar a questão da filantropia e da isenção de impostos que várias instituições do ensino superior gozam e trocar essa isenção de impostos por vagas. É criado então a Lei do PET; volta-se a incentivar a expansão do Programa, volta-se com o pagamento das bolsas (?), implanta-se (?) a questão do custeio e ele começa a ser executado também, no início com uma série de problemas de ordem operacional. Depois de tantos anos de desmonte do Programa, evidentemente quando você começou (09:37) o processo de fortalecimento, de reinício de execução do Programa, ele passou por todo tipo de problemas operacionais; o Estado vinha num processo de desmonte, inclusive de servidores para (implementar?) essas políticas públicas. No início, o PET (10:08) começou a ser executado por meio de convênios, no caso das universidades não-federais; e por meio de descentralização no caso das universidades federais. Então se passava os recursos para as IES, que, por sua vez, ficavam responsáveis por fazer os pagamentos aos beneficiários do Programa. O convênio é uma estrutura de repasse orçamentário muito amarrado. Dificilmente você consegue passar o recurso de forma tempestiva (?) Se o órgão tiver algum problema com a Administração, ele fica impedido de firmar outros convênios. Então, não foram poucos os casos de bolsas que deixaram de ser pagas porque o convênio não é a forma adequada de fazer isso. A descentralização orçamentária, no caso das federais, idem, a mesma coisa também. Por mais que tenha havido esforços para se fazer uma descentralização tempestiva (?), no melhor dos casos, esse recurso chega ao segundo semestre; depois, a universidade tem toda um burocracia para conseguir executar esse recurso, de forma que a execução era muito difícil. (11:24) Esse período começou (?) até 2008, quando se deixou de formar convênios para fazer pagamento de bolsas e de custeios, convênios para as IES não federais e descentralizações para as federais. (11:43) E a partir de 2008, entrou o FNDE na história, responsável por pagar as bolsas e a CAPES responsável por pagar o custeio (11:58). Foi quando eu entrei para a coordenação,

em 2009. essa situação. Quando eu cheguei aqui, [...] o quadro que eu vi era o de atraso de bolsas de até 6 meses. Continuava o problema do pagamento tempestivo de bolsas (12:29). Isso para mim era um problema drástico.

Já havia o sistema de informação na gestão do PET?

(12:37) O sistema de informação começou em 2008. Já havia o SGB (Sistema de Gestão de Bolsas) (do FNDE) que veio exatamente com acabar com pagamento das via centralizações convênios. Mas ele por si só não deu conta de acabar com os atrasos. Uma coisa básica que não era feita até então, que eu tive a oportunidade de contribuir (13:07). O repasse da descentralização orçamentária é feito depois de aprovado o orçamento. Significava dizer que o orçamento era aprovado por volta de março, abril e só depois é feita uma descentralização para o FNDE, que daí então iniciar os pagamentos (13:26). Isso significa que, por volta da metade do ano, é que se iniciavam os pagamentos do primeiro semestre. Uma de minhas primeiras medidas foi inserir essa despesa no duodécimo orçamentário como medida gerencial de compreensão do processo orçamentário, que já acabou a partir de 2010, por exemplo, com exceção do orçamento do PET no duodécimo orçamentário com essa questão (14:00) (?). Depois que a gente percebeu que o SGB, enquanto ferramenta de pagamento de bolsas, ele melhorou (o desenvolvimento do Programa) em relação ao que era anteriormente, mas ele não supria lacunas do que deveria ser um sistema de gestão (14:22). Nós, enquanto MEC, carecíamos de um sistema de gestão para gerenciar mesmo o Programa: saber quem são os beneficiários, quantos grupos são, quem são os responsáveis por cada grupo etc. Nesse sentido a gente criou o SigPET (sistema de gestão exclusivo, na época, para o PET) que começou a ser implantado no final de 2010, o que também foi um avanço (14:43) para o Programa, que passou a contar com um sistema de gestão próprio. Isso veio acompanhado ao longo de 2010, além da criação do sistema, de algumas mudanças que foram criadas a partir da publicação da Portaria 976, a qual foi um marco para o Programa. Ela foi publicada em 27 de julho de 2010 e coloca algumas possibilidades (novas) para o PET, que eu julgo serem mais adequados aos desafios das políticas de educação superior do país (15:26). A primeira delas foi a possibilidade de formatos, arranjos para os grupos PET mais amplos e mais flexíveis do que a estrutura fixa determinada e consignada (?) num curso de graduação. Até então, todos os grupos PET se limitavam, estavam circunscrito a um único curso de graduação (15:49). Isso, não possibilita, por exemplo, que os bacharelados interdisciplinares, que são uma inovação na graduação, pudessem ser contemplados com grupos PET, por exemplo (16:03). Então a gente criou umas estruturas de organização dos grupos que são mais flexíveis ampliando o escopo do grupo PET, permitindo até mesmo grupos de abrangência institucional, interdisciplinar ou de grande área de conhecimento e, claro, sem [...] mexer na possibilidade de manter grupos PET vinculados a um curso específico que, aliás, era a regra, até então (16:32). Com a 976, passaram a ser criados também grupos que atendam a universidade inteira, no campus inteiro, por exemplo, grupos PET voltados a uma grande área do conhecimento, (por exemplo) saúde englobando todos os cursos de graduação de uma determinada (daquela) área de conhecimento e interdisciplinares também (16:55).

Como foi a união/incorporação dos grupos do programa Conexões de Saberes da SECADI?

(17:03) Esse é um debate com duplo sentido. De um lado, tem a questão da percepção de uma sobreposição de políticas públicas. Percebeu-se que tanto o PET quanto o Conexões de Saberes são iniciativas de políticas públicas executadas pelo MEC que se destinam a conceder bolsas para estudantes de graduação que se pautam pela questão da excelência acadêmica e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e que também se caracterizam pela questão da aprendizagem coletiva, também com a Educação Tutorial, que tem um professor que faz o papel de tutor de um coletivo (?). A grande diferença era o recorte étnico, racial e social (17:57). Enquanto o Conexões de Saberes (é) muito preocupado com a questão social, econômica e étnica desses coletivos (18:08) que estão mais uma vez voltando a conjuntura nacional de educação superior. Mudou. A questão de acesso a educação superior trouxe para universidade uma série de atores sociais, que até então se viam excluído da universidade, então o Conexões de Saberes vem neste sentido e o PET, já com mais de

duas décadas de história, voltado para a questão da excelência acadêmica mas também voltado para grupos de aprendizagem coletiva, educação tutorial, excelência acadêmica e indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão (18:37). Então, a gente percebeu que tinha uma sobreposição aí. Duas políticas (?) que tinham muito mais similaridades do que distinção e havendo uma sobreposição de ações da SECADI, (18:48) da SESu fazendo ações similares. Então, de um lado, teve uma preocupação de eficiência administrativa e de eliminação de sobreposições, nesse sentido de juntar os dois programas (?) (19:02). E um outro movimento, é um movimento de cunho político inclusive, (19:07) em que a própria criação da SECADI, no âmbito do Ministério da Educação, ela traduz um pouco daquilo que eu estava falando, que a partir de 2003 foi implantado no país, que é a implantação de uma política democrática, popular, de cunho nacional-desenvolvimentista (19:24) iniciado pelo governo Lula, que é colocar algumas pautas caras aos movimentos sociais, que são os direitos das minorias, a questão étnica, que a SECADI traz para dentro do Ministério da Educação (19:38). Ela por si só é... ela é transversal, né? Passa por diversos, todos os níveis de educação (19:44) educação superior de trazer a questão (19:48) social, étnica, racial, pra dentro. Então, um tipo de política foi importante para o programa inserir a agenda (19:56) da diversidade no âmbito do Programa de Educação Tutorial. Ele vem de um histórico elitista (20:01), de um histórico lá de mais de (aproximadamente) atualmente três décadas (20:07) de a promoção da excelência por meio de grupos de aprendizagem e tal, etc. e por meio da fusão com o Conexões de Saberes trouxe para si a agenda da diversidade. Colocou também o desafio de se pensar a inclusão de negros, pobres, indígenas, quilombolas; então essa foi uma segunda grande inovação trazida pela Portaria 976. O terceiro ponto, que para mim é crucial, e aí eu tenho muita satisfação e orgulho de ter participado, de ter comprado essa briga. Porque foi uma briga (20:48) mesmo. [...] motivo de dissenso aí principalmente no âmbito das pessoas que já tempo (20:56) um tempo máximo de tutoria para os professores. O Programa, desde que ele foi criado, isso não era uma questão; o que se via e se observa é que os tutores vão perdurando ao longo do tempo sem que sejam alterados. Isso, na minha avaliação, e, é claro, não só minha avaliação pessoal enquanto coordenador, mas de várias outras pessoas de fora observadoras do Programa, sejam reitores, pró-reitores, comunidade acadêmica, enfim, vários outros observadores de fora... é que isso gerou o encarceramento do PET e uma indulgenização muito grande. O PET ficou autocentrado. Ele pensava a partir de si mesmo e para si mesmo. (21:49). Houve, claro... é uma gramática do Brasil, a questão do corporativismo e do patrimonialismo... o que se via era a vocação para si mesmos pelos tutores (22:03) e, desculpe o uso chulo do termo da palavra, de donos do Programa. (22:08). E aqueles donos do Programa ficavam, então, responsáveis pela concessão de bolsas e isso passava ao largo da política institucional acadêmica da universidade. (22:19) Então, a gente colocou, a partir da Portaria 976, que os tutores poderiam permanecer no máximo três anos, renováveis por igual período. (22:27) Evidentemente, isso foi motivo de gritaria em todo o Programa, por parte daqueles que já estavam dentro do PET, mas, evidentemente, isso também foi motivo de muitos aplausos por aqueles que estavam de fora de Programa e que viram nessa medida uma oportunidade de democratização do Programa, inclusive de participação de outros atores. E para os gestores das universidades, a possibilidade inclusive de contar com o Programa de Educação Tutorial como ferramenta de promoção de suas políticas institucionais e acadêmicas. (23:02) O Programa deixa de ser pessoal, de um tutor, que beneficiava aquela política e (era) executor da mesma no seu *locus* de influência e passa a ser um programa institucional, no qual os gestores podem contar para promover suas próprias políticas institucionais. (23:21) Tem uma mudança importante de paradigma aí. Então, essa foi uma questão crucial que Portaria 976 trouxe, né. Um quarto elemento que ela traz é decorrência dessa que é aproximação do Programa das estruturas administrativa da universidade (administrativa e acadêmicas, né). Então, o Programa passa a articular a gestão dos grupos PET com a gestão do ensino, pesquisa e extensão [...] pró-reitorias, né. Uma quinta e última inovação trazida pela Portaria 976 é que o Programa passa a ser gerido em três níveis, né. (24:01) Um comitê local de acompanhamento e avaliação, responsáveis por fazer exatamente a avaliação dos grupos em nível

local (no âmbito) da universidade; uma comissão de avaliação de nível nacional formada por tutores, especialistas no assunto e, em última instância, o Conselho Superior do Programa presidido pelo Secretário de Educação Superior e com a participação também da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Então, a Portaria 976 traz todas essas mudanças. (24:36) Então, tudo isso são mudanças recentes que aconteceram nesse período que eu estive aqui na Coordenação, né, e eu acho que o PET... Enfim, eu estava falando (24:50)... comecei minha fala falando que quando eu cheguei aqui o atraso das bolsas eram de seis meses e a gente conseguiu acabar com isso. (24:58) Então, por exemplo, acabar com esse problema de atraso de bolsa, né. Então, ao longo de 2012, por exemplo, o maior atraso que teve registrado foi um atraso de 14 dias e esses 14 dias foram decorrentes, não por conta de problemas de gestão da SESu, mas o problema que teve, na interlocução do banco com o FNDE, uma questão pontual, que foi resolvida, mas que acarretou esse problema de 14 dias, e já foi um grande transtorno para os beneficiários. (25:30). Pra mim é motivo de satisfação e de orgulho ter contribuído com a melhoria dessa questão, que era um problema central. Alguns desses problemas ainda existem e precisam ser atacados. Um deles é a questão do pagamento do custeio (25:44), que é ... (interrompo, pedindo que faça um histórico dessas ações.) Como eu estava falando, não dá pra analisar o problema (26:00) sem dissociá-lo do aspecto nacional. Como eu falei, [...] vinha num processo de desmonte do Estado, tava certo (?) quando se começava a implementar política, teve toda dificuldade de implantação dela etc. Você começou num primeiro momento com tentativa de pagar por meio de convênio ou descentralização etc., e o custeio ficou sendo de responsabilidade da CAPES (26:25) a partir de 2008, e aí se utilizou um instrumento pra fazer o pagamento do custeio que é o Auxílio Pesquisador, a AUX-PE, que é uma ferramenta que a Capes dispõe de passar um recurso público para um CPF, uma pessoa física, que nos pareceu, no momento, uma boa idéia; adequado para pagar o custeio, que deixaria de ser passado para a instituição, como era feita anteriormente por meio de convênio e descentralização. Seria passada diretamente para o meio da ponta do pesquisador. (26:59) Acontece que o Auxílio Pesquisador se destina ao repasse de recursos de grande monta, pra processos que duram, as vezes, vários anos. E o custeio são recursos de pequena monta que são repetidos todo ano e na qual os tutores “trocaram”. Então, em tese, seria mudança freqüente de pesquisadores responsáveis pela mesma pesquisa. Isso, prá Capes gerou uma série de entraves administrativos que foram se agravando com os anos. Então, em 2009 teve um pagamento, em 2010 já teve dificuldade de pagamento. 2012 também. (O problema) foi cada vez mais se agravando (27:38) porque foram se acumulando problemas de um ano para o outro. O que pareceu ser uma boa idéia a partir de 2008, quando se passou a pagar por CPF, com a inclusão da Capes, o AUX-PE se mostrou inócuo, inoportuno, não adequado ao pagamento do custeio. (27:56) O que culminou, em 2012, com a saída definitiva da Capes do Programa. Depois de várias reuniões e discussões, chegou-se a conclusão que ela não dispunha de capacidade administrativa para realizar esses pagamentos; ela tem uma dimensão do problema do custeio (28:19) do PET no órgão administrativo onde ele se localizava na Capes; ele era responsável mais de 80% dos processos, dos trabalhos físicos, e menos de 5% do orçamento da coordenação ao qual ele (estava vinculado). Ou seja, ela era sempre a ultima prioridade. (28:38) Um processo mecânico, manual, moroso, que representava muito pouco em termos orçamentários. Então, [...] uma série de entraves. Outra dificuldade foi essa questão, que é característica do PET, que é a saída de tutores de um ano pra outro, o que gera dificuldades administrativas enormes. (29:01) Por exemplo, se um tutor sai com pendências na prestação de contas, o que chega encontra uma serie de impedimentos para receber o próprio custeio. (29:11) Então, em 2012, a Capes sai, o custeio passa a ser de responsabilidade do FNDE e a gente conseguiu, por meio do SisPET também, um sistema de gestão, que foi criado durante esse período, criar uma funcionalidade do Programa que vai informatizar todo pagamento do custeio. (29:34) Então, o que era feito de forma manual pela Capes, vai ser de forma informatizada pelo FNDE, por meio da ferramenta que a nossa Coordenação criou, e que vai permitir o pagamento desse recurso. Então, nesse momento, a gente se encontra numa fase de transição, na qual o FNDE passa a ser responsável pelo pagamento do custeio. A gente vai pagar, num

primeiro momento, por meio da Conta Pesquisador, com a modalidade prevista no Banco do Brasil, de abertura de contas em nome de pessoas físicas, pelo CPF, pesquisadores, onde se passa recursos públicos para essa conta (30:17) e a prestação de contas desse recurso não vai ser mais de forma física, em papel, mas também de forma informatizada. (30:27) Então, nesse primeiro momento, a gente vai pagar por Conta Pesquisador, mas já estamos mudando pra uma outra forma de pagamento, que é por uma das modalidades novas, que é a do Cartão Pesquisador. (30:42) Aí, você vai me perguntar, por que a gente não direto por meio do Cartão Pesquisador? A gente ainda não fez direto por meio do Cartão Pesquisador, que é a forma mais adequada, porque o FNDE não estava preparado ainda para operacionalizar esse tipo de modalidade que o Banco do Brasil criou. (31:02) Então, a gente vai ter que fazer, nesse primeiro momento, por meio da Conta Pesquisador, que aliás vai ser um modalidade em extinção, vai acabar, e a gente vai pagar por meio do Cartão Pesquisador. (31:14) Qual que é a diferença entre uma e outra? Na Conta Pesquisador, o recurso vai para a conta do pesquisador e esse recurso para a administração pública não é tão porque fica parado, ele pode ficar parado lá por muito tempo (31:30), etc., isso não é bom. O Cartão Pesquisador, o recurso ele fica na conta da União e cada CPF tem autorização para movimentar determinado limite que a gente determina. (31:45) Então, o bolo fica com a gente e cada CPF vai poder administrar a pequena fatia desse recurso e dá muito mais flexibilidade. E tudo isso de uma forma informatizada. Como é a primeira vez que isso vai ser feito, o pagamento via FNDE, a gente não conseguiu fazer o pagamento ainda porque teve uma série de entraves administrativos que precisavam ser superados; por exemplo, a própria alteração da Portaria. Saiu recentemente uma Portaria que altera a 976. Uma das alterações foi a saída da Capes e a transferência da responsabilidade pelo pagamento (do custeio) para o FNDE. (32:21) Houve (assim) a necessidade da publicação de uma Resolução pelo FNDE regulamentando essa questão da operacionalização do pagamento do custeio. Todas as conversas feitas com o Banco do Brasil e com a Secretaria do Tesouro Nacional para regulamentar o processo... É nesse estágio que a gente se encontra atualmente (32:38) para o pagamento do custeio. A previsão é que no próximo um mês, um mês e meio, esse recurso já esteja na Conta Pesquisador. Nesse momento, eles estão no processo de abertura das contas, de uma forma massificada pelos 840 grupos que tem no país. Então, feito o processamento do pagamento do custeio, aí, assim como em 2010 a gente conseguiu resolver o atraso do pagamento das bolsas, eu acredito que em 2013 a gente vá conseguir resolver o problema do pagamento do custeio. (33:11) Acho que isso é um avanço para o Programa.

Quanto ao Manual de Orientação Básica?

Então, o atual Manual de Orientações Básicas é um documento que foi elaborado em 2006. (33:39) Ou seja, ela está desatualizado frente à Portaria 976, que é um documento de 2010 e essa última Portaria, que foi publicada em 2013; tem uma série de incorreções no Manual. Ele é um documento que está disponibilizado no nosso site (pronúncia brasileira) eletrônico ainda porque a gente não publicou um novo manual. Por que não foi publicado? (34:04) A gente tem até uma minuta, uma versão que foi construída ao longo desses anos, de um Manual mais adequado a essas novas regras; mas ele não foi publicado porque ele não foi suficientemente discutido no âmbito da Comissão de Avaliação e das instâncias, da própria participação dos beneficiários do Programa. (34:32) Ele foi submetido à apreciação dos beneficiários do Programa e eles entenderam que era melhor amadurecer mais as discussões sobre a (nova) Portaria, ... a necessidade de mudanças na Portaria, que foram realizados recentemente, prá daí então publicar o Manual. (34:50) Então, eu acredito que, como a gente publicou a Portaria há menos de um mês, a gente possa agora, pra esse próximo período, se debruçar sobre a minuta de manual que existe prá poder publicá-la, orientá-la. É importante também que o manual, ele é uma estrutura infralegal; ele, por si só, ele busca apenas esmiuçar as regras que estão na (nova) Portaria. (35:14) As regras da Portaria já são suficientes para executar o Programa, etc. (35:18) O manual é uma coisa a mais; busca apenas esclarecer alguns pontos de forma, mais uma vez, desculpe o termo “chulo”, de forma mais “mastigada” (35:31) para os beneficiários; para melhorar a compreensão. Mas tem muita coisa que se aproveita da versão do manual de 2006: tem vários

princípios, várias diretrizes que não foram mudadas; continuam; a concepção do Programa está toda lá. (35:46) São alguns detalhes que precisariam ser mudados e dizem respeito à essas inovações que a Portaria 976 trouxe. (35:52)

Alguma novidade quanto à avaliação do Programa?

(35:57) Sim, uma importante mudança com relação à avaliação; ela foi implantada nessa última Portaria de 2013. Os CLAs, eles voltam a ter um segundo A seu nome, então fica CLAA, Comitês Locais de Acompanhamento e Avaliação, o que significa que a avaliação passa a ser feita também no seu locus. De forma mais local. Mais próxima. (36:31) Outra mudança também é que a nova Portaria, que altera a 976, estabelece a comissão dos CLAA. E o CLAA, a composição dele é a representação institucional, ou seja, da universidade, ela nunca pode ser inferior do que a representação dos beneficiários do Programa. (36:57) Por que isso foi uma preocupação com a (da?) nova Portaria? (37:00) Foi prá evitar que o Programa ficasse apenas referendado pela auto-avaliação, que a gente não queria, que isso levaria ao corporativismo (37:11) levaria, na nossa compreensão, a uma avaliação auto-centrada. Era importante uma avaliação externa; uma avaliação realizada pelos gestores institucionais. (37:27) A gente buscou colocar na composição do CLAA, garantir que a representação institucional fosse sempre majoritária em relação aos beneficiários do Programa. (37:36). [...] não fazer com que apenas os pares se avaliassem. Então, a idéia é que cada CLAA faça uma avaliação de todos os seus grupos, de todos os grupos que determinada instituição possui, de acordo com os parâmetros que já estão estabelecidos ao longo desses anos: a relação das atividades realizadas na extensão, (37:55) as inovações na graduação, as melhorias no currículo, as práticas inovadoras, enfim, aqueles princípios permanecem. A diferença é que a avaliação dos grupos, que antes era feita exclusivamente pela Comissão Nacional de Avaliação, ela passa a ser feita pelos CLAA, num primeiro momento, a gente faz essa avaliação mais próxima, e os CLAA vão elaborar então um documento, que a gente está chamando de Relatório Institucional. Esse documento vai ser disponibilizado por meio do SigPET, isso tudo informatizado; aí, então, esse relatório institucional vai ser avaliado pela Comissão Nacional de Avaliação, (38:41) que é esse coletivo instituído por portaria do secretário de educação superior, que estabelece os seus cerca de vinte membros, formados majoritariamente por professores-tutores representando todas as áreas do conhecimento, que vão fazer uma avaliação dos relatórios institucionais. (38:59) Isso aí é uma mudança importante porque, até então, quem fazia a avaliação das mais de sete centenas de grupos PET existentes era a Comissão de Avaliação Nacional, o que dava um trabalho hercúleo para a Comissão. (39:12) Prá você ter uma idéia, a avaliação do biênio 2008/2009 levou dois anos para ser finalizada. A gente foi finalizar esse trabalho no final de 2011. (39:22) Foram muitas reuniões, muitos encontros, e é inviável a gente continuar com esse tipo de avaliação: de todos os grupos por uma comissão nacional. É importante essa avaliação escalonada em níveis, iniciada pelo CLAA (39:39) num nível local, para daí, então, subir para a Comissão Nacional de Avaliação, que avaliaria os relatórios institucionais, que já foram previamente avaliados pelo CLAA.

Quanto ao Planejamento?

(39:54) A idéia é que, no SigPET, todo grupo coloque/insira o seu relatório e o seu planejamento no SigPET (40:02). O CLAA vai ter acesso a esses documentos que foram inseridos por cada grupo. Eles vão analisar e vão produzir um documento, que é o relatório institucional. Esse relatório institucional também vai ser inseridos no SigPET. (40:13) Quem vai inserir? (A pessoa) na função de pró-reitor, que é... o SigPET, ele é estabelecido em níveis hierárquicos; você tem o perfil de tutor, que tem acesso à gestão do seu grupo; tem o perfil de pró-reitor, que tem acesso à gestão de todos os grupos de uma determinada instituição, e é nesse nível de pró-reitor, que vai ser inserido o relatório institucional, porque o pró-reitor indica (40:36) o seu substituto no sistema; o substituto no sistema é o próprio interlocutor do PET, que vem a ser o presidente do CLAA. (40:43) A nova Portaria estabeleceu isso. Então, vai ser o substituto que vai inserir lá, como presidente do CLAA, o relatório institucional. (40:50) Esse relatório institucional vai ficar disponível ao gestor MEC também, que é a instância

máxima do Programa, que vai poder submeter todos os relatórios à comissão nacional de avaliação que vai fazer/elaborar seus pareceres e, por sua vez, disponibilizá-los aos beneficiários do Programa. (41:06) É isso. Boa sorte na sua pesquisa.

Obrigado, Gestor.

4 Inferências produzidas nas entrevistas:

Código de cores:

Turquesa: característica de gestão pública societal

Azul: característica de gestão pública gerencial

Azul petróleo: menção ao Facebook

a) Gestor MEC 1

Ou seja, como é que a educação podia ser mais integrada, usando o ensino, pesquisa, extensão e a formação cidadã. (07:40)

Então, nós demos início a avaliação do Planejamento; começamos a estimular, a exercitar, a avaliação pelos pares

Isso possibilitou um efeito pedagógico muito interessante na medida em que você começa a ver o que os outros estão fazendo também.

A CAPES tinha uma tradição bastante grande de agilidade nesse (tipo de) processo e era uma maneira de cada tutor do PET ter liberdade de usar o dinheiro de uma maneira mais eficiente com relação a seu grupo.

Houve, depois, posteriormente a junção com o Conexões de Saberes, após a qual o PET começa a ter também um outro tipo de visão, no sentido de explorar outras vertentes de inovação acadêmica, algumas mais de um lado outras mais de outro

E para você ser ágil, você tem que ter uma resposta rápida dos consultores ad-hoc, que, em sua maior parte, são os próprios tutores (e não consultores) (15:30)

mas com a colaboração muito importante do pessoal do FNDE, nós conseguimos começar o pagamento.

Isso foi interessante porque todo o corpo de tutores começa a participar da avaliação (18:17). Considerando que o PET é um programa acadêmico é importante que ele seja olhado por todos os olhares da academia: o olhar da extensão, o olhar da pesquisa, o olhar do ensino, o olhar do próprio PET.

As boas práticas eram estimuladas, divulgadas (pois) era importante que uma pessoa da pesquisa olhasse a pesquisa que estava sendo feito no PET; o da extensão a mesma coisa; da formação cidadã, a mesma coisa.

possibilitar essa mitigação (sic) com todos os segmentos da universidade: o segmento científico, o segmento da extensão, o segmento do ensino.

idéias no sentido de como um programa acadêmico dessa importância poderia impactar mais a universidade (20:02).

Sempre que fomos convidados e nossa agenda permitiu, nós participamos desses eventos. Em alguns casos, principalmente quando ainda tínhamos problemas para o pagamento das bolsas, era normal que os alunos reclamassem.

a SESu tinha, através de sua diretoria, da SESu e do MEC, tinha uma política clara do que queria fazer com relação a esse programa que é um programa importantíssimo de inovação acadêmica.

eles (o Cenapet) representando os tutores com uma agenda própria, e nós representando o MEC com a nossa agenda.

os dois grupos pensavam uma coisa só: o engrandecimento do PET (23:39).

com o apoio tanto do MEC na SESu quanto da Capes e do FNDE, sempre encontramos muito boa vontade para resolver os problemas. Sempre os técnicos estavam dispostos a contornar dificuldades.

Todo mundo queria resolver os problemas.

Esse DNA do PET, essa preocupação com a responsabilidade social, com a qualidade de vida do povo brasileiro, a excelência acadêmica.

b) Gestor MEC 2

Então, a gente teve, a partir de 2004/2005, um crescente movimento nas universidades públicas de fomento a maior democratização da universidade no sentido de ter cotas para estudantes negros, cotas sociais, ações afirmativas de forma geral. (04:55) E com isso a universidade começou a receber estudantes de classes populares que não tinham aquela formação que era esperado daqueles que passam no vestibular, aquele processo seletivo todo. Então o objetivo era fazer com que aqueles estudantes ingressantes dessas classes mais populares tivessem o mesmo nível de oportunidade que os outros. (05:21)

[...] para que a instituição pudesse melhorar o envolvimento dos estudantes ingressantes através de programas de cotas (05:44) ou estudantes de classes populares que não tinham a formação básica no sentido de oferecer a integração desses estudantes na universidade, para que eles tivessem a mesma chance que outros e também a consolidação do foco no Conexões de Saberes através da introdução (inserção?) desses grupos dentro do programa PET. (06:04) A idéia foi essa. Isso foi muito bem discutido com muita gente.

Então, o que a gente fez foi, de certa maneira, flexibilizar o Programa de maneira de, não só de (comportar?) o Programa que existia, mas também (ter?) um viés de PET para o Conexões de Saberes e um outro viés do PET, digamos, mais institucional (07:21).

a Portaria foi publicada num dia, e dois dias depois eu estava na encontro nacional da SBPC (encontro nacional do PET também).

A gente (tinha colocado) um prazo determinado para que eles pudessem, digamos assim, fazer uma rotatividade e favorecer outros professores a passar também pela experiência de tutoria do PET [...] (08:35).

Na realidade, o que se queria era que os grupos PET trabalhassem articulados nas coordenações dos cursos, das unidades acadêmicas e também da área de graduação das universidades de uma forma alinhada ao projeto pedagógico institucional da universidade (09:31)

Como não temos a possibilidade de ter um número de grupos igual ao número de professores que quisessem ter um experiência no Programa, (idéia) é propiciar (a todos) um certo tempo de experiência, no caso três anos, (renováveis por) mais três, então seis anos de passagem pelo PET (10:09) depois, então, o professor-tutor, que passou por essa experiência, passaria (a tutoria) para um outro que teria também essa oportunidade. Seria assim mais democrático. (10:17).

A idéia era que os grupos PET, digamos, devem ser trabalhados de forma coordenada com a instituição (em um) digamos um procedimento que o fizesse alcançara o projeto pedagógico da instituição. No caso do curso, alinhar também o projeto pedagógico do curso com uma articulação com o coordenador do curso, com todo o colegiado; é o que se quer, que a coisa (seja) o mais integrada possível (11:33). O que tinha antes era uma certa independência total e as vezes quase em direções antagônicas.

poderia se abrir muito mais no sentido de ter a possibilidade de muito mais grupos, de muito mais estudantes envolvidos. (13:58).

ou os PETs assim com uma orientação mais do Conexões de Saberes ou esses PETs tradicionais.

Pra mim, é o seguinte: é importante que os espaços de sala de aula, os espaços acadêmicos eles sejam abertos. Então se você pega (18:42), digamos, ali, a disciplina e aí começa a abrir ela, coloca todo o material que foi dado na internet e tudo; as pessoas começam a saber o que está sendo tratado; há uma certa transparência.

Se isso foi levado, digamos assim, a mesma proposta, não das disciplinas, mas dos grupos PET, assim, aberto, é fantástico. Então, o que cada grupo PET está fazendo? (19:08) Quais são atividades que os grupos estão desenvolvendo? Então, isso permite um certo grau de comparação. Aí você sai de uma certa caixa preta e começa a se expor de uma forma mais aberta.

Mas depois, tinha uma proposta de juntar o sistema que foi desenvolvido para o Conexões de Saberes com algumas das funcionalidades já dentro do sistema PET. Esse sistema ele permitiria, digamos assim, uma série de questões interessantes que tornariam também o programa mais transparente de um grupo para o outro, para os grupos (20:38) e para a sociedade inteira. Então, no sentido de mostrar o que cada um faz ...

... do envolvimento dos estudantes de uma forma bastante transparente. Então, ali, você poderia, de certa maneira, usar parte dessas informações para a gestão do Programa e depois gerar relatórios, avaliação e tudo, mas você também poderia pegar recortes, digamos, dessas informações e deixá-las como páginas abertas em uma página padrão de informações, digamos assim, públicas para a sociedade inteira (sobre) o que os grupos estão fazendo. (21:26)

então as Redes Sociais, elas colaborariam muito no sentido de mostrar com transparência quais são as atividades que estão sendo realizadas, para que qualquer observador externo da sociedade, possa verificar se aquelas atividades ali estão sendo realizadas. Ou seja, que pesquisa foi feita? Que atividade de Ensino articulada com atividades de Extensão é desenvolvida. Isso favorece o desenvolvimento acadêmico (22:31) dos estudantes como um todo. Pode ajudar bastante (22:35).

Para mim, transparência é um requisito básico que devem ter os grupos PET. Para atingir esse requisito, transparência, as redes sociais cabem muito bem, mas também, o próprio sistema (de informação) do MEC cabe um trem parecido.

Primeiro, eles têm uma proposta, aquela proposta é pública, apresentada para editais etc., são aprovadas institucionalmente, são custeadas com recurso público (23:24) então, um vez que tem todas essas dinâmicas, elas também precisam estar sendo públicas para (que haja) a transparência absoluta; até para que se possa observar se os objetivos estão sendo cumpridos: os objetivos, as ações propostas (23:40), essas coisas todas. Cotidianamente, isso é muito simples (por meio de) rede social.

... com um recorte específico, ser publicizado através de páginas de cada um dos grupos PET do Brasil, transparentes e abertos para a sociedade inteira. (24:17)

Sim, transparência, interação, com certeza. (26:01) Na realidade, todo esse processo, ele tem que ser viabilizado, facilitado e, digamos ali aberto, para que possa ser observado. (26:11)

(26:31) Transparência é muito saudável. Então, a falta de transparência para mim, principalmente quando utilizamos recursos públicos, é grave. Então, eu acho que deveria ser um esforço bastante importante dos tutores para lidar com todo esse movimento para tornar suas atividades suas atividades o mais transparentes possível para justificar muito bem como aqueles recursos estão sendo utilizados, como é que os objetivos da proposta (projeto) estão sendo encaminhados, etc.

Talvez pudesse ter espaço (27:44) prá isso tudo, prá esse diálogo mais corriqueiro, essa coisa mais... mas também um diálogo mais acadêmico. (27:49) A criação da organização de grupos específicos que discutissem determinadas situações e tudo vem vindo aí. Se os tutores avançassem nessa direção trazer junto os estudantes, em vez de ficar só [...] se evolvessem (28:09) também no diálogo tratado de forma mais positiva. (interrompo) (28:13) Se eu fosse um tutor (certamente eu usaria o FB) no contexto das atividades programadas, que foram previstas, foram colocadas ali, com objetivos a serem atingidos e tudo... Com certeza.

c) Gestor MEC 3

No início do século 21, quando o presidente Lula assume e tem início uma série de políticas de cunho popular e de promoção do projeto de desenvolvimento nacional a política de educação superior ela sofre uma inflexão, tem uma clara opção por investir na iniciativa pública.

É nesse processo também que o programa sai da CAPES e vem para SESu, é nesse momento também que o Programa vira lei, a 11.180, que é a mesma lei que cria o PROUNI, que é um marco na educação superior porque ele permite a inclusão de uma série de jovens (08:22) na educação superior

Então a gente criou umas estruturas de organização dos grupos que são mais flexíveis ampliando o escopo do grupo PET, permitindo até mesmo grupos de abrangência institucional, interdisciplinar ou de grande área de conhecimento e, claro, sem [...] mexer na possibilidade de manter grupos PET vinculados a um curso específico que, aliás, era a regra, até então (16:32). Com a 976, passaram a ser criados também grupos que atendam a universidade inteira, no campus inteiro, por exemplo, grupos PET voltados a uma grande área do conhecimento, (por exemplo) saúde englobando todos os cursos de graduação de uma determinada (daquela) área de conhecimento e interdisciplinares também (16:55).

A questão de acesso a educação superior trouxe para universidade uma série de atores sociais, que até então se viam excluído da universidade, então o Conexões de Saberes vem neste sentido e o PET, já com mais de duas décadas de história, voltado para a questão da excelência acadêmica mas também voltado para grupos de aprendizagem coletiva, educação tutorial, excelência acadêmica e indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão (18:37).

isso também foi motivo de muitos aplausos por aqueles que estavam de fora de Programa e que viram nessa medida uma oportunidade de democratização do Programa, inclusive de participação de outros atores. E para os gestores das universidades, a possibilidade inclusive de contar com o Programa de Educação Tutorial como ferramenta de promoção de suas políticas institucionais e acadêmicas. (23:02) O Programa deixa de ser pessoal, de um tutor, que beneficiava aquela política e (era) executor da mesma no seu locus de influência e passa a ser um programa institucional, no qual os gestores podem contar para promover suas próprias políticas institucionais. (23:21)

Uma quinta e última inovação trazida pela Portaria 976 é que o Programa passa a ser gerido em três níveis, né. (24:01) Um comitê local de acompanhamento e avaliação, responsáveis por fazer exatamente a avaliação dos grupos em nível local (no âmbito) da universidade; uma comissão de avaliação de nível nacional formada por tutores, especialistas no assunto e, em última instância, o Conselho Superior do Programa presidido pelo Secretário de Educação Superior e com a participação também da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

Seria passada diretamente para o meio da ponta do pesquisador. (26:59)

A gente tem até uma minuta, uma versão que foi construída ao longo desses anos, de um Manual mais adequado a essas novas regras; mas ele não foi publicado porque ele não foi suficientemente discutido no âmbito da Comissão de Avaliação e das instâncias, da própria participação dos beneficiários do

Programa. (34:32) Ele foi submetido à apreciação dos beneficiários do Programa e eles entenderam que era melhor amadurecer mais as discussões sobre a (nova) Portaria.

Sim, uma importante mudança com relação à avaliação; ela foi implantada nessa última Portaria de 2013. Os CLAs, eles voltam a ter um segundo A seu nome, então fica CLAAs, Comitês Locais de Acompanhamento e Avaliação, o que significa que a avaliação passa a ser feita também no seu lócus. De forma mais local. Mais próxima. (36:31)

A diferença é que a avaliação dos grupos, que antes era feita exclusivamente pela Comissão Nacional de Avaliação, ela passa a ser feita pelos CLAAs, num primeiro momento, a gente faz essa avaliação mais próxima, e os CLAAs vão elaborar então um documento, que a gente está chamando de Relatório Institucional. Esse documento vai ser disponibilizado por meio do SigPET, isso tudo informatizado; aí, então, esse relatório institucional vai ser avaliado pela Comissão Nacional de Avaliação, (38:41) que é esse coletivo instituído por portaria do secretário de educação superior, que estabelece os seus cerca de vinte membros, formados majoritariamente por professores-tutores representando todas as áreas do conhecimento, que vão fazer uma avaliação dos relatórios institucionais. (38:59)

iniciada pelo CLAA (39:39) num nível local,

(39:54) A idéia é que, no SigPET, todo grupo coloque/insira o seu relatório e o seu planejamento no SigPET (40:02). O CLAA vai ter acesso a esses documentos que foram inseridos por cada grupo. Eles vão analisar e vão produzir um documento, que é o relatório institucional. Esse relatório institucional também vai ser inseridos no SigPET. (40:13)

Inferências produzidas com relação ao modelo de gestão:

Azul: característica de gestão pública gerencial

a) Gestor MEC 1

Nesse sentido, os grupos eram sujeitos a compras de acordo com a política da IES; eles não usavam o dinheiro para comprar coisas específicas do grupo deles (10:26). O dinheiro ia para o orçamento da IES. Uma vez que você fazia a descentralização, esse dinheiro caía no orçamento. e todos os entraves burocráticos... tinham que preencher corretamente formulários,

Houve situações, na Capes (por exemplo) que quando tudo estava resolvido, a pessoa responsável saía, ou ia para um outro setor, aí tínhamos que começar tudo de novo, o que era uma coisa limitante.

b) Gestor MEC 3

no caso aqueles PETs mais tradicionais, mas que não tivessem a figura de um professor que controlasse tudo ali a despeito, por exemplo, de uma política pedagógica institucional ou do curso, como em muitos casos acontecia (08:59). [...] Alguns tutores do PET diziam, “não, a gente é financiado pelo MEC para fazer essa política, faziam o que eles bem queriam usando o nome do Ministério.

Alguns coordenadores (tutores) que estavam ali há décadas reagiram brutalmente, de uma maneira bastante selvagem (ri...), manipulando estudantes, etc. (10:58).

Gestor MEC 3

No primeiro momento eu sei que não tinha editais. A solicitação era feita diretamente a capes. A Capes avaliava se o currículo e a proposta do professor e implantava-se ou não.

Na década de noventa quando começou a se aprofundar o período neoliberal no país, a política de educação sentiu isso aí e o PET sofreu corte de gastos; não foram criados mais programas (sic) as bolsas deixaram de ser pagas.

Os próprios formadores de políticas públicas entendiam aquilo como um gasto talvez desnecessário ou um luxo. Nesse período, a educação superior era tida como um luxo que não caberia ao Estado manter, mas que deveria passar para a iniciativa privada e foi nesse período que houve uma grade proliferação das universidades particulares e foi uma política clara implantada pelo MEC e evidentemente pelas suas autarquias e fundações de apoio, FNDE e Capes

O convênio é uma estrutura de repasse orçamentário muito amarrada. Dificilmente você consegue passar o recurso de forma tempestiva (?) Se o órgão tiver algum problema com a Administração, ele fica impedido de firmar outros convênios. Então, não foram poucos os casos de bolsas que deixaram de ser pagas porque o convênio não é a forma adequada de fazer isso. A descentralização orçamentária, no caso das federais, idem, a mesma coisa também.

...depois, a universidade tem toda uma burocracia para conseguir executar esse recurso, de forma que a execução era muito difícil. (11:24)

Então, de um lado, teve uma preocupação de eficiência administrativa e de eliminação de sobreposições, nesse sentido de juntar os dois programas (?) (19:02). que é colocar algumas pautas caras aos movimentos sociais, que são os direitos das minorias, a questão étnica, que a SECADI traz para dentro do Ministério da Educação (19:38).

Era importante uma avaliação externa; uma avaliação realizada pelos gestores institucionais. (37:27)

Azul petróleo: menção ao *Facebook*

a) Gestor MEC 1

Não faz menção.

b) Gestor MEC 2

O Facebook pode ser bastante útil do ponto de vista de interação de grupos, digamos, ao mesmo tempo. Então você pega, por exemplo, os grupos PET Pedagogia. Então, se você tem, digamos, ali grupos dentro do Facebook que incorporam, ou nacionalmente ou então dentro de cada instituição os integrantes do Programa PET, acho muito interessante. (17:22) Acho que ter uma página institucional no Facebook é muito importante até para ter transparência. (17:33) Então a página institucional daria transparência aberta, ou seja a página institucional de um grupo PET Pedagogia de uma certa universidade, também uma página institucional do coletivo dos grupos PET. [...] ou digamos, grupos em que houvesse toda essa dinâmica, no sentido de compartilhar experiências, tudo isso é absolutamente interessante, importante.

O Facebook virou um boom realmente acho que de dois anos para cá, então, eu não tenho acompanhado o movimento dos grupos PET dentro do facebook nestes últimos dois anos, mas eu acho que tem um potencial brutal. (18:10)

(19:19) Eu acho que essa é a grande virtude da utilização do Facebook nesse contexto, ali, dos grupos PET. (19:25) O Twitter talvez assim de uma forma mais restrita porque acho que tudo que o Twitter faz o Facebook faz e a recíproca não é verdadeira. Então, eu acho que, no contexto do movimento para qualidade e transparência e da abertura dos programas, eu acho que é fundamental, digamos ali, uma certa dinamicidade dos grupos dentro do facebook ou outras redes sociais. (19:56)

(24:28) Eu acho que as redes sociais têm um foco bastante interessante, pelo menos se a gente pega as redes sociais [...] como é o caso do *Facebook*

c) Gestor MEC 3

Não faz menção.

FIM

